

VOLUME  
29

NÚMERO  
73

ABRIL  
2019

# mais60

ESTUDOS SOBRE ENVELHECIMENTO



## ARTIGO

Economia da Longevidade:  
um caminho para o  
desenvolvimento econômico

## ENTREVISTA

Marta Gil

## PAINEL DE EXPERIÊNCIAS

Feito por Nós, e com muito  
protagonismo



**Sesc São Paulo**

Av. Álvaro Ramos, 991  
03331-000 São Paulo - SP  
TEL.: +55 11 2607-8000  
[sescsp.org.br](http://sescsp.org.br)



# mais60

**ESTUDOS SOBRE ENVELHECIMENTO**

VOLUME  
**29**

NÚMERO  
**73**

ABRIL  
2019

ISSN  
2358-6362

Produção técnica editada pelo  
Sesc – Serviço Social do Comércio

**SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO**  
Administração Regional no Estado de  
São Paulo

**PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL**

Abram Szajman

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO REGIONAL**

Danilo Santos de Miranda

**SUPERINTENDENTES**

*Técnico-Social* Joel Naimayer Padula

*Comunicação Social* Ivan Giannini

*Administração* Luiz Deoclécio

*Massaro Galina Assessoria Técnica e de*

*Planejamento* Sérgio José Battistelli

**GERENTES**

*Estudos e Programas Sociais* Cristina Riscalla

*Madi Adjunta* Cristiane Ferrari *Artes Gráficas*

Hélcio Magalhães *Adjunta* Karina Musumeci

**COMISSÃO EDITORIAL**

Neide Alessandra Périgo Nascimento  
(coordenação), Adriana Reis Paulics,  
Adriano Alves Pinto de Campos, André  
Venancio da Silva, Cristina Fongaro Peres,  
Danilo Cymrot, Fernanda Andrade Fava,  
Flavia Rejane Prando, Gabriel Alarcon  
Madureira, Gustavo Nogueira de Paula, Iona  
Damiana de Souza, Jair de Souza Moreira  
Júnior, Julio Cesar Pereira Júnior, Maria José  
Leandro Tavares, Mariana Barbosa Meirelles  
Ruocco, Octávio Weber Neto, Rosângela  
Barbalacco, Susana Coutinho de Souza  
Cerveira, Thais Helena Franco da Silva Leite

*Editoração* Lourdes Teixeira Benedan

*Produção Digital* Ana Paula Fraay

*Fotografias* Capa:, pág. 8 e 9, 110, 111, 112,  
113, 114, 115, 116 e 117: Willian Santiago;  
pág. 32 e 33: Thais Ferro; pág. 48 e 49:  
Matheus José Maria; pág. 68 e 69: Karla  
Priscila; pág. 84 e 85: Estevão Salomão;  
pág. 101, 105, 106 e 108: Alexandre  
Nunis; pág. 118, 119 e 121: Vanessa R. de  
Paula

*Revisão* Maria Clara Machado e  
Samantha Arana

*Projeto Gráfico* Marcio Freitas  
e Renato Essenfelder

**Artigos para publicação podem ser  
enviados para avaliação da comissão  
editorial, no seguinte endereço:**

revistamais60@sescsp.org.br

---

Mais 60: estudos sobre envelhecimento /  
Edição do Serviço Social do Comércio. – São  
Paulo: Sesc São Paulo, v. 29, n. 73, Abril.  
2019 – Quadrimestral.

ISSN 2358-6362

Continuação de A Terceira Idade: Estudos  
sobre Envelhecimento, Ano 1, n. 1, set.  
1988-2014. ISSN 1676-0336.

1. Gerontologia. 2. Terceira idade. 3. Idosos.  
4. Envelhecimento. 4. Periódico. I. Título. II.  
Subtítulo. III. Serviço Social do Comércio.  
CDD 362.604

---



## CAPA

**Willian Santiago**

É designer e ilustrador.

[williansantiagodg@gmail.com](mailto:williansantiagodg@gmail.com)

## SUMÁRIO

- 1** PÁGINAS DE 8 A 31  
*Destaque da edição*  
**Economia da longevidade: um caminho para o desenvolvimento econômico**  
*por Jorge Felix*
- 2** PÁGINAS DE 32 A 47  
**Cultura empreendedora na economia da longevidade**  
*por Tássia Chiarelli*
- 3** PÁGINAS DE 48 A 67  
**A correlação entre função cognitiva e mobilidade em idosos praticantes de atividades físicas - uma análise por grupos de idade**  
*por Raquel de Melo Martins, Inara Marques, Aurea Sayuri Shihonmatsu e Hêlio Mamoru Yoshida*
- 4** PÁGINAS DE 68 A 83  
**A mediação como instrumento de acesso à justiça nas relações familiares com idosos**  
*por Alessandra Negrão Elias Martins e Maria Emiliana Carvalho Herrmann*
- 5** PÁGINAS DE 84 A 99  
**Aspectos motivacionais para a adesão e a permanência do idoso na prática esportiva do tênis de mesa**  
*por Emerson José Lima da Silva e Douglas Joaquim de Oliveira*
- e** PÁGINAS DE 100 A 109  
**ENTREVISTA: Marta Gil**
- i** PÁGINAS DE 110 A 117  
**ILUSTRAÇÕES: Willian Santiago**
- p** PÁGINAS DE 118 A 121  
**PAINEL DE EXPERIÊNCIA: Feito por Nós, e com muito protagonismo**  
*por Juliana Viana Barbosa e Vanessa Gonçalves Rodrigues de Paula*
- r** PÁGINAS DE 122 A 124  
**RESENHA: Eu, Daniel Blake**  
*por Adriano Alves Pinto de Campos*



# A interface da economia na longevidade

**Danilo Santos de Miranda**

*Diretor do Sesc São Paulo*



O crescimento exponencial previsto para a população maior de sessenta anos nas próximas décadas tem trazido uma série de reflexões para vários campos de conhecimento. Um olhar da economia dentro do universo do envelhecimento populacional cunhou os conceitos de “*Economia do Cuidado*” e “*Economia da Longevidade*”. Ambos surgem com o objetivo de estabelecer relações entre as atividades econômicas e as especificidades dessa etapa de vida.

O aumento da expectativa de vida traz uma demanda de serviços que possam suprir necessidades físicas e psicológicas relativas ao envelhecimento. Se outrora tais serviços eram invisíveis e absorvidos pelas relações familiares, os novos arranjos sociais apontam para um desenvolvimento e uma profissionalização de consumo específicos que atendam às demandas que incidem na velhice, isso é o que caracteriza a chamada Economia do Cuidado.

De forma ampliada, o impacto do fenômeno da longevidade nas políticas públicas e suas implicações na economia dá sentido ao termo Economia da Longevidade. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é considerado idoso o habitante de país em desenvolvimento com 60 anos ou mais e o habitante de país desenvolvido com ou acima de 65 anos. Nesse sentido, a geração nascida após a Segunda Guerra tem um impacto relevante na economia atual por ser numericamente representativa, e, de fato, desfrutar de avanços científicos que incidem na longevidade de forma qualitativa, bem como por uma certa tendência a prolongar o período da permanência no mercado de trabalho.

Essa conjuntura, aliada à evolução tecnológica de produtos e serviços, leva a dinâmica econômica a incluir de forma marcante o segmento etário dos idosos numa agenda de consumo cada vez mais intensa. Em crescimento no Brasil, essa mudança de caráter global aponta para a necessidade do diálogo e da preparação em todos os âmbitos da educação, de forma permanente. Como há fatores diversos que aí incidem – tais como a própria Reforma da Previdência em pauta, entre outros – trata-se de um tema fundamental para aqueles que lançam um olhar sobre as questões geracionais.

Essa discussão está em consonância com a diretriz do programa Trabalho Social com Idosos do Sesc São Paulo, que indica a promoção da cultura do envelhecimento por meio da valorização da pessoa idosa. Tendo em consideração que as ações realizadas nas unidades do Sesc para esse público têm como pano de fundo o caráter socioeducativo, esse assunto contemporâneo e relevante também tem espaço para ser discutido nas unidades com profissionais, interessados na temática e público em geral, para termos uma sociedade mais preparada e atenta à nova configuração social. ☺



*Artigo  
da capa*

# **Economia da longevidade: um caminho para o desenvolvimento econômico**

[Artigo 1, páginas de 8 a 31]





### **Jorge Felix**

*Doutor em Ciências Sociais e mestre em Economia Política (PUC-SP), professor doutor de Gerontologia da Universidade de São Paulo (EACH), na graduação e pós-graduação, professor de economia na pós-graduação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, pesquisador do Centro de Estudos da Economia da Longevidade e jornalista. É autor do livro "Viver muito" (Ed. Leya) e comentarista de longevidade da Rede Globo. [jorgefelix@economiadalongevidade.com.br](mailto:jorgefelix@economiadalongevidade.com.br)*



**RESUMO**

A *economia da longevidade* é um conceito em discussão em todo o mundo. Depois da crise global iniciada em 2008, tornou-se uma estratégia de política industrial suscitada pela dinâmica demográfica do planeta. Este artigo expõe o conceito, as experiências internacionais, em particular da França, e debate as possibilidades e limitações para o Brasil emular essa nova oportunidade de desenvolvimento econômico. Logo após a introdução, na qual é apresentado um panorama e o contexto da emergência da economia da longevidade, o conceito é detalhado na segunda seção. Na sequência, o caso francês é especificado como modelo mundial e uma breve quarta seção é dedicada à Gerontecnologia, devido à sua importância como polo inovador. A quinta seção traz uma visão crítica sobre o Brasil. Por fim, nas considerações finais, é feita a defesa de uma alteração do ponto de vista das políticas públicas em relação ao envelhecimento populacional brasileiro – de custo para receita – e do imediato investimento em P&D para o Brasil se integrar de uma maneira promissora a esta “corrida populacional” que definirá a posição relativa das nações no comércio mundial nas próximas décadas.

**Palavras-chave:** envelhecimento populacional, economia da longevidade, gerontecnologia, desenvolvimentismo, política industrial.

**ABSTRACT**

*Longevity economy or silver economy is a concept under discussion around the world. After the global crisis that began in 2008, it became an industrial policy strategy prompted by the demographic dynamics of the planet. This article exposes the concept, the international experiences, particularly of France, and discusses the possibilities and limitations for Brazil to emulate this new opportunity for economic development. Immediately after the introduction, in which a picture is presented and the context of the emergence of the silver economy, the concept is detailed in the second section. Following up, the French case is specified as a world model and a short fourth section is dedicated to Gerontechnology, due to its importance as an innovative core. The fifth section brings a critical view on Brazil. Finally, in the final considerations, the defense of a change from the point of view of public policies in relation to Brazilian population aging – from charge to revenue – is made, and the immediate investment in R&D for Brazil is integrated in a promising way to this "populational race" that will define the relative position of nations in world trade in the coming decades.*

**Keywords:** ageing population, silver economy, longevity economy, gerontechnology, developmentalism, industrial policy.

## **INTRODUÇÃO**

Desde a década de 1970, devido ao aumento do custo da energia (petróleo, principalmente), a economia mundial assiste a uma grande transformação estrutural em todas as dimensões. O Estado foi pressionado a reduzir sua presença na área social, abandonando as premissas de pleno emprego e bem-estar universal na condução das políticas públicas. As empresas passaram por forte readequação, delegando tarefas a terceiros e, conseqüentemente, descartando mão de obra considerada supérflua ou duplicada – punindo, assim, as duas pontas da força de trabalho, os mais jovens e os mais velhos.

A lucratividade dos investimentos na indústria passou a ser submetida, em escala inédita, à comparação com os ganhos em juros na esfera financeira. Desta maneira, o trabalho sofreu com a tendência à desvinculação ou, em outras palavras, a uma descontinuidade das carreiras em benefício de variadas simulações de trabalho informal<sup>1</sup>. A globalização provocou uma deslocalização das indústrias para países de inserção tardia na economia capitalista, colocando o custo unitário do trabalho em concorrência global pela primeira vez na história. Tudo passou a ser flexível, líquido, informacional<sup>2</sup> (ou virtual).

O mundo envelhece sob esse modelo de economia globalizada cujas conseqüências foram ainda mais acentuadas com o desaguar desse processo na maior crise financeira do liberalismo em quase um século, iniciada em 2008 nos Estados Unidos (conhecida como a “Grande Recessão”). Essa reconfiguração reforçou uma visão do envelhecimento populacional apenas como “bomba relógio” ou “tsunami”, para usar as metáforas de catástrofes mais frequentes na literatura ou na sabedoria convencional<sup>3</sup>. Essas imagens do fenômeno demográfico produzidas



**A globalização provocou uma deslocalização das indústrias para países de inserção tardia na economia capitalista, colocando o custo unitário do trabalho em concorrência global pela primeira vez na história. Tudo passou a ser flexível, líquido, informacional (ou virtual).**

**Artigo 1**

Economia da longevidade:  
um caminho para o desenvolvimento econômico

pela economia liberal aprofundaram o preconceito contra a pessoa idosa (o idosismo) no ambiente coletivo e em nada contribuíram para a equação social.

As populações foram culpabilizadas por essa lógica econômica seja pela grande vitória da modernidade, o fato de vivermos mais e em melhor saúde, seja por suas deficiências, a queda na taxa de fecundidade (o número de filhos por mulher). Uma pergunta inevitável sobrevém desta realidade: se estamos vivendo com maior qualidade de vida, por que estamos legando essa riqueza a cada vez menos seres humanos, no extremo oposto da sentença final do machadiano Brás Cubas? Mas esse é um tema longe que está demais do escopo deste artigo. O objetivo aqui é destacar a estreita visão da economia *mainstream* sobre o envelhecimento populacional.

Até hoje, esse tema foi tratado exclusivamente pelo lado da despesa. De uma forma até doentia, poder-se-ia afirmar com legitimidade sustentada pela esfera pública e também pela literatura, centrada de maneira monocórdia na questão da Seguridade Social, em específico na Previdência Social. Através das lentes fiscalistas de boa parte desses economistas, o envelhecer é apenas um fardo nas contas de governos nos níveis federal, estadual e municipal. Durante muitas décadas, essa miopia era global.

Todavia, depois do início da citada crise de 2008, os países ricos perceberam que esta concepção fiscalista da demografia apenas acentuaria um *capitalismo de desconstrução*<sup>4</sup> – desconstrução de tudo o que custara duas guerras mundiais para ser construído em termos de bem-estar social. Em outras palavras, a desconstrução de um amplo pacto (social, financeiro, produtivo, cultural) em nome da democracia e da paz.

A despeito de a visão fiscalista ainda ser hegemônica, evidentemente, com forte pressão para corte de despesas sociais em todo o planeta, emergiu uma nova visão sobre o envelhecimento populacional. Ela valoriza menos o caráter de despesa da dinâmica demográfica e acentua mais uma estratégia de superar desafios pelo lado da receita, isto é, da



**A despeito de a visão fiscalista ainda ser hegemônica, evidentemente, com forte pressão para corte de despesas sociais em todo o planeta, emergiu uma nova visão sobre o envelhecimento populacional.**

geração de riqueza suscitada pelo novo perfil da população. Alguns países perceberam que confinar o tema do envelhecimento apenas na coluna dos custos só desconstruirá os alicerces sociais, sem substituí-los por uma conformação promissora, principalmente em termos de distribuição de renda.

O princípio econômico a nortear essa nova visão é básico. Se a origem da palavra economia é *oikos* (casa) + *nomia* (estudo), ou seja, estudo da casa, em extensão, o estudo da menor unidade de orçamento, o domicílio familiar, e se essa família ganha outra configuração – com menos crianças e mais idosos – naturalmente a estrutura do consumo será também transformada e, em último grau, a estrutura da produção deve ser adaptada à demanda. Dito de outra forma, a nova família altera sua cesta de necessidades e de consumo.

A essa transformação estrutural denomina-se *economia da longevidade* (*silver economy* ou *longevity economy*), conceito que logo será tratado com mais especificidade. Por enquanto, nesta introdução, considero importante justificar a defesa de dois pontos de ação no que respeita o nosso tema principal. Em primeiro lugar, essa é uma transformação na economia mundial e está provocando, como denomino, uma “corrida populacional” no comércio internacional. Aqueles países capazes de inovar e produzir com mais rapidez as mercadorias que atenderão às necessidades dos consumidores mais longevos e de suas famílias, garantirão parcela maior, é indubitável, no mercado global. Com um adendo: como a tecnologia é a mediadora de tudo na vida contemporânea, estamos tratando de produtos de alto valor agregado, principalmente na área da gerontecnologia, como será exposto a seguir.<sup>5</sup>

O segundo ponto é a necessidade de inclusão da economia da longevidade nos currículos escolares, em acordo com o Artigo 22 da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e em consonância com uma nova necessidade de o país adequar sua produção, sua mão de obra, sua área de pesquisa e desenvolvimento às realidades e demandas globais suscitadas pelo envelhecimento da população mundial. Poucas universidades brasileiras estão atentas a esta transformação e urgência. Desde 2007, quando publiquei o primeiro artigo<sup>6</sup> sobre economia da longevidade, o conceito vem conquistando amplo interesse no campo da gerontologia e das ciências sociais, mas sua incorporação pelas instituições de ensino superior, principalmente na área da economia, ainda é tímida. Os cursos de economia ainda estão viciados em se debruçar apenas na questão fiscal.

**Artigo 1**Economia da longevidade:  
um caminho para o desenvolvimento econômico

O Brasil, portanto, está atrasado em relação aos países em desenvolvimento na tarefa de ampliar as pesquisas sobre o tema e incluí-lo de maneira sistemática na agenda pública e acadêmica. Em grande parte da Europa, com a França como referência, Estados Unidos, Canadá e Japão, a academia já supre o setor privado com relevante conhecimento para fomentar a economia da longevidade dentro de uma estratégia de política industrial adotada pelos governos<sup>7</sup>. Estimativas de consultorias privadas dimensionam o seu PIB em 7,1 trilhões de dólares nos Estados Unidos, configurando-se assim como a terceira maior economia do planeta.<sup>8</sup>

**UMA OBRA EM CONSTRUÇÃO: DE TERMO A CONCEITO**

O conceito de economia da longevidade é uma obra em construção na literatura a partir de convergências e divergências, como é próprio na formação de novas áreas de conhecimento. Conforme exposto em outra oportunidade<sup>9</sup>, o termo *silver economy* aparece diretamente relacionado ou mesmo como sinônimo de *silver marketing*, no Japão, no começo da década de 1970, quando a dinâmica demográfica do país já avançava em direção ao envelhecimento e a indústria japonesa apresentava seus primeiros produtos direcionados especificamente à população idosa<sup>10</sup>. Em um relatório sob o título “Challenges for Building the Future Society – the Role of Science and Technology in Ageing Society with Fewer Children”, o governo do Japão destacou o potencial de exportação da área da gerontecnologia, porém, ainda sem uma formulação mais elaborada sobre economia da longevidade.

Apenas em 2007, a Comissão Europeia (CE) propôs aos países da União Europeia (EU) adotar uma estratégia estrutural em direção à economia da longevidade. No relatório sobre o futuro demográfico, a CE defendeu a adoção de uma política industrial face à “combinação de boas condições de oferta (altos níveis de dedução, P&D, mercados responsivos e flexíveis) e o crescente poder de compra dos consumidores mais velhos oferecer um novo e enorme potencial para o crescimento econômico”<sup>11</sup>.

Em 2005, já havia sido realizado um evento nos Países Baixos sobre o tema e, no ano seguinte, na cidade de Kerkrade, a conferência foi apoiada pela SEN@R Network, a primeira rede sobre economia da longevidade na Europa, inicialmente com apenas seis países (com destaque para a Alemanha). Este fato é citado para destacar a intersecção original



**Devido à sua capacidade de englobar vários mercados, em 2008, a economia da longevidade foi definida como um “mercado transversal” [...] que não deveria ser considerado como um mercado autônomo ou um segmento da economia por envolver uma diversidade de indústrias e serviços.**

da economia da longevidade com a gerontecnologia, pois, o mesmo relatório estabelecia a relação entre os novos serviços e produtos para a autonomia e a independência, assim como a saúde, com as tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Os autores do relatório também destacavam “a inexistência de uma definição precisa do conceito” (*silver economy*) e a carência de estatísticas, até então, capazes de mensurar o tamanho dessa economia. Mas alertavam assim para o seu potencial:

“Este não é um novo setor da economia, mas sim uma ampla gama de produtos e serviços relacionados à idade em muitos setores existentes, incluindo TICs, serviços financeiros, habitação, transportes, energia, turismo, cultura, infraestrutura e serviços locais, bem como cuidados de longa duração” (CLD).

Devido à sua capacidade de englobar vários mercados, em 2008, a economia da longevidade foi definida como um “mercado transversal” (*cross-section market*) que não deveria ser considerado como um mercado autônomo ou um segmento da economia por envolver uma diversidade de indústrias e serviços<sup>12</sup>. No ano seguinte, Rolf G. Heinze e Gerhard Naegele, ao discutirem a definição do conceito, descolaram definitivamente a economia da longevidade de sua origem, isto é, do termo *silver marketing*<sup>13</sup>. De acordo com os autores,

os dias em que [o termo] se referia apenas a “produtos para idosos” ou “serviços para idosos” relacionados a drogas geriátricas, produtos médicos, produtos de cuidado ou turismo especial para idosos - na maioria dos casos, parte dos serviços sociais clássicos de instituições públicas e organizações sem fins lucrativos - ficaram para trás.

**Artigo 1**Economia da longevidade:  
um caminho para o desenvolvimento econômico

O envelhecimento da população, sempre segundo os autores, havia hipertrofiado a transversalidade do consumo de tal maneira a ponto de englobar toda a economia. Embora se referindo a Alemanha, é lícito expandir esse diagnóstico a todas as sociedades envelhecidas ou em processo de envelhecimento. A transversalidade da economia da longevidade, portanto, empurra o Estado a assumir outro papel face à dinâmica populacional. O Estado deve mudar o paradigma – não para o estado “magro”, regulador e fiscalizador, acentuando o individualismo ao atuar, como citam Heinze e Naegele, guiados por uma visão economicista ou fiscalista. Mas é necessária uma “mudança de paradigma” para os gestores (*policy-makers*) construírem uma política pública no âmbito econômico capaz de aproveitar todo o potencial demográfico, sem abrir mão de um papel social. Filósofos e sociólogos mencionam a passagem de um Estado Providência do pós-guerra para uma Estado Solidário ou Acompanhante estabelecido sobre outros pilares diversos da lógica fordista da metade do século passado<sup>14</sup>.

É perceptível na literatura, portanto, a aproximação do conceito com a área pública, demandando para a construção de uma estratégia de economia da longevidade, “ações do setor público”<sup>15</sup> em parcerias com o setor privado, terceiro setor e todo o “ecossistema de economias”<sup>16</sup>, como cita Andrzej Klimczuk, a saber, a economia criativa, economia solidária, economia social e ainda, como acrescento, a economia do cuidado (*care*)<sup>17</sup>. Este aspecto ainda será explorado mais adiante. Por enquanto, o importante, no que respeita a essa, digamos, arqueologia do conceito, é sublinhar seu avanço para a esfera pública como forma de justificar o enquadramento da economia da longevidade como disciplina, tal qual reivindicado desde 2007<sup>18</sup> – a despeito de esta interpretação ainda enfrentar divergências teóricas com, por exemplo, o próprio Klimczuk, mas esse é um debate para outro momento.



**[...] é necessária uma “mudança de paradigma” [...] para os gestores construírem uma política pública no âmbito econômico capaz de aproveitar todo o potencial demográfico, sem abrir mão de um papel social.**



Cabe aqui apenas explicitar que essa visão do conceito como disciplina é que sustenta a tradução de *silver economy* para economia da longevidade, uma vez que a “economia do envelhecimento” (*economics of ageing*) tem (até mesmo pelo seu *journal* mais famoso, editado pelos professores David E. Bloom e David Cuning, da Universidade Harvard), seu escopo principal na demografia econômica. A economia da longevidade, defende-se, tem uma abordagem de política industrial relacionada à teoria econômica desenvolvimentista de base marxista-schumpeteriana pela relevância de aspectos de inovação, empreendedorismo, industrialização e crescimento econômico alavancado pelo setor produtivo<sup>19</sup> em detrimento do financista<sup>20</sup>, sobretudo, por seu caráter de perspectiva de solidariedade para garantir autonomia e independência para o sujeito fim, isto é, a população idosa. Sem essa perspectiva, o conceito perde sua razão de ser.

Esses aspectos ficam mais evidentes nas definições e proposições de políticas no âmbito da CE. Embora adote o mesmo conceito da *Oxford Economics* que, sublinhemos, também adota a palavra “longevidade”, a CE destaca como objetivos da estratégia a reindustrialização dos países da região a partir do atendimento às novas necessidades de consumo da população envelhecida, seja no próprio continente ou, talvez principalmente, em países alhures. Segundo a *Oxford Economics*, é preciso dizer, a economia da longevidade “é a soma de **toda atividade econômica** [grifo meu] para atender às necessidades daqueles com mais de 50 anos e incluindo tanto os produtos e serviços que eles consomem diretamente como a atividade econômica que esse gasto possa gerar”<sup>21</sup>, isto é, o efeito multiplicador keynesiano.

### **UMA POLÍTICA PÚBLICA NO ÂMBITO MACROECONÔMICO: O CASO DA FRANÇA**

Ao longo desta evolução do conceito, a economia da longevidade no mundo (ou o termo *silver economy*) foi, portanto, se distanciando do marketing, onde estava voltado a estudar, detectar, desenvolver e influenciar os consumidores idosos. Poder-se-ia dizer, sem demérito, evidentemente, para a área mercadológica, que o conceito foi elevado à estratégia de política pública ao ser direcionado para a pesquisa e desenvolvimento (P&D), inovação e, sobretudo, uma política industrial com foco em setores emergentes<sup>22</sup>. Entre 2014 e 2018, a UE investiu 2 bilhões de euros apenas no âmbito do projeto Horizon 2020, o principal programa de pesquisa do grupo de 28 países<sup>23</sup>, além de financiamentos por meio das mais diversas agências de fomento em cada país.

**Artigo 1**Economia da longevidade:  
um caminho para o desenvolvimento econômico

Na visão da UE, o objetivo desta estratégia está distante de ser apenas um escrutínio dos consumidores idosos e detectar seus comportamentos de consumo, embora essa cartografia seja parte desse ecossistema. Ela se constitui em uma espécie de “nova corrida” ou disputa econômica entre os países para produzirem os produtos e serviços de alto valor tecnológico que serão demandados pelas sociedades envelhecidas, portanto, redesenhando o comércio global. Como literalmente exposto pelos documentos oficiais, o intuito da UE é assumir a liderança na exportação desses produtos, evidentemente, em disputa com a Ásia e os Estados Unidos. A crescente demanda por produtos tecnológicos, como dito, faz da gerontecnologia o coração dessa estratégia<sup>24</sup>.

É importante destacar que, como já abordado em outra oportunidade<sup>25</sup>, o desenho da economia da longevidade para fundamentar uma política criativa para o envelhecimento<sup>26</sup> nunca esteve presente nos planos da Organização das Nações Unidas (ONU). O Plano de Viena, em 1982, resume a questão econômica apenas apontando para as melhores condições de renda dos idosos depois de 40 anos de construção do Estado de Bem-Estar Social. Mesmo no Plano de Madrid, em 2002, considerado um marco na discussão da transição demográfica com significantes progressos ao abandonar as metáforas catastróficas sobre o envelhecimento populacional e sugerir parcerias com a sociedade civil e o setor privado entre seus 35 objetivos e 239 recomendações, a construção de uma política industrial a partir das novas necessidades das famílias como um fator promotor do desenvolvimento econômico foi ignorada. Em outras palavras, esses planos mantiveram o envelhecimento populacional na perspectiva de custos e jamais de geração de riqueza.

Embora de acordo com alguns autores, a visão mais contemporânea da economia da longevidade tenha sua origem em documentos oficiais da Alemanha<sup>27</sup>, a França consolidou um pioneirismo em adotar, de fato, uma ação governamental a partir de 2013, tornando-se um exemplo a ser emulado, segundo recomendação da própria UE<sup>28</sup>. Portanto, os estudos da economia da longevidade passam por uma análise detalhada e acompanhamento das políticas adotadas, desde então, pelo governo francês. Em outubro de 2016, o país promoveu uma espécie de relançamento da estratégia, com novas metas a atender às necessidades de uma população de 25 milhões de pessoas com mais de 65 anos em 2030<sup>29</sup>.

O ministro da Economia e das Finanças, Bruno Le Maire, é transparente: “Nossa ambição comum é simples: posicionar a França como um ator líder nessa economia. Isso requer evidentemente que

nossas empresas tenham a capacidade de se projetar fora de nossas fronteiras e de conquistar mercados em pleno desenvolvimento”.<sup>30</sup> Em 2018, a França assinou um memorando de intercâmbio com a China, durante a visita do presidente Emmanuel Macron, especificamente sobre economia da longevidade nos dois países para “promoção de ambos os mercados e desenvolvimento de projetos”. Ainda de acordo com o ministro, a França já exporta seu *savoir-faire* para a Ásia e outros países europeus na área de gestão de instituições de longa permanência para idosos (ILPIs). O Brasil também já começa a demandar por esse conhecimento, serviços e empresas francesas.<sup>31</sup>

A elaboração da estratégia francesa já foi amplamente relatada em outras oportunidades<sup>32</sup>. O espaço aqui será aproveitado para, além da atualização do estado da arte do tema naquele país, apresentar novos números sobre as perspectivas francesas para a economia da longevidade. De 2013 a 2015, a estratégia governamental acompanhou a elaboração e edição da Lei de Adaptação da Sociedade ao Envelhecimento, estabelecida sobre o princípio da solidariedade. A ação estatal ao lado da nova normatização, como destacam os *policy makers*, permitiu alterar a visão sobre o envelhecimento, no aspecto econômico, de “um copo meio vazio para um copo meio cheio”<sup>33</sup> e abriu a perspectiva de construção de novas indústrias de “campeões nacionais”<sup>34</sup>.

As consultorias francesas estimam que a economia da longevidade representa atualmente 92 bilhões de euros ao ano e, em 2020, atingirá 130 bilhões<sup>35</sup> no país. Isso significaria um acréscimo de 0,25 ponto percentual no PIB e a criação de até 300 mil postos de trabalho. Em direção a essas metas, o governo, em 22 de outubro de 2018, adotou uma nova ação operacional e constituiu um comitê oficial da *silver économie*. O conselho nacional é composto de 65 integrantes (empresas, coletivos locais, organizações profissionais, entre outros) e trabalha em conjunto com três forças tarefas (inovação, exportação e formação) que, por sua vez, são desmembrados em grupos de trabalho (território urbano, habitação e inovação tecnológica). Completam a ação os conselhos regionais e um escritório central. Essas instâncias trabalham em parceria com plataformas digitais<sup>36</sup>, aceleradoras<sup>37</sup>, associações, conselhos municipais, entre outros representantes da sociedade civil. Todos atuam sob o selo “*Acteur de la Silver Eco – une filière industrielle soutenue par le gouvernement français*”.

Em nome de uma melhor compreensão, é indispensável lembrar aqui que o conjunto dessas ações estão em consonância com o relatório



**No Brasil, o envelhecimento populacional em ritmo acelerado nas três últimas décadas fez do segmento etário com mais de 80 anos aquele com maior taxa de crescimento no conjunto da população. De 2010 a 2040, espera-se que os chamados “mais idosos” passem de 1,5% do total da população brasileira para 7% (um contingente de cerca de 13,7 milhões de pessoas).**

“*La Silver Économie, une opportunité de croissance pour la France*”, de 2013, e marco inaugural dessa estratégia, elaborado, de forma inédita, a partir de atuação conjunta do ministério de Solidariedade e Saúde e do ministério da Indústria. O relatório, redigido pelo France Stratégie<sup>38</sup> (o Ipea francês), faz seis propostas de políticas públicas para estimular a construção dessa “via” (*filière*, como denominam os franceses, ou, em tradução livre, “filão” ou “veeiro”) para o crescimento econômico: fomento a setores estratégicos, como a teleassistência (incluindo a robótica social ou assistiva) e adaptação de residências, adoção de política de selos como certificados para produtos e serviços destinados aos idosos, desenvolvimento de novos serviços financeiros para estimular a poupança, educação financeira, política industrial (P&D)<sup>39</sup>.

São inúmeros os resultados obtidos em cinco anos, embora, evidentemente, seja uma atuação que poderia ser classificada como economia paliativa, pois o país enfrenta as demandas sociais, sobretudo de CDL, como todos os outros. É uma política, porém, em construção e suas perspectivas podem ser medidas pelos casos de sucesso vencedores de prêmios para start ups ou projetos industriais na área da gerontologia, como o Bourse Charles Foix, da Ong Silver Valley, o Silver Eco and Ageing Well International Award, ou o Anuário da Silver Économie publicado desde 2014, ambos do SilverEco.fr<sup>40</sup>.

#### **O PAPEL DA GERONTECNOLOGIA**

Os CLD estão cada vez mais presentes no debate socioeconômico nas sociedades envelhecidas ou em processo de envelhecimento. No Brasil, o envelhecimento populacional em ritmo acelerado nas três últimas décadas fez do segmento etário com mais de 80 anos aquele com maior taxa de crescimento no conjunto da população. De 2010 a 2040,

espera-se que os chamados “mais idosos” passem de 1,5% do total da população brasileira para 7% (um contingente de cerca de 13,7 milhões de pessoas)<sup>41</sup>. No mesmo período, esse subgrupo saltará de 14% para 25% da população idosa do país (com mais de 60 anos). Essa população é a mais vulnerável a doenças crônicas, situações limitantes das atividades da vida diária e dependência, ou seja, é a maior demandante de CLD. É o chamado “superenvelhecimento”<sup>42</sup>.

Ao lado do debate sobre a inclusão dos CLD como um quarto pilar no escopo constitucional da Seguridade Social no Brasil<sup>43</sup> e em muitos países, a gerontecnologia surge como uma solução mitigadora dos efeitos ou da carga de cuidados a serem assumidos pelas famílias, pela sociedade civil ou pelo Estado. A vida humana vem sendo, cada vez mais, mediada pela tecnologia, logo, os CLD também são submetidos a essa inexorabilidade. A demanda por cuidado é percebida como uma oportunidade pela indústria de TIC. Neste aspecto, a gerontecnologia está no âmago da estratégia da economia da longevidade<sup>44</sup>, com o desenvolvimento de novos produtos e serviços (públicos ou privados) para atender a uma nova estrutura de consumo das famílias com mais idosos e menos crianças.

Do ponto de vista de quem demanda por CLD, a gerontecnologia é apontada como uma importante aliada para suprir as necessidades de idosos em função do crescente número de pessoas vivendo sozinhas nas grandes cidades<sup>45</sup>, da escassez de mão de obra para cuidados, sobretudo informal e feminino, e do novo perfil epidemiológico, com maior incidência de doenças crônicas, como os vários tipos de demência. A literatura aponta a “ajuda direta aos idosos” como a área “pronta para a inovação” em oferta de serviços digitais capazes de auxiliar na socialização, busca de trabalho e CLD ou saúde (telemedicina)<sup>46</sup>. Desta maneira, a gerontecnologia seria a alavanca para a construção de um complexo industrial da saúde e do cuidado<sup>47</sup>.

A adoção da tecnologia para os CLD transformará o segmento da população com mais de 80 anos no maior beneficiário dessa aplicação de tecnologia, assim como transformará o gerontólogo em um profissional da área tecnológica. Esse segmento é cada dia mais dependente da conectividade para assegurar os serviços e produtos necessários para a dignidade e bem-estar (art. 230 da C.F.) da pessoa idosa, independentemente de classe social, sobretudo para permitir um envelhecimento em suas próprias residências (*ageing in place*) ou, no extremo oposto, a gestão de residenciais cada vez maiores. Tem sido sugerido que os produtos de inteligência ambiental serão o equivalente moderno dos mordomos, empregadas domésticas e manobristas.

**Artigo 1**Economia da longevidade:  
um caminho para o desenvolvimento econômico

Os sistemas computacionais estão encontrando seu caminho em roupas, móveis, itens pessoais, transporte, controle ambiental e segurança em casa. A remoção de barreiras ao uso efetivo de TIC pode levar a uma melhor adoção e aceitação das novas tecnologias, resultando em prolongada vida independente e envelhecimento em casa, além de maior participação ativa na economia e na sociedade. As próximas gerações de idosos e mais-idosos tendem a ser muito mais familiarizadas com as TICs.

Os serviços públicos também se informatizam e estabelecem, muitas vezes, acesso exclusivamente pelos meios digitais, seja para agendamento ou monitoramento, exigindo inclusão digital, como mostra o filme *Eu, Daniel Blake*, de Ken Loach (2016), no qual o personagem do ator Dave Johns, além da barreira econômica, enfrenta o cerco digital para ter direito ao seguro-desemprego. A perspectiva é de ampliação dessa automação nas cidades inteligentes. Ao analisar os efeitos da chamada 4ª Revolução Industrial, isto é, do impacto da substituição da mão de obra humana pela Inteligência Artificial (IA), especialistas destacam o papel da dinâmica demográfica nesse processo<sup>48</sup>.

O envelhecimento da população oferece um outro motivo para o desenvolvimento da robótica inteligente. Os robôs (ou as variadas formas de automação) saem das fábricas, das seções de pinturas, soldagem e montagem para os hospitais, asilos, casas e empresas de serviços. Passam a ser assistentes pessoais, cuidadores, acompanhantes, professores, mensageiros, distribuidores de remédios em hospitais, auxiliares de enfermeiros, personal trainers, apoio de astronautas, motoristas, ajudantes de cozinha. Esta é uma realidade do capitalismo contemporâneo, independentemente da necessidade de nossa visão crítica ou questões éticas. Em poucos anos, apontam os especialistas na área, serão mais que aspiradores de pó, serão sua companhia, seu amigo, seu colega, seu tutor, seu carro. Os impactos sobre os empregos e a concorrência global ainda são imensuráveis<sup>49</sup>.

A gerontecnologia apresenta outras dimensões a serem analisadas. A aplicação da inteligência artificial promete customizar (individualizar) a utilização das TICs permitindo, assim, criar empregos em áreas como a educação, design, saúde e “serviços de cuidados para idosos”<sup>50</sup>. É essa dimensão o principal motor da concorrência global estabelecida em torno da gerontecnologia, sobretudo na área de teleassistência ou robótica assistiva. Dito de outra forma, é a dimensão econômica-industrial da chamada “cadeia global de afeto e de assistência”<sup>51</sup>.

A inclusão destes dispositivos, em etapas, na cesta de consumo das famílias promete situar os CLD como consumo protagonista e fator determinante do crescimento econômico dos países. *Quem produz? O*



**O conceito da economia da longevidade é ainda confundido com sua definição mais simplória, como mencionado no início deste artigo, isto é, como apenas um nicho de mercado suscitado pelo aumento do percentual de pessoas com mais de 60 anos no total da população.**

*quê produz? A quem vende? Quais necessidades é capaz de atender?* Essas são as questões em pauta nas discussões econômicas dos organismos multilaterais sobre a emergência da tecnologia para o envelhecimento. A corrida pela liderança global no comércio desses produtos e a construção de uma cadeia global de suprimentos<sup>52</sup> incentivam a ampliação do investimento em P&D ou mesmo incentivos fiscais para a indústria nascente da gerontecnologia, como outros países estão providenciando<sup>53</sup>, com vistas a “ampliar a qualidade do cuidado”<sup>54</sup> e pelo potencial econômico.

#### **BRASIL: UMA VISÃO CRÍTICA**

A economia da longevidade começou a dar seus primeiros passos no Brasil em 2007 no ambiente acadêmico<sup>55</sup>. O conceito, porém, vem sendo difundido de forma muito tímida, sem constituir-se ainda um tema de política pública ou mesmo empresarial. É inexistente qualquer ação estatal – seja federal, estadual ou municipal – para construir uma estratégia, tal qual a que vem sendo elaborada na União Europeia<sup>56</sup>, nos Estados Unidos ou no Japão.

Como abordado na seção anterior, essa estratégia dependeria de empenho coordenado no âmbito da pesquisa, da inovação, do empreendedorismo, da educação, isto é, do Estado. Assim, seria capaz de motivar investimentos voltados a atender às novas demandas suscitadas pela alteração da estrutura do consumo familiar de uma sociedade envelhecida. Da mesma forma, auxiliaria a sustentabilidade dos gastos públicos relacionados ao envelhecimento populacional, como é o objetivo da economia da longevidade na Europa<sup>57</sup>.

A carência dessas novas perspectivas faz com que o Brasil insista em procurar adaptar a dinâmica populacional à matriz econômica pré-determinada pelo neoliberalismo em vez de debater alternativas opostas. Essa insistência faz com que, no debate público, prevaleça uma visão negativa da dinâmica demográfica com forte tom fiscalista focado no repetitivo discurso de aumento de gastos da seguridade social (saúde, previdência social e assistência social). O conceito da economia



**Artigo 1**Economia da longevidade:  
um caminho para o desenvolvimento econômico

da longevidade é ainda confundido com sua definição mais simplória, como mencionado no início deste artigo, isto é, como apenas um nicho de mercado suscitado pelo aumento do percentual de pessoas com mais de 60 anos no total da população.

Essa é a ideia que prevalece na mídia e estimula maior preocupação do setor privado a buscar esse consumidor. Em outras palavras, negligencia-se o todo – uma política industrial estratégica – em nome de uma parte – o marketing. Essa mixórdia na assimilação do conceito provoca sua confusão com uma ideia de que a economia da longevidade seria uma mercantilização ou exploração de estímulo consumista da população idosa. Mais do que isso. Esse entendimento equivocado elide aspectos verificados nas experiências internacionais, como o efeito positivo da economia da longevidade para combater o idosismo (*ageism*), promover uma vivência intergeracional e/ou o seu consequente potencial para aumentar a empregabilidade ou estimular o empreendedorismo entre os idosos<sup>58</sup>.

Esse ruído restringe a gama de produtos e serviços a segmentos mais claramente relacionados ao processo de envelhecimento, como saúde, farmacêutico, cuidados e beleza (cosméticos), entre outros. O setor brasileiro de TIC, salvo poucas empresas de teleassistência, ainda ignora o potencial da *silver economy*. Mesmo empresas multinacionais, cujas sedes estão envolvidas com o tema do envelhecimento mundo afora, no Brasil, suas filiais estão afastadas dessa discussão, como é o caso do Google. Boa parte desta ignorância pode ser atribuída à ausência do setor público do debate, ao interesse de industrialização apenas na sede da empresa nos países desenvolvidos e ao alto nível de desconhecimento das ações mundiais no âmbito da economia da longevidade, levando o país a discutir o envelhecimento da população sob uma perspectiva estreita.

Em 2013, o governo brasileiro constituiu uma comissão interministerial denominada “Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo”<sup>59</sup> sem a participação dos ministérios da área econômica, como o da Fazenda e o do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. O fato faz crer que o poder público excluiu a hipótese de que o envelhecimento populacional possa oferecer alguma possibilidade de geração de riqueza. Nas próprias atas da reunião da comissão fica evidente que o objetivo do grupo era discutir políticas públicas “voltadas ao *atendimento* da população idosa”, revelando assim uma atuação meramente assistencialista – que não deixa de ser indispensável em um país desigual como o nosso, mas não pode ser resumida em si mesma.

As políticas e ações dirigidas ao segmento idoso estão, no nível federal, espalhadas por mais de dez ministérios, sem nenhuma articulação estratégica, embora o Instituto de Estudos de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), autarquia hoje vinculada ao Ministério da Economia, seja o *think tank* com maior produção de dados e estudos de alto nível sobre o processo de envelhecimento populacional. Nas atas das reuniões da citada comissão do governo, o tema da economia da longevidade nunca foi mencionado pelos integrantes. Desta forma, as ações do governo central, estados e municípios são empreendidas sem uma articulação e sem qualquer diálogo com o setor privado. Esse panorama piorou consideravelmente depois de 2016, quando o envelhecimento da população passou a ser radicalmente interpretado como gasto para justificar a necessidade de reforma da previdência social.

Por parte da sociedade civil e de organismos de exercício da cidadania, diante de uma imensa demanda social num país com acentuada desigualdade de renda e riqueza, o debate concentra-se na reivindicação de direitos da pessoa idosa estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, pela Política Nacional do Idoso de 1994 (Lei 8.842) e pelo Estatuto do Idoso (Lei 10.741) de 2003. Todo esse arcabouço normativo navega no campo social da política pública (previdência social, assistência social, saúde, educação, cultura, trabalho, desenvolvimento rural, igualdade racial e igualdade de gênero) com poucas referências às obrigações ou possibilidades no campo do setor privado. Esse, por sua vez, exige do setor público austeridade fiscal, logo, essas reivindicações por direitos entram em um ciclo perverso que impede, só para citar um exemplo, a adaptação de cidades para o envelhecimento da população<sup>60</sup>.

Embora tenha sido considerado um avanço no aspecto da emancipação do cidadão idoso, o texto normativo brasileiro delega ao setor privado total liberdade em relação ao envelhecimento populacional, sem exigir obrigações ou estimulá-lo para a busca de oportunidades e inovação diante da transformação demográfica. Nos 118 artigos do Estatuto do Idoso, nenhum faz referência às empresas ou aos investimentos que poderiam aprimorar serviços ou produtos que beneficiem e/ou promovam o bem-estar da pessoa idosa. Isto significa dizer que nenhum estímulo legal nesse sentido foi considerado pelos legisladores a setores estratégicos.

O problema para o Brasil é que os outros países, sobretudo os mais ricos, continuam a adotar uma política industrial como sempre o fizeram, com promoção de setores, empresas e tecnologias tidas como



## **Como o Brasil pretende enfrentar seu desafio de envelhecimento populacional até o fim do século? Quais os setores que elegeu como estratégicos? Qual o potencial que vislumbra no envelhecimento de sua população?**

chave para a modernização das forças produtivas. No enfrentamento da questão demográfica, os países ricos estão acentuando ainda mais essa tradição<sup>61</sup>. A despeito desse quadro na área pública, o Brasil assiste a algumas ações voltadas ao segmento idoso no âmbito estatal em consonância com a economia da longevidade.

A questão é que essas iniciativas são totalmente desarticuladas, sem visão sistêmica. É difícil responder à pergunta: como o Brasil pretende enfrentar seu desafio de envelhecimento populacional até o fim do século? Quais os setores que elegeu como estratégicos? Qual o potencial que vislumbra no envelhecimento de sua população? No setor privado, existe também uma grande movimentação em busca do consumidor idoso, com desenvolvimento de novos serviços e produtos, embora ainda muito restrito às regiões Sudeste e Sul do país e, novamente, sem um maestro seja estatal, não governamental ou privado a comandar uma harmonia econômica.

A literatura internacional aponta como setores mais promissores da economia da longevidade os de telecomunicação, teleassistência, financeiro, habitação e/ou construção, transporte, turismo, energia, cultura, educação, infraestrutura, saúde (*healthcare*), serviços locais, cosméticos e beleza e cuidados de longa duração. O dinamismo de cada um desses setores combinados à transformação demográfica, no entanto, depende das características de cada sociedade, isto é, das especificidades de cada economia (vantagens comparativas). Depende também da maneira como as parcerias entre as entidades públicas, privadas e sociais (não governamentais) são estabelecidas a partir de uma rede capaz de promover o papel da inovação (vantagens competitivas) como fator de desenvolvimento.

É possível mencionar ações em todos esses setores no Brasil que buscam aproveitar o envelhecimento como fator econômico. No entanto, essas iniciativas estão dispersas sem interação com a universidade, os centros de pesquisa, os laboratórios, os financiadores de projetos, deixando assim de constituir-se como estratégia de política industrial ou de alavanca para estimular o crescimento econômico por

meio das receitas tradicionais ou da concepção de política focalizadas (por missões de acordo com as deficiências).

A economia da longevidade encontra como barreira a falta de um projeto nacional de desenvolvimento capaz de fazer dobrar o atual nível de renda per capita do país<sup>62</sup> até 2034 dos atuais US\$ 10,3 mil para US\$ 20 mil e elevar o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos atuais 0,718 (84<sup>a</sup> posição) para 0,809, considerados parâmetros mínimos pelo Banco Mundial para uma economia ser definida como desenvolvida. Isso demandaria um crescimento do PIB de 4% ao ano nos próximos 20 anos<sup>63</sup>. É ainda ignorada a sua capacidade para ajudar o país a alcançar essas metas a partir da geração de riqueza pela própria dinâmica demográfica.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O conceito da economia da longevidade, como demonstrado neste artigo, é uma obra em construção em todos os países. É uma nova interpretação do ponto de vista socioeconômico do envelhecimento populacional, transferindo seu diagnóstico – embora parcialmente – da coluna dos custos para a das receitas. Por seu caráter ainda inconclusivo, essa estratégia de desenvolvimento econômico é portanto um risco para os países em desenvolvimento, como o Brasil, um novo desafio na divisão internacional do trabalho e uma imensa oportunidade – uma vez que todos os concorrentes estão ainda em fases diferenciadas de elaboração e ação.

A área de produtos com alto valor agregado é o centro desta estratégia global e, portanto, demanda ainda mais investimento em P&D. A gerontecnologia, no aspecto econômico, estabeleceu uma nova corrida no comércio global. Assim como o século XX assistiu a uma chamada corrida armamentista, ainda em curso, o século XXI desenha, como propomos chamar, uma *corrida populacional*. Esta disputa está baseada na equação dos sistemas de seguridade social, mas não apenas. Está também calcada na disputa entre os países para atender às novas necessidades de consumo das famílias, com mais idosos e menos crianças, e a crescente carência por mão de obra para os CLD.

Esse panorama impõe aos países a alteração do ponto de vista das políticas públicas em relação ao envelhecimento populacional – de custo para receita – e do imediato investimento em P&D para aqueles esperançosos em disputar essa corrida populacional de uma maneira promissora, pois é ela quem definirá a posição relativa das nações no comércio mundial nas próximas décadas. Por enquanto, as perspectivas brasileiras ainda são bastante nebulosas. ☹

**Artigo 1**

Economia da longevidade:  
um caminho para o desenvolvimento econômico

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. FELIX, J. O idoso e o mercado de trabalho. In: ALCANTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 241-263. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=28693](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28693). Acesso em: 18 mai. 2019.
2. Ver conceitos em HARVEY, D. *Condição pós-moderna São Paulo*: Loyola, 2013; BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001; e em CASTELLS, M. *A sociedade em rede, v. 1*. In: *A era da informação, economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
3. Sobre a importância das metáforas na formação do inconsciente coletivo, ver *Metáforas da globalização*. In: IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 9ª edição, 2001. p. 13-25.
4. FELIX, J. S. *Batalhadores depois dos 60: uma crítica aos tipos de integração do idoso no mercado urbano de trabalho*. 2018. 263 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21335>. Acesso em: 21 mai. 2019.
5. FELIX, J. S. Economia da longevidade, gerontecnologia e o complexo econômico-industrial da saúde no Brasil: uma leitura novo-desenvolvimentista. In: *Kairós*, v. 21, n.1, 2018a, p. 107-130. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/38141/25876>. Acesso em: 21 mai. 2019.
6. FELIX, J. S. Economia da longevidade: uma revisão da bibliografia brasileira sobre os estudos do envelhecimento da população. Artigo apresentado no VIII Encontro da Associação Brasileira de Economia da Saúde, PUC-SP, São Paulo, 2007.
7. WASSEL, J.; BRADLEY, D. B. Pedagogical opportunities in the expanding longevity economy, 2019. Disponível em: [www.aghe.org](http://www.aghe.org). Acesso em: 21 mai. 2019. Instituições relevantes na Europa e nos Estados Unidos já adequaram currículos de economia ou gerontologia, como por exemplo o Massachusetts Institute of Technology (MIT), a Paris School of Economics (PSE), entre muitas outras. Ver COUGHLIN, J. F. *The longevity economy*. New York: PublicAffairs, 2017.
8. OXFORD ECONOMICS. *The longevity economy: generating economic growth and opportunities for business*. Briefing paper by Oxford Economics to AARP, New York, 2014. Os gastos fora do consumo de saúde foram estimados usando a Pesquisa de Despesas do Consumidor do Bureau of Labor Statistics de gastos por unidades consumidoras, com uma pessoa de referência acima de 50 anos e escalada para subnotificação usando dados do Rendimento Nacional e Contas de Produtos do Bureau of Economic Analysis. Exclui todos os gastos com aluguel ou aluguel imputado. Despesas com cuidados de saúde estimadas usando dados dos Centros dos Estados Unidos para o Medicare e o Medicaid Services National Health Expenditure. O impacto econômico doméstico total desses gastos, incluindo impactos diretos, indiretos e induzidos, é calculado usando o pacote de software Implan. Os dados são calculados com valores de referência de 2011.

9. FELIX, J. Silver economy: opportunities and challenges to Brazil adopt European Union's strategy. In: *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, v. 29, issue 2, p. 115-133, 2016. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13511610.2016.1166937>. Acesso em: 21 mai. 2019.
10. KLIMCZUK, A. Supporting the development of gerontechnology as part of silver economy building. In: *Journal of Interdisciplinary Research*, paper n. 61886, Munich, 2012. Disponível em: <http://mpa.ub.uni-muenchen.de/61886/>. Acesso em: 21 mai. 2019.
11. Europe Commission. *Europe's demographic future: facts and figures on challenges and opportunities*. Brussels, 2007, p. 96.
12. ENST, P.; NAEGELE, G.; LEVE, V. The discovery and development of the silver market in Germany. In: F. KOHLBACHER; HERSTAT, C. (ed.). *The silver market phenomenon: business opportunities in an era of demographic change*. Berlin: Springer, first edition, 2008, p. 325-339.
13. HEINZE, R.G.; NAEGELE, G. Silver economy in Germany: more than only the economic factor: old age! *GeroBilim: Journal on Social & Psychological Gerontology*, issue 02/09, 2009, p. 37-52.
14. DESCHAVANNE, E.; TAVOILLOT, P. H. *Philosophie des âges de la vie*. Paris: Grasset, 2007.
15. KLIMCZUK, 2012, op. cit.
16. KLIMCZUK, A. *Economic foundations for creative ageing policy, context and considerations*, v. 1. New York: Palgrave Macmillan, 2015, p. 75-107.
17. FELIX, J. Economia da longevidade e economia do 'care': o envelhecimento populacional a partir de novos conceitos. In: *Argumentum*, Ufes, v. 6, n. 1, 2014, p. 44-63.
18. FELIX, J., 2007, op. cit.
19. FELIX, J. *Viver muito, outras ideias sobre envelhecer bem no século XXI (e como isso afeta a economia e o seu futuro)*. São Paulo: Leya, 2010.
20. PHILLIPSON, C. The political economy of longevity: developing new forms of solidarity for later life. In: *The Sociological Quarterly*, n. 56, 2015, p. 80-100.
21. Oxford Economics, 2014, op. cit.
22. ZIMMER, B. Enjeux et opportunités de la filière silver économie: exemple de la France, 2017. In: *Angewandte Gerontologie Appliqué*, Zürich, doi: 10.1024/2297-5160/a000030. Ver também: Europe Commission, 2007, op. cit.; Europe Commission. *The silver economy: final report*. Luxemburg, Publications Office of the European Union, 2018, doi: 10.2759/640936; Europe Commission. *Growing the European silver economy, background paper*, 23 Feb., 2015; European Commission. *Innovation for active & healthy ageing. Final report European Summit on Innovation for Active and Healthy Ageing*, Brussels, 9-10 Mar., 2015a.
23. Disponível em: <https://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/en/h2020-sections>. Acesso em 21 mai. 2019.
24. FELIX, 2018a, op. cit. Ver também KLIMCZUK, 2012, op. cit.
25. FELIX, 2016, op. cit.



**Artigo 1**Economia da longevidade:  
um caminho para o desenvolvimento econômico

26. Sobre este conceito ver KLIMCZUK, A. *Economic foundations for creative ageing policy, context and considerations*, v. 1. New York: Palgrave Macmillan, 2015.
27. Ver HEINZE, Naegele, 2009, p. 37, op. cit.
28. Ver European Commission, 2015a, op. cit., p. 17.
29. Ver Divisão de Estudos da População das Nações Unidas. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/index.asp>. Acesso em 21 mai. 2019.
30. LE MAIRE, B. In: *Annuaire officiel de la silver économie*, ministère des solidarités et de la santé et ministère de l'économie et des finances. Paris, 2019. Disponível em: [silvereco.org](http://silvereco.org). Acesso em 21 mai. 2019.
31. Um dos maiores exemplos é o grupo francês Orpea Clinea, com mais de 800 unidades na Europa, que está no Brasil. in: *Valor Econômico*. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/5600515/residencia-de-alto-padrao-para-idoso-atrai-investidor>. Acesso em 21 mai. 2019.
32. Ver FELIX, 2016, op. cit. Ver também BERNARD, C.; HALLAL, S.; NICOLĂI, J. P. *La silver économie, une opportunité de croissance pour la France*. Commissariat Général à la Stratégie et à la Prospective, Paris, 2013. Disponível em: [www.strategie.gouv.fr](http://www.strategie.gouv.fr). Acesso em 21 mai. 2019.
33. *Annuaire officiel de la silver économie*, 2019, p. 13. Disponível em: [silvereco.org](http://silvereco.org). Acesso em 21 mai. 2019.
34. Sobre o debate e histórico da estratégia de “campeões nacionais”, ver Felix, 2018, op. cit., p. 30-32.
35. Le Groupe Xerfi, 2015.
36. Disponível em: [www.silvereco.fr](http://www.silvereco.fr). Acesso em: 21 mai. 2019.
37. Disponível em: <https://www.silvervalley.fr/>. Acesso em: 21 mai. 2019.
38. Disponível em: <https://www.strategie.gouv.fr/>. Acesso em: 21 mai. 2019.
39. BERNARD, C.; HALLAL, S.; NICOLĂI, J. P. *La silver économie, une opportunité de croissance pour la France*. Commissariat Général à la Stratégie et à la Prospective, Paris, 2013. Disponível em: [www.strategie.gouv.fr](http://www.strategie.gouv.fr). Acesso em: 21 mai. 2019.
40. Disponível em: <https://www.silvereco.fr/annuaire-national-silver-economie>. Acesso em: 21 mai. 2019.
41. Censo IBGE, 2010.
42. Camarano estima que os CDL representavam, em 2010, 11% do PIB. Ver CAMARANO, A. A. *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
43. CAMARANO, A. A. *Cuidados de longa duração para a pessoa idosa, um novo risco social a ser assumido?* Rio de Janeiro: Ipea, 2010.
44. Ver FELIX, 2007; 2010, 2014, 2016; KLIMCZUK, 2012; BERNARD et al., 2013, op. cit.
45. VÉRAS, M.P.B.; FELIX, J. Questão urbana e envelhecimento populacional: breves conexões entre o direito à cidade e o idoso no mercado de trabalho. In: *Cadernos Metrópole*, v. 18, n. 36, PUC-SP, jul. 2016, p. 441-459. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3607>. Acesso em: 21 mai. 2019. Ver também: KHARAS, H.; REMES, J. Cidades inteligentes podem ser justas: tecnologia permite às cidades serem mais inclusivas. In:



- Valor Econômico*, p. A11, ed. 8 jun. 2018. Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniaio/5579967/cidades-inteligentes-podem-ser-justas>. Acesso em: 8 jun. 2018.
46. KHARAS; REMES, 2018, op. cit.
47. Ver FELIX, 2018a, op. cit.
48. Prado, A. Conferência de abertura no Colóquio Unasul – Instituto Lula – sobre Integração das cadeias produtivas na América do Sul, 13 mai. 2015, São Paulo. Disponível em: [http://www.cepal.org/sites/default/files/speech/files/conferencia\\_de\\_abertura\\_no\\_coloquio\\_unasul.pdf](http://www.cepal.org/sites/default/files/speech/files/conferencia_de_abertura_no_coloquio_unasul.pdf). Acesso em: 15 set. 2016.
49. FELIX, 2018, op. cit.
50. ACEMOGLU, D.; RESTREPO, P. Artificial intelligence, automation and work. In: *National Bureau of Economic Research*, working paper 24196, Cambridge, 2018.
51. DEBERT, G. G.; HIRATA, H. Apresentação do dossiê gênero e cuidado. In: *Cadernos Pagu* (46), Campinas, jan.-abr., Unicamp, 2016, p. 7-15.
52. European Commission, 2018, op. cit.
53. Além da União Europeia, Japão e Estados Unidos, já citados, ver para o caso do Reino Unido. In: HM Government – Industrial Strategy – building a Britain fit for the future. White paper, HM Government, London, 2017, Disponível em: [https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/662508/industrial-strategy-white-paper.pdf](https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/662508/industrial-strategy-white-paper.pdf). Acesso em: 29 nov. 2017.
54. VAN BRONSWIJK, J. E. M. H.; KEARNS, W. D.; NORMIE, L.R. ICT infrastructures in the aging society. In: *Gerontechnology*, 6 (3), 2007, p. 129-134.
55. FELIX, 2007, op. cit.
56. KLIMCZUK, A. Comparative analysis of national and regional models of the silver economy in the Europe Union. *International Journal of Ageing and Later Life*, 2016, doi: 10.3384/ijal.1652-8670.15286.
57. European Commission, 2015a, op. cit., p. 4.
58. Dados da França indicam que 13% das empresas mais inovadoras são de empreendedores com mais de 50 anos, mas o governo destaca que a participação dos idosos como investidores-anjo ou mesmo financiadores de *startups*, mesmo em âmbito familiar, é muito maior. Ver BERNARD et al., 2013, op. cit.
59. Decreto da Presidência da República nº 8.114/1º de outubro de 2013.
60. Como as cidades podem lidar com uma população mais velha. In: *Nexo Jornal Digital*, 25 fev. 2019, Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/02/25/Como-as-cidades-podem-lidar-com-uma-popula%C3%A7%C3%A3o-mais-velha>. Acesso em: 21 mai. 2019.
61. FELIX, J. Como os países ricos ficaram ricos e por que os países pobres continuam pobres. In: *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 2, Universidade de Brasília (UnB), 2018, p. 607-612.
62. FELIX, 2018a, op. cit.
63. LACERDA, A. C. Crônica de um (des)ajuste anunciado In: DOWBOR, L.; MOSANER, M. (org.) *A crise brasileira: coletânea de contribuições de professores da PUC/SP*. São Paulo: Contracorrente, 2016.



## **Cultura empreendedora na economia da longevidade**

[Artigo 2, páginas de 32 a 47]







**Tássia Chiarelli**

*Gerontóloga e mestra em Gerontologia pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) e doutoranda em Gerontologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).*

*tassia.chiarelli@yahoo.com.br*



## RESUMO

O crescente aumento da população envelhecida evidencia a necessidade de fortalecer o empreendedorismo na agenda da economia da longevidade. Apesar de o empreendedorismo ter uma variedade de definições abordadas na literatura, neste artigo serão tratadas duas delas. Uma que se refere ao empreendedorismo enquanto criação de um negócio, e a outra que tem uma linha mais abrangente, levando em consideração o profissional que apresenta comportamento empreendedor em diferentes circunstâncias, incluindo também o intraempreendedorismo. Um dos principais desafios sobre o empreendedorismo em gerontologia é a compreensão do público idoso enquanto cliente e consumidor, devido à heterogeneidade existente. Neste artigo, serão trazidas algumas alterações que podem ocorrer ao longo do tempo e que influenciam esse entendimento. Paralelamente, serão oferecidas algumas pistas sobre como abordar esse público e gerar valor nas soluções desenvolvidas. Ao final, será discutida a importância do tema empreendedorismo na educação em gerontologia como uma estratégia de criação e fortalecimento de uma cultura empreendedora na área do envelhecimento.

**Palavras-chave:** empreendedorismo, gerontologia, economia da longevidade, consumidor idoso, educação.

## ABSTRACT

*The growing aging population increase the necessity for strengthen the entrepreneurship in longevity economy agenda. Although the entrepreneurship concepts got variety in the literature, in this article it will be introduced two of them. The first one describes about the entrepreneurship as a business creating. The other one represents broader aspects, considering the professional with entrepreneurial behavior at different contexts, it also is including the intrapreneurship. One of the main challenges in gerontology entrepreneurship is the understanding older person as customer and consumer due to heterogeneity. In this article will be brought some changes up which influence this topic. In parallel, some clues will be offered on how approaching that target and generating value in solutions developed. In the end, it will be discussed the importance of entrepreneurship in gerontology education as a strategy for creating and strengthening an entrepreneurial culture at the aging area.*

**Keywords:** entrepreneurship, gerontology, longevity economy, ageing consumer, education.

## **ENVELHECIMENTO, ECONOMIA DA LONGEVIDADE E EMPREENDEADORISMO: COMO ESSES ELEMENTOS SE RELACIONAM?**

O Brasil tem caminhado para se tornar um país envelhecido. Muitas vezes esse envelhecimento populacional tem sido encarado como prejuízo para a sociedade devido a inúmeras questões, tais como a previdência social (CAMARANO; FERNANDES, 2016). Por outro lado, surgem abordagens com uma visão mais positiva, evidenciando, por exemplo, como o aumento de pessoas idosas, enquanto consumidoras, pode ser uma oportunidade para o mercado (MINÉ, 2016). Na discussão deste artigo, esses dois polos serão englobados, e o envelhecimento será considerado como um desafio, com aspectos positivos e negativos. Esse desafio não é apenas expressivo, mas também crescente: de 2018 a 2060, a população brasileira a partir de 65 anos de idade irá triplicar, a de 80 anos ou mais irá quase quintuplicar, e a que ultrapassa os 90 anos será multiplicada por sete (CONSTANZI et al., 2018). Ou seja, independentemente das visões traçadas, de qualquer modo o envelhecimento irá acontecer, ou melhor, já está acontecendo. Portanto, profissionais preparados e qualificados serão fundamentais para que esse desafio resulte em qualidade para os novos anos de vida que se seguem.

O desafio do envelhecimento combina com economia da longevidade, um conceito amplo que pode contribuir para uma revisão mais positiva sobre o impacto referente ao aumento de pessoas idosas na sociedade. De um modo geral, esse conceito busca promover o desenvolvimento econômico por meio da participação pública e privada na criação e desenvolvimento de medidas estratégicas e de inovação que contemplem a nova dinâmica demográfica (FELIX, 2009 e 2016).

A economia da longevidade e o desafio do envelhecimento também combinam com o empreendedorismo. Existem conceitos diferentes para explicar esse termo. Por exemplo, em uma visão mais tradicional, o empreendedorismo está associado àquela pessoa que possui o seu próprio negócio, tendo, portanto, autonomia para criar seu emprego. Outra conceituação que tem ganhado espaço compreende o empreendedorismo em um contexto mais amplo. Nessa segunda linha, o empreendedorismo tem uma forte relação com o comportamento empreendedor, ou seja, a capacidade de identificar ou criar uma oportunidade e ter a atitude de aproveitá-la, mesmo que o indivíduo não seja o proprietário de uma empresa. Quando a pessoa não tem

seu próprio negócio, mas busca propor soluções para os desafios da empresa em que trabalha, ela pode tornar-se uma intraempreendedora. Portanto, nessa última definição, o empreendedorismo pode considerar diferentes esferas de atuação, dando destaque à ação criativa e inovadora (WENNEKERS, 2006).

Exemplo de estímulo ao intraempreendedorismo é observado na organização holandesa Buurtzorg, prestadora de assistência domiciliar, cujo lema da instituição é “humanidade ao invés de burocracia”. O diferencial da Buurtzorg está nas equipes de enfermagem que oferecem o atendimento: elas são autogerenciadas. Cada time conta com dez a doze enfermeiros, responsáveis por 50 a 60 pacientes. Essa autonomia é refletida em maior flexibilidade para o atendimento das necessidades dos pacientes e também dos enfermeiros, maior prazer no trabalho e menor risco de adquirir Síndrome de Burnout. Tais profissionais possuem características empreendedoras ao ter que assumir iniciativas, posições de liderança e engajamento para o sucesso da instituição (GRAY; SARNAK; BURGERS, 2015).

Uma prova sobre como funcionários intraempreendedores contribuem para o sucesso organizacional está nos resultados obtidos em pesquisas: a Buurtzorg foi capaz de atender às necessidades dos pacientes utilizando 40% das horas de atendimento autorizadas, enquanto seus concorrentes usaram em torno de 70%, seus pacientes recuperaram a autonomia mais rapidamente e tiveram menos internações hospitalares de emergência (GRAY; SARNAK; BURGERS, 2015).

Tomando esse conceito mais amplo de empreendedorismo, características empreendedoras podem ser aplicadas na vida cotidiana de qualquer pessoa e em diferentes áreas de atividade como, por exemplo, no desenvolvimento de projetos pessoais, em intervenções na comunidade em que se vive e, é claro, no ambiente de trabalho (SOUSA; MACHADO, 2010). A gerontologia tem muito a crescer e se desenvolver ao estimular em seus profissionais atitudes empreendedoras. Já em 1985, Coyle enfatizou a importância de fomentar dentro da academia de gerontologia o espírito empreendedor nos próprios profissionais, nos estudantes e até mesmo nas pessoas idosas.

Há uma variedade de características empreendedoras retratadas na literatura. Chiavenato (2012) aborda três características básicas sobre o espírito empreendedor. A primeira delas é a necessidade de realização, que está relacionada com o propósito e o fazer. Quando a pessoa tem iniciativa para colocar em prática, presume-se que ela tenha disposição em assumir riscos, que é a segunda característica





**Diante dos desafios que virão com o envelhecimento populacional, serão necessários profissionais dispostos a assumir riscos calculados, pró-ativos e interessados em investir seu tempo na criação de estratégias criativas e sustentáveis para os diferentes perfis do público idoso e para aqueles que estão caminhando rumo à velhice.**

levantada pelo autor. Contudo, esses riscos são calculados, ou seja, a pessoa tem determinado controle sobre eles. A última característica é a autoconfiança, pois a pessoa acredita em suas habilidades pessoais para superar os desafios que surgem.

Profissionais com atitudes empreendedoras tomam para si a responsabilidade em desenvolver soluções para um envelhecimento mais ativo e saudável. Diante dos desafios que virão com o envelhecimento populacional, serão necessários profissionais dispostos a assumir riscos calculados, pró-ativos e interessados em investir seu tempo na criação de estratégias criativas e sustentáveis para os diferentes perfis do público idoso e para aqueles que estão caminhando rumo à velhice. Planejamento e ação empreendedora contribuem para que a economia da longevidade consiga conquistar e ampliar seu espaço. A articulação de uma rede integrada e engajada não resulta apenas em oportunidades de negócio na área do envelhecimento, mas também no desenvolvimento sustentável para uma população que envelhece.

Tal população tem suas características próprias. Antes de propor qualquer estratégia ou solução é preciso considerar como ela pensa, se comporta, interage e se desenvolve.

**DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES A PARTIR DO ENTENDIMENTO DE QUEM É A PESSOA IDOSA**

Como cita Webb et al. (2011): onde está a oportunidade sem o cliente? Esse questionamento pode nos levar para caminhos correlacionados. O primeiro deles é o seguinte: de nada adianta propor um programa que aparentemente pareça excelente se não houver o interesse ou a necessidade de determinado público. Imagine a criação de um Centro Dia para Idosos em uma região cujos moradores são formados, em sua grande maioria, por idosos jovens, que ainda estão no mercado



de trabalho. Esse negócio tenderá ao fracasso. Geralmente, quem frequenta os Centro Dia são pessoas idosas com determinados níveis de dependência, residentes em um raio próximo ao local, devido ao deslocamento constante. Se não há esse perfil na região, não há clientes para o Centro Dia.

O segundo caminho se refere ao poder de compra. Pode ser que um negócio seja implementado pelo fato de pessoas idosas desejarem aquela solução, mas há quem pague por ela? Uma coisa é desejar, outra é tornar a solução viável ou atrativa para a compra.

Um terceiro caminho, bastante relacionado com os anteriores, é a identificação de quem é o cliente. Muitas vezes estratégias são desenvolvidas sem dar a devida atenção a isso. Mas se não houver cliente, não há compra, ou em casos de instituições sem fins lucrativos, não há adesão. Por exemplo, uma organização não governamental, ao perceber que há muitas pessoas idosas com tempo ocioso frequentando uma praça, pode oferecer atividades de pintura em seu espaço que sejam exclusivas para a velhice. Mas foi verificado se aquelas pessoas têm interesse em aprender sobre pintura? Qual é o significado de frequentar aquela praça? Elas querem atividades apenas entre seus pares ou preferem a integração com outras gerações?

Portanto, compreender o consumidor ou cliente, não apenas focando sobre seu poder de compra, mas também sobre suas reais necessidades e expectativas é fundamental antes de propor uma solução, seja ela um novo negócio, uma política pública ou um projeto dentro da instituição em que o profissional trabalha. Quando se trata da pessoa idosa, vale enfatizar que não é tão simples compreender suas especificidades, porque há várias alterações que ocorrem ao longo do envelhecimento, tais como as categorizadas por Drolet et al. (2019): sensoriais, cognitivas, motivacionais e emocionais.

Nas alterações sensoriais, por exemplo, temos a visão, que passa por alterações do tipo: a) a visão de perto diminui (presbiopia); b) a pupila fica menor e menos luz atinge a retina; c) a pupila reage mais lentamente em resposta à escuridão ou à luz brilhante. O conjunto de fatores pode levar a uma lentidão na visão, ou seja, a pessoa idosa precisará de mais tempo para identificar objetos próximos ou se concentrar em objetos que estejam com distâncias diferentes. Isso pode dificultar a localização de um produto específico quando há vários outros juntos. Portanto, o profissional precisa ter esse entendimento quando fizer qualquer tipo de exposição (DROLET et al., 2019).



**Em geral, pessoas idosas tendem a perceber o seu tempo futuro como limitado, e isso interfere na motivação, fazendo com que elas busquem direcionar sua energia no aproveitamento do momento presente e valorizar relacionamentos emocionalmente significativos.**

Já nos aspectos cognitivos, o exemplo que será abordado é relativo à redução na velocidade de processamento. O envelhecimento está associado a mudanças na capacidade de atenção que comprometem o potencial de conseguir suprimir informações irrelevantes. Isso exige iniciativas do profissional, tais como a habilidade de comunicação de modo mais objetivo, porque, como relatado, para a pessoa idosa se torna mais difícil conseguir diferenciar as informações importantes das irrelevantes (DROLET et al., 2019).

O envelhecimento também está associado a um maior foco nas emoções. Uma das razões para isso é o conceito de perspectiva de tempo futuro. Em geral, pessoas idosas tendem a perceber o seu tempo futuro como limitado, e isso interfere na motivação, fazendo com que elas busquem direcionar sua energia no aproveitamento do momento presente e valorizar relacionamentos emocionalmente significativos (CARSTENSEN, 1992; CARSTENSEN; ISAACOWITZ; CHARLES, 1999). Em grupos focais com pessoas idosas realizados por Pettigrew (2011), um dos resultados encontrados foi a importância do contato humano. Por exemplo, as pessoas idosas se sentiam mais à vontade para relatar seus sintomas quando o profissional apresentava um comportamento compassivo.

Imagine um profissional que seja proprietário de um estúdio de pilates, que conseguiu reter uma grande quantidade de clientes idosos. Seus concorrentes têm buscado entender quais são seus diferenciais. Eles já observaram que o estúdio atende aos princípios do desenho universal, as comunicações realizadas nas mídias sociais são claras e objetivas, sem o uso de uma variedade de cores, desenhos e informações. Assim como também perceberam que todos os funcionários frequentemente participam de eventos ou cursos de reciclagem, favorecendo um atendimento de qualidade, característica valorizada pelo cliente idoso (CNDL; SPC BRASIL, 2018). Um aspecto mais intrínseco e de difícil

detecção, que os concorrentes ainda não conseguiram observar, é como as pessoas idosas são tratadas nesse local. Todas são recebidas com um abraço e é perguntado para cada frequentador como ele está se sentindo. Os profissionais são treinados para ouvir com atenção e acolhida. Observe que há uma variedade de fatores relacionados para agregar valor ao serviço, sendo que o diferencial é a abordagem no atendimento humanizado.

Essas são algumas alterações advindas com o processo do envelhecimento normal, mas há muitas outras mudanças que contribuem para que esse fenômeno, em especial a velhice, seja considerado como complexo. À medida que a pessoa envelhece, além de passar por eventos esperados, também ocorrem aqueles considerados não normativos. A junção de todas essas variações que podem ocorrer na vida de uma pessoa faz com que a velhice seja a fase da vida mais heterogênea. Por isso, a idade cronológica, por si só, não é considerada um bom marcador (KOHLBACHER; HERSTATT; SCHWEISFURTH, 2011; BEARD; BLOOM, 2016).

Levsen (2015) elucida a problemática em considerar apenas o conceito cronológico diante da complexidade do envelhecimento, englobando também as doenças que podem acometer o indivíduo. O autor traz para reflexão duas pessoas idosas: um homem de 80 anos com a cognição preservada, que tem dificuldade em locomoção, e uma mulher de 70 anos com demência, mas sem deficiências físicas significativas. Com isso, ele busca concluir como a variabilidade nas idades torna essa abordagem muito mais difícil e menos prática. Em uma perspectiva de gestão de negócios e inovação, a sugestão é que a atenção seja dada ao estudo de públicos específicos dentro da velhice, sem dar ênfase à idade.

De encontro com essa proposta estão os questionamentos de Bloch (2016), que são sugeridos antes de o profissional desenvolver produtos, processos e serviços relativos às pessoas idosas. A autora usa essas perguntas com enfoque na gerontecnologia. Mesmo assim, adaptando as questões para o contexto mais amplo do empreendedorismo, tem-se: 1) Para quem é destinado este projeto? 2) Como esta nova solução será utilizada? 3) Por que esta nova solução será utilizada para esse público?

São perguntas que parecem simples, mas que podem contribuir no processo de modelagem, antes de partir para a execução. A primeira pergunta adaptada de Bloch é fundamental, considerando a heterogeneidade na velhice. Diante de todas as pessoas idosas, quais delas se beneficiarão com seu projeto? Como elas são? Quais são suas necessidades?

Já a segunda pergunta adaptada de Bloch envolve uma atenção ao processo. Por exemplo, uma empresa decide comercializar, apenas pela internet, calçados confortáveis e com design moderno para o público mais velho. Mas essas pessoas compram pela internet? Se compram, como elas preferem pagar? Mesmo se compram, esse tipo de produto consegue se vender apenas pela internet ou as pessoas idosas sentem a necessidade de tocar ou provar? Se a exposição for apenas pela internet, quais estratégias são possíveis promover para que a pessoa idosa se sinta segura em comprar? Enfim, há uma variedade de questionamentos que podem surgir a partir da segunda questão.

E por último, a terceira questão adaptada de Bloch traz um ponto crucial. É preciso refletir se as pessoas idosas reconhecem o valor dessa solução e se realmente há quem esteja disposto a pagar por ela. Também é preciso salientar que nem sempre o cliente será a pessoa idosa, já que, por exemplo, pode ser um familiar.

Compreender aplicações que já estão em funcionamento, seu modelo de negócio, clientes atendidos e diferenciais do produto ou serviço também colaboram para a maturidade do próprio empreendedor quando for desenvolver suas soluções. É importante ampliar o repertório, conhecer variados tipos de aplicação que estejam em regiões diferentes: no município, no país ou em lugares mais distantes, considerando, é claro, o contexto de cada local.

O Japão é um país envelhecido que tem buscado desenvolver iniciativas que contemplem a pessoa idosa. Uma delas é inovar por meio da simplicidade. Por exemplo, a Panasonic lançou uma linha de eletrônicos intitulada J-Concept, que tem como alvo os consumidores que procuram produtos mais fáceis de usar, com estilos clássicos e, em alguns casos, mais leves. Um dos seus produtos, o aspirador de pó J-Concept, pesa apenas dois quilos, sendo considerado o mais leve do mundo. Outro dispositivo, como o aquecedor J-Concept, tem a capacidade de direcionar o ar quente para os pés, uma função útil para os consumidores idosos (EUROMONITOR INTERNATIONAL, 2015).

Mesmo sendo necessário considerar as alterações que envolvem a velhice, como já abordado, essa é uma fase complexa e apenas o fator idade não é suficiente para o desenvolvimento de soluções. Portanto, produtos e serviços podem contemplar não apenas as pessoas idosas, mas também outros segmentos, de acordo com a sua proposta de valor. Tomemos como exemplo uma livraria, na qual muitos de seus clientes eram pessoas idosas e reclamavam da falta de um espaço para que pudessem sentar enquanto escolhiam quais livros iriam adquirir. A

**Artigo 2**Cultura empreendedora na  
economia da longevidade

medida encontrada foi distribuir entre os setores bancos confortáveis e ergonômicos. Essa estratégia foi benéfica para as pessoas idosas, mas também para pessoas mais jovens, como as grávidas, que também reconheceram suas vantagens.

Diante de toda essa variedade, há uma possibilidade de fator em comum: a necessidade de autonomia. Produtos e serviços que, de alguma forma, resgatem ou mantenham a autonomia são muito valorizados. Em pesquisa com diferentes produtos e serviços Kohlbacher e Herstatt (2016) encontraram como denominador comum a função e a capacidade dessas soluções auxiliarem as pessoas idosas a manter a sua autonomia e independência por mais tempo. A promoção da autonomia pode se refletir tanto em aspectos sociais e físicos como financeiros. Além disso, pode diferir em dois pontos:

- O primeiro se refere ao próprio uso do produto ou serviço, ou seja, dele ser projetado de modo que possa ser usado sem auxílio de terceiros. Um exemplo são os cuidados em usabilidade no site institucional para que a pessoa idosa se sinta capaz de utilizá-lo.
- O segundo ponto envolve os benefícios da solução em si, que possibilitam a autonomia do consumidor, ou seja, ao utilizar determinado produto, o consumidor ganha maior liberdade em poder continuar realizando determinadas atividades sozinho, como se alimentar.

Todos os aspectos levantados reforçam como o público idoso ao mesmo tempo que é heterogêneo, tem sua singularidade. Östlund (2011) retrata que ainda há uma lacuna entre o que os profissionais pensam que as pessoas idosas querem e, de fato, o que elas realmente desejam ou como esperam ser tratadas. Enquanto profissionais, seja empreendendo ou intraempreendendo, precisamos avançar em nossas pesquisas para que consigamos oferecer soluções compatíveis com a realidade de nossos velhos.

**CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA EMPREENDEDORA EM GERONTOLOGIA: O PODER DA EDUCAÇÃO**

Um dos caminhos para conseguir oferecer soluções que atendam às necessidades do público idoso é por meio da educação. É preciso formar profissionais de geriatria e gerontologia e capacitá-los (BEARD; BLOOM, 2016). A qualificação é um dos aspectos envolvidos no ecossistema empreendedor, fazendo parte do capital humano, de acordo com a categorização de Isenberg (2011).

Além dos empreendedores e intraempreendedores se aprofundarem no estudo sobre envelhecimento, também precisam obter conhecimento em empreendedorismo. Os dois juntos darão a bagagem para compreender quem é o cliente e também para estruturar um modelo de negócios sustentável. Mas como adquirir características e competências empreendedoras? Elas podem ser desenvolvidas tanto em contextos formais, não formais e informais (SOUSA; MACHADO, 2010).

Especificamente, no âmbito da universidade, a formação em gerontologia precisa dar mais margem ao ensino sobre empreendedorismo. O espaço ocupado pela universidade possibilita que ela atue como força motriz para a inovação social, projetando produtos, serviços e políticas que contribuam para promover o envelhecimento ativo (CIPOLLA et al., 2016). Já existem algumas iniciativas que têm buscado a integração e o diálogo entre empreendedorismo e envelhecimento. Como exemplos, há o curso de graduação em gerontologia da Universidade de São Paulo (USP). Em nível de pós-graduação em gerontologia, há a instituição São Camilo, que oferece disciplina em empreendedorismo tanto na modalidade presencial no município de São Paulo (SP), como a distância, e também o Senac, que possui polos espalhados em diferentes regiões brasileiras e está desenvolvendo conteúdo em empreendedorismo na modalidade de educação a distância.

Tanto na modalidade presencial como a distância, a aprendizagem sobre empreendedorismo na área do envelhecimento exige uma abordagem prática que faça sentido aos estudantes. Nesse tipo de temática, não é possível oferecer uma educação bancária, a qual os alunos são meros receptores do saber (FREIRE, 1987). É preciso haver um planejamento pedagógico que considere o uso de metodologias ativas de aprendizagem. De acordo com Barbosa e Moura (2013), o uso de metodologias ativas de aprendizagem promove uma maior interação do aluno com o tema estudado, seja ouvindo, discutindo, perguntando ou fazendo. O aluno é estimulado a construir o conhecimento. Ao propor maior participação e envolvimento durante a aprendizagem, o estudante tem condições de descobrir as reais necessidades da pessoa idosa, desenvolve criticidade para solucionar a problemática do envelhecimento e também utiliza a experiência adquirida para projetar soluções compatíveis com as ferramentas aprendidas.

Como retrata Wassel e Bradley (2017), uma das maiores tarefas para os educadores em gerontologia é ajudar profissionais, estudantes e empresas a entender seu papel no fornecimento de novos produtos, tecnologias e serviços para a crescente população idosa. Com o potencial

de criação de empregos, produtos e serviços nesse mercado da economia da longevidade, há um questionamento sobre se a formação e a ênfase pedagógica atual têm sido suficientes. São levantadas perguntas, tais como: os alunos estão desenvolvendo uma postura para serem competitivos na economia da longevidade? Estão sendo preparados para uma nova economia, em que os contratos de freelancer e de curto prazo são abundantes? Estão sendo capacitados para serem empreendedores e autossuficientes em um mercado de trabalho cada vez mais global?

Como forma de expandir a diversidade de oportunidades de carreiras para os profissionais, como também estimular a criação de novas soluções para as pessoas idosas, o Comitê de Negócios e Envelhecimento da Association for Gerontology in Higher Education (AGHE) lançou uma competição focada no envelhecimento. Trata-se de uma ferramenta pedagógica para melhorar o trabalho dentro e fora da sala de aula. A AGHE disponibiliza em sua plataforma on-line uma variedade de recursos para auxiliar os educadores a ensinar sobre empreendedorismo e economia da longevidade (WASSEL; BRADLEY, 2017).

Também precisamos aprender como um mundo com um grande número de cidadãos mais velhos pode funcionar melhor (The Gerontological Society of America, 2018). Complemento que também estamos aprendendo como ensinar sobre empreendedorismo em gerontologia. Portanto, ainda há muito a se buscar e implementar no ensino. Construir redes entre as instituições, como tem proposto a AGHE ao disponibilizar seus materiais, é uma forma de unir forças e aprender de modo mais rápido, assertivo e inclusivo.

Afinal, empreendedorismo em gerontologia não é apenas criar um negócio, trata-se também de compreender de modo mais profundo nosso próprio envelhecimento para, a partir disso, propor soluções sustentáveis que contribuam com vidas mais longas e felizes. Podemos considerar que essa é uma abordagem mais romantizada sobre empreendedorismo – que pode ser concretizada ou não – e que dependerá do que ensinarmos sobre o assunto e qual valores compartilharemos e construiremos com os alunos. Como aborda The Gerontological Society of America (2018), a demografia não é destino, a maneira como as pessoas e os países respondem a uma sociedade em envelhecimento é que determinará o seu futuro.



### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A crescente participação da população idosa desencadeia a comercialização de produtos e serviços que precisam ser planejados e desenvolvidos com enfoque no respectivo consumidor e cliente. Reconhecer as especificidades da pessoa idosa em seus diferentes âmbitos contribui para a oferta de soluções mais compatíveis com o desejado e esperado. Dessa forma, o envelhecimento populacional pode provocar o surgimento de novos mercados e o estímulo da inovação nessa área, aproximando o desenvolvimento do empreendedorismo em prol do envelhecimento.

O comportamento empreendedor pode contribuir para estimular a criação de novos negócios em gerontologia, como também o desenvolvimento de estratégias mais amplas, quando pensado, por exemplo, no intraempreendedorismo. As instituições precisam implementar iniciativas e programas para garantir condições de consolidação do intraempreendedorismo.

Para que o empreendedorismo consiga ganhar mais espaço e tenha maior sucesso na prática, a educação se torna uma grande aliada. Estimular a discussão sobre empreendedorismo em espaços de formação em gerontologia é ampliar as oportunidades de atuação dos estudantes, como também contribuir para a criação de soluções que tenham enfoque na gestão e no conhecimento sobre a pessoa que envelheceu.

Neste artigo houve uma ênfase sobre a pessoa idosa enquanto consumidora e cliente, contudo é importante deixar claro que ela também contribui para a economia da longevidade enquanto produtora, voluntária, cidadã e inovadora.👉

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BARBOSA, E. F.; MOURA, D. G. de. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. In: *Boletim Técnico do Senac*, Rio de Janeiro, Senac, v. 39, n. 2, p. 48-67, mai.-ago. 2013.
- BEARD, J. R.; BLOOM, D. E. Towards a comprehensive public health response to population ageing. In: *The Lancet*, v. 385, issue 9968, 14 Feb. 2015.
- BLOCH, F. For an integrated and managed gerontechnology. In: *Age and Ageing*, v. 45, issue e letters supplement, 2016.
- CAMARANO, A. A.; FERNANDES, D. A previdência social brasileira. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.
- CARSTENSEN, L. L. Social and emotional patterns in adulthood: support for socioemotional selectivity theory. In: *Psychology and Aging*, v. 7, n. 3, 1992.
- CARSTENSEN, L. L.; Isaacowitz, D. M.; Charles, S. T. Taking time seriously: a theory of socioemotional selectivity. In: *American Psychologist*, v. 54, n. 3, 1999.
- CHIAVENATO, I. *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor*. 4. ed. Baureri: Manole, 2012.
- Cipolla, C. et al. Service design for social innovation: the promotion of active aging in Rio de Janeiro. In: *Fifth Service Design and Innovation Conference*, 2016.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS (CNDL); SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC). *Estilo de vida e consumo na terceira idade*, 2018.
- COSTANZI, R. N. et al. Breve análise da nova projeção da população do IBGE e seus impactos previdenciários. In: *Nota Técnica*, n. 51. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.
- COYLE, J. M. Entrepreneurial gerontology: creative marketing of gerontological skills. In: *Educational Gerontology*, v. 11, n. 2-3, 1985.
- DROLET, A. et al. The influence of aging on consumer decision-making. In: *Consumer Psychology Review*, v. 2, 2019.
- EUROMONITOR INTERNATIONAL. *Challenges and opportunities in targeting the senior consumer*. Conteúdo de circulação restrita. Londres, 2015.
- FELIX, J. S. *Economia da longevidade: o envelhecimento da população brasileira e as políticas públicas para os idosos*. 2009. 107f. Dissertação (mestrado em Economia Política). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- FELIX, J. Silver economy: opportunities and challenges to Brazil adopt European Union's strategy. In: *Innovation: the European Journal of Social Science Research*, v. 29, n. 2, 2016.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GRAY, B. H.; SARNAK, D. O.; BURGERS, J. S. Home care by self-governing nursing teams: the Netherlands' buurtzorg model. In: *The Commonwealth Fund*, v. 14, 2015.

- ISENBERG, D. J. The entrepreneurship ecosystem strategy as a new paradigm for economic policy: principles for cultivating entrepreneurship. In: *The Babson Entrepreneurship Ecosystem Project*, Babson Global, Mai. 2011. Disponível em: <http://www.innovationamerica.us/images/stories/2011/The-entrepreneurship-ecosystem-strategy-for-economic-growth-policy-20110620183915.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2019.
- KOHLBACHER, F.; HERSTATT, C.; SCHWEISFURTH, T. Product development for the silver market. In: HERSTATT, C.; K., Florian. *The silver market phenomenon: marketing and innovation in the aging society*. Heidelberg: Springer, 2011.
- KOHLBACHER, F.; HERSTATT, C. Silver product development: the concept of autonomy as the common denominator in innovations for older users. In: Kwon, S. (ed.) *Gerontechnology: research, practice, and principles in the field of technology and aging*. Heidelberg: Springer, 2016.
- LEVSEN, N. *lead markets in age-based innovations: demographic change and internationally successful innovations*. Germany: Springer Gabler, 2015.
- MINÉ, T. Z. *Comunicação, consumo e envelhecimento: (in)comunicação com o consumidor mais velho*. 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2016.
- ÖSTLUND, B. Silver age innovators: a new approach to old users. In: HERSTATT, C.; KOHLBACHER, F. *The silver market phenomenon: marketing and innovation in the aging society*. Heidelberg: Springer, 2011.
- PETTIGREW, S. Catering to older consumers' customer service needs. In: HERSTATT, C.; KOHLBACHER, F. *The silver market phenomenon: marketing and innovation in the aging society*. Heidelberg: Springer, 2011.
- SOUSA, J. F.; MACHADO, E. Incrementar o empreendedorismo na aprendizagem ao longo da vida: desafios e oportunidades do ensino superior para a estratégia EU 2020. In: *XIV Encuentro AECA*, 2010.
- THE GERONTOLOGICAL SOCIETY OF AMERICA. *Longevity economics: leveraging the advantages of an aging society*, 2018. Disponível em: <https://www.johnhartford.org/events/view/gsa-report-longevity-economics-leveraging-the-advantages-of-an-aging-societ>. Acesso em: 23 mai. 2019.
- WASSEL, J. I.; Bradley, D. B. Pedagogical opportunities in the expanding longevity economy. In: *AGHExchange*, v. 40, n. 2, 2017.
- WEBB, J. W. et al. Where is the opportunity without the customer? An integration of marketing activities, the entrepreneurship process, and institutional theory. In: *J. Acad. Mark. Sci.*, v. 39, n. 4, 2011.
- WENNEKERS, A. R. M. *Entrepreneurship at country level: economic and non-economic determinants*. 2006. 253 f. Tese (Doutorado em Administração). Rotterdam: Erasmus Research Institute of Management: Erasmus University Rotterdam, 2006.



## **Correlação entre função cognitiva e mobilidade em idosas praticantes de atividades físicas - uma análise por grupos de idade**

[Artigo 3, páginas de 48 a 67]





**Raquel de Melo Martins**

*Doutora em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), educadora de atividade física no Sesc Jundiá e participante do Grupo de Aprendizagem de Desenvolvimento Motor (Gepedam).*

*quel\_martins@hotmail.com*

**Inara Marques**

*Docente da Universidade Estadual de Londrina (UEL), professora e orientadora pelo programa Associado de Pós graduação Uem - Uel - na linha Fatores psicossociais e motores relacionados ao desempenho humano. Coordenadora do Grupo de Estudos em Desenvolvimento e Aprendizagem Motora - Gepedam.*

*inaramarques@hotmail.com*

**Aurea Sayuri Shihonmatsu**

*Formada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e educadora de atividade física no Sesc Jundiá.*

*sayuri.unicamp@gmail.com*

**Hélio Mamoru Yoshida**

*Doutorando pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), educador de atividade física no Sesc Jundiá e participante do Grupo de Estudos em Psicologia do Esporte e Neurociências (Gepen).*

*heliomyoshida@gmail.com*



**RESUMO**

O objetivo do estudo foi correlacionar as variáveis cognitivas e motoras de mulheres idosas praticantes de atividades físicas de acordo com a idade. Para tanto, participaram do estudo 22 mulheres, subdivididas em três grupos: entre 60 e 64 anos; 65 e 69 anos; e 70 e 75 anos. As participantes realizaram o questionário do Minixame do Estado Mental (Meem) e a bateria de aptidão física Senior Fitness Test, com seis testes físico-motores. Para a análise dos dados, foi realizada uma análise descritiva dos dados sociodemográficos, como escolaridade e idade; e para os testes físicos e de função cognitiva realizou-se também a correlação de Rhô de Spearman com o objetivo de verificar a correlação entre variáveis de função cognitiva e aptidão física. Os resultados indicaram que no grupo de 60 a 64 anos apresentou-se correlação forte entre a cognição e os testes motores, no teste de sentar e levantar, observado também no grupo de 70 a 74 anos, com correlação ente o escore cognitivo e o teste de resistência cardiorrespiratória. Conclui-se que, para o envelhecimento saudável, é importante a prática de atividades físicas no cotidiano como meio de melhoria nas funções cognitivas, para promover autonomia, bem-estar e qualidade de vida em mulheres idosas.

**Palavras-chave:** envelhecimento, cognição, aptidão física, bem-estar, atividades físicas.

**ABSTRACT**

*The aim of the study was to correlate the cognitive and motor variables of elderly women practicing physical activity according to age. Twenty-two women participated in the study, divided into three groups: between 60 and 64, 65 and 69 and between 70 and 75. The participants performed the Mini Mental questionnaire and the Senior Fitness Test, with six physical-motor tests. For the analysis of the data, a descriptive analysis of the socio-demographic data such as schooling and age was carried out, and for the physical and cognitive function tests, the correlation of Rhô de Spearman was also verified to the correlation between variables of cognitive function and aptitude physics. The results indicated that for the group 60-64 years, there was a strong correlation between cognition and motor tests, in the sit-and-stand test, also observed, for the 70-74 age group, with a correlation between cognitive score and cardiorespiratory resistance test. It is concluded that for healthy aging it is possible to emphasize the importance of the practice of physical activity as a means of improving cognitive functions to promote the autonomy, well-being and quality of life of elderly women.*

**Keywords:** aging, cognition, physical fitness, well-being, physical activity.

## **INTRODUÇÃO**

Com o envelhecimento da população mundial, aumenta-se a necessidade de se encontrar meios para evitar ou minimizar as complicações dos aspectos físicos e cognitivos que permeiam as alterações nos idosos. Atualmente, o envelhecimento tem ocorrido de forma expressiva, tanto em países desenvolvidos como em países subdesenvolvidos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2007). No Brasil, observa-se a mudança da estrutura etária devido à queda das taxas de fecundidade e do aumento da expectativa de vida (MENDES et al., 2018), além disso, as projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) indicam que o Brasil, em 2025, será o sexto país como maior número de idosos no mundo, com mais de 30 milhões de pessoas acima dos 60 anos.

Isto posto, a importância de compreender o envelhecimento em todos os aspectos – sociais, psicológicos, cognitivos e motores – mostra-se primordial, uma vez que tal compreensão fornece subsídios para traçarmos uma estratégia a curto, médio e longo prazos para que esses indivíduos possam envelhecer com saúde e, acima de tudo, com bem-estar e qualidade de vida.

Assim, a inversão da pirâmide etária da população tem chamado atenção para o processo de senescência e suas manifestações. Dentro deste contexto, ainda destaca-se a feminização da população idosa, uma vez que há maior presença relativa, bem como maior longevidade de mulheres na população idosa (CARMEN, 2002; NERI, 2008) quando comparadas aos homens idosos. Mulheres vivem mais que homens, todavia em piores condições quando comparamos parâmetros relacionados à qualidade de vida, com efeitos das relações de gênero que marcam o ciclo da vida, influenciando em oportunidades e recursos, impactando nas relações sociais e econômicas (SOUSA et al., 2018).

De uma maneira geral, com o processo de envelhecimento, verifica-se os declínios das capacidades físico-motoras, fisiológicas e cognitivas associadas ao estilo de vida do indivíduo e aos fatores genéticos, ambientais e sociais (DASCAL et al., 2013; HUNTER; PEREIRA; KEENAN, 2016; YUAN et al., 2015). Desse modo, tem-se como consequência o declínio nas capacidades funcionais de idosos, refletindo no aumento crescente de desequilíbrios posturais, levando-os a quedas e, conseqüentemente, a fraturas e possíveis dependências físicas (TERROSO et al., 2014; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2007).

Além desses aspectos que podem alterar a capacidade funcional, os fatores psicossociais também podem afetar consideravelmente a autonomia e a qualidade de vida do idoso, como sentimentos de não serem





**[...] idosos que apresentam algum comprometimento cognitivo estão ainda mais expostos a quedas, mesmo quando têm suas funções motoras razoavelmente preservadas.**

mais úteis, incapacidade de realizar tarefas cotidianas, autodesvalorização, frustrações e limitações, podendo levá-los ao isolamento e, como possível consequência, à depressão (VASCONCELOS-RAPOSO, 2016).

Dessa maneira, idosos que apresentam algum comprometimento cognitivo estão ainda mais expostos a quedas, mesmo quando têm suas funções motoras razoavelmente preservadas (MONTERO-ODASSO et al., 2009; SPRINGER et al., 2006). O envelhecimento cognitivo está ligado a um conjunto de regressões graduais e funcionais das habilidades cognitivas tais como: atenção, memória, raciocínio, tomada de decisão e velocidade de processamento (SALTHOUSE, 2004). Além disso, observa-se influências tanto de fatores internos – depressão, ansiedade, demência, medicação – como externos – escolaridade, nível socioeconômico, convívio social, institucionalização (YASSUDA et al., 2006).

A prática de exercícios físicos e de lazer tem-se mostrado como um importante mecanismo para amenizar e até mesmo evitar tais declínios, enfatizando os benefícios para o bem-estar, a autonomia e a qualidade de vida em idosos (DASCAL et al., 2013; MARTINS; DASCAL; MARQUES, 2013; OKUBO; SCHOENE; LORD, 2016). Esses benefícios podem estar diretamente ligados às capacidades funcional e cardiorrespiratória, como melhoras nos aspectos motores, na força muscular, ganho na massa e potência muscular, além de maior flexibilidade e melhoras no controle motor, como a marcha e o equilíbrio postural (BHERER; ERICKSON; LIU-AMBROSE, 2013; IMPÉRIO, 2018; MARTINS; MARQUES, 2016; TSAI et al., 2017). Observa-se também a melhora em aspectos cognitivos como memória, atenção, tomada de decisão e planejamento, os quais podem ser explicados por um melhor aporte sanguíneo, melhora na condução nervosa e novos caminhos para as sinapses nervosas (DASCAL; TEIXEIRA, 2016; KRAMER et al., 2004).

A prática regular atua também em questões psicossociais, atenuando quadros de depressão e ansiedade, comuns em homens e mulheres idosos (VASCONCELOS-RAPOSO, 2016). O engajamento em alguma

prática de exercícios físicos, corporais, esportivos ou dança pode promover a autonomia, transferindo esses aprendizados para o dia a dia, favorecendo e incorporando as atividades cotidianas. Também amplia os laços sociais, a autoestima, a socialização e o protagonismo nas relações familiares e pessoais, melhorando a saúde mental, o bem-estar e a qualidade de vida de uma maneira mais ampla nessa população (BASTOS; FREUDENHEIM; SANTOS, 2007; MANN et al., 2009).

Diante desse contexto, aprofundar as reflexões e as pesquisas sobre a prática de atividades físicas por mulheres idosas, de acordo com a idade, torna-se extremamente importante como meio de compreender e atuar com temáticas relacionadas ao envelhecimento. Sendo assim, o objetivo do estudo foi correlacionar os aspectos cognitivos e motores de idosas praticantes de exercícios físicos de acordo com a idade.

## MÉTODOS

Participantes:

A amostra caracterizou-se como não probabilística e selecionada por conveniência, devido às particularidades da população do estudo (THOMAS; NELSON, 2002).

Participaram do estudo 22 idosas com idade média de 66 ( $\pm 4$ ) anos, com tempo de estudo com média de 13 ( $\pm 2$ ) anos. As participantes foram divididas em três grupos por idade: entre 60 e 64 anos, entre 65 e 69 anos e entre 70 e 74 anos. As informações complementares estão presentes na tabela 1.

**Tabela 1. Caracterização dos grupos**

|                     | 60-64 | DP ( $\pm$ ) | 65-69 | DP ( $\pm$ ) | 70-74 | DP ( $\pm$ ) |
|---------------------|-------|--------------|-------|--------------|-------|--------------|
| N                   | 7     |              | 8     |              | 7     |              |
| Massa corporal (kg) | 72,48 | 14,45        | 71,01 | 0,04         | 68,17 | 14,45        |
| Estatura (cm)       | 1,57  | 12,39        | 1,58  | 0,06         | 1,57  | 0,04         |
| Escolaridade (anos) | 13,50 | 2,07         | 13,50 | 2,07         | 13,43 | 1,99         |
| Idade (anos)        | 61,88 | 2,10         | 66,74 | 1,05         | 71,76 | 1,05         |

DP: Desvio Padrão.

**Artigo 3**

Correlação entre função cognitiva e mobilidade em idosas praticantes de atividades físicas – uma análise por grupos de idade

Os critérios de inclusão foram serem mulheres, terem idade entre 60 a 74 anos, capacidade de caminhar de forma independente, praticar exercícios físicos há um ano de maneira contínua, não apresentar distúrbios neurológicos que comprometessem os testes e não apresentar problemas cognitivos (pontuação > 22 no Meem) levando em conta a escolaridade (LOURENÇO; VERAS, 2006).

As modalidades praticadas pelas mulheres idosas participantes do estudo foram: hidroginástica, tênis e treinamento com pesos. A frequência semanal das atividades era de três vezes, com duração de uma hora por sessão. Elas estavam inseridas nas atividades há pelo menos seis meses e foram distribuídas pelos grupos de faixas etárias de maneira aleatória.

**INSTRUMENTOS**

Foram aplicados os seguintes instrumentos:

1. Questionário sociodemográfico contendo dados de identificação, idade, sexo, nível de escolaridade, histórico de prática de atividades físicas, anamnese sobre patologias, medicações e quedas.
2. Bateria de teste Senior Fitness Test (SFT), composto de seis testes motores que avaliam a força dos membros superiores e inferiores, flexibilidade dos membros superiores e inferiores, agilidade/ equilíbrio dinâmico e resistência aeróbia (RIKLI; JONES, 1997).
  - a. *Força de membros inferiores* – levantar e sentar na cadeira, por 30 segundos. A categorização do teste foi obtida por meio do número total de execuções corretas, num intervalo de 30 segundos.
  - b. *Força de membros superiores* – flexão de antebraço, com o braço preferido. A categorização dos dados foi obtida por meio do número total de flexões corretas realizadas num intervalo de 30 segundos. Foi utilizado halter de 2kg.
  - c. *Sentar e alcançar* – o participante deveria permanecer sentado em uma cadeira, com a perna estendida, inclinando-se lentamente para frente, com as mãos sobrepostas, tentava tocar as pontas dos dedos dos pés da perna estendida. A posição deveria ser mantida por dois segundos. A categorização dos dados dá-se por meio do registro da distância (cm) até os dedos dos pés.

- d. *Agilidade/equilíbrio dinâmico* – levantar e caminhar por 2,44 m, dar a volta em um cone e retornar para a cadeira na posição inicial. Para a categorização dos dados, o resultado é obtido por meio do tempo total (s), desde a partida até o retorno do participante.
  - e. *Flexibilidade dos membros superiores* – alcançar atrás das costas, em posição ereta, em pé. O participante colocava a mão preferida sobre o ombro do mesmo lado, a palma da mão aberta e os dedos estendidos, tentando alcançar o meio das costas. Para a categorização, o resultado foi obtido pela distância da sobreposição, ou a distância entre as pontas dos dedos médios e a medida em centímetros mais próxima. Os resultados negativos (-) representam a distância mais curta entre os dedos médios; os resultados positivos (+) representam a medida da sobreposição dos dedos médios.
  - f. *Resistência aeróbia* – caminhar o mais rápido possível ao longo de um percurso previamente demarcado, o máximo de voltas possível, por 6 minutos. Cada volta contava com um perímetro de 50 metros. Como forma de categorização, foi calculada a distância percorrida no intervalo de 6 minutos.
3. Miniexame do Estado Mental (Meem): dividido em duas partes. A primeira requer respostas orais referente à orientação com relação ao tempo (5 pontos); com relação ao local (5 pontos); registro de 3 palavras (3 pontos); atenção e cálculo (5 pontos); e lembrança de 3 palavras (3 pontos), com pontuação máxima de 21. A segunda parte, com pontuação total de 9, avalia a habilidade de linguagem através de nomeação, comando verbal e escrito (8 pontos) e a capacidade construtiva visual ao escrever sentenças espontâneas e copiar um polígono complexo (1 ponto), portanto, a pontuação máxima é de 30 (FOLSTEIN et al., 1975). A duração, em média, da aplicação desse teste é de dez minutos (ALMEIDA, 1998). No Brasil, o instrumento foi traduzido por Bertolucci (BERTOLUCCI et al., 1994 e ALMEIDA, 1998). Vale lembrar que quanto maior a pontuação dessa escala melhor o estado cognitivo do indivíduo.

**Artigo 3**

Correlação entre função cognitiva e mobilidade em idosas praticantes de atividades físicas – uma análise por grupos de idade

**ANÁLISE ESTATÍSTICA**

Foi realizada uma análise descritiva dos dados sociodemográficos, como escolaridade e idade, testes físicos e função cognitiva. Esses dados foram apresentados em média, desvio padrão, valor mínimo e máximo. Foi realizado o teste de Kolmogorov-Smirnov, que mostrou uma distribuição não normal.

Foi feita uma análise geral dos participantes seguida de uma análise referente a grupo de idade com posterior teste de correlação. Em seguida os sujeitos foram divididos em grupos por sexo e idade.

Para as avaliações físicas, foram apresentados quanto à média, seguida de sua classificação de acordo com Rikli e Jones (2013).

Além disso, foi realizado o teste de Rhô de Spearman para verificar a correlação entre variáveis da função cognitiva e aptidão física. As análises dos dados foram realizadas no programa SPSS versão 23.0 para Windows (SPSS Inc.; Chicago, IL, USA).

**RESULTADOS**

Participaram do estudo 22 idosas com idade média de 66 (DP= $\pm 4$ ) anos, com média de 13 (DP= $\pm 2$ ) anos de escolaridade. Apresentamos a caracterização geral (n=22) com os valores de testes motores: levantar e sentar na cadeira; flexão de antebraço; sentando e alcançar; sentado, levantar e caminhar por 2,44 m; alcançar atrás das costas; e andar por 6 minutos, bem como os valores do Meem na tabela 2. Além disso, apresentamos na mesma tabela as variáveis estudadas por grupos de idade: entre 60 e 64 anos (n=7), entre 65 e 69 anos (n=8) e entre 70 e 74 anos (n=8).

Os valores das correlações entre as variáveis motoras e cognitivas por grupo de idade entre 60 e 64 anos; 65 e 69 anos; e 70 e 74 anos estão nas tabelas 3 e 4, respectivamente.

No grupo entre 60 e 64 anos, foi possível observar uma correlação muito forte entre o teste sentado, caminhar por 2,44 m e voltar e sentar com o teste de atenção e cálculo ( $\rho = -0.906$ ;  $p = 0,005$ ) e escore total para o Meem ( $\rho = -0.925$ ;  $p = 0,003$ ), e correlação forte entre o teste sentado, caminhar por 2,44 m e voltar e sentar e evocação ( $\rho = -0.874$ ,  $p = 0,010$ ). Este dado mostra que quanto menor o tempo para executar o teste maior os escores para o subteste de atenção e cálculo, evocação e o escore geral para o Meem.

No grupo entre 65 e 69 anos (vide tabela 4), não observamos correlações estatisticamente significativas entre as variáveis analisadas.

Quanto ao grupo entre 70 e 74 anos (vide tabela 5), observamos uma correlação forte entre o teste de andar por 6 minutos com o escore geral para Meem ( $\rho = -0,765$ ;  $p = 0,045$ ), indicando que quanto melhor o estado cognitivo das idosas menor o tempo que elas levaram para executar o teste de 6 minutos.

**Tabela 2. Testes motores e cognitivos dos grupos da pesquisa**

| Estatísticas Descritivas                       | Sexo Feminino (n=22) |        |        |        | Idade entre 60 e 64 anos (n=7) |        |        |        | Idade entre 65 e 69 anos (n=8) |        |        |        | Idade entre 70 e 74 anos (n=7) |        |        |        |
|--|----------------------|--------|--------|--------|--------------------------------|--------|--------|--------|--------------------------------|--------|--------|--------|--------------------------------|--------|--------|--------|
|  | Mínimo               | Máximo | Média  | DP (±) | Mínimo                         | Máximo | Média  | DP (±) | Mínimo                         | Máximo | Média  | DP (±) | Mínimo                         | Máximo | Média  | DP (±) |
| Escolaridade (anos)                            | 11                   | 18     | 13.36  | 2.15   | 11                             | 18     | 13.14  | 2.67   | 11                             | 15     | 13.5   | 2.07   | 11                             | 15     | 13.43  | 1.99   |
| Idade  | 60.08                | 74.74  | 66.95  | 4.17   | 60.08                          | 69.72  | 63     | 3.11   | 65                             | 69.47  | 66.21  | 1.42   | 70                             | 74.74  | 71.76  | 1.68   |
| Levantar e sentar na cadeira                   | 10                   | 19     | 14.23  | 2.91   | 10                             | 18     | 14.43  | 3.36   | 11                             | 18     | 13.63  | 2.83   | 11                             | 19     | 14.71  | 2.87   |
| Flexão do antebraço                            | 13                   | 25     | 18.59  | 4.06   | 13                             | 25     | 18.57  | 4.43   | 14                             | 25     | 18.75  | 4.2    | 13                             | 25     | 18.43  | 4.16   |
| Sentado e alcançar                             | -15                  | 16     | 2.14   | 9.68   | -13                            | 16     | 7.14   | 10.76  | -12                            | 13     | -0.63  | 7.74   | -15                            | 16     | 0.29   | 9.95   |
| Sentado, caminhar por 2,44 m e voltar a sentar | 2.95                 | 8.31   | 4.87   | 1.32   | 3.13                           | 5.56   | 4.62   | 0.89   | 3.12                           | 8.31   | 5.53   | 1.6    | 2.95                           | 6.31   | 4.39   | 1.17   |
| Alcançar atrás das costas                      | -16                  | 20     | 0.27   | 8.82   | -16                            | 20     | 0.86   | 12.16  | -7                             | 7      | 2.13   | 4.64   | -15                            | 12     | -2.43  | 9.25   |
| Andar 6 minutos                                | 390                  | 690    | 539.77 | 71.29  | 440                            | 600    | 541.43 | 57.5   | 390                            | 690    | 535.63 | 101.75 | 490                            | 600    | 542.86 | 48.64  |
| Orientação (0-10)                              | 9                    | 10     | 9.95   | 0.21   | 10                             | 10     | 10     | 0      | 10                             | 10     | 10     | 0      | 9                              | 10     | 9.86   | 0.38   |
| Memória imediata (0-3)                         | 3                    | 3      | 3      | 0      | 3                              | 3      | 3      | 0      | 3                              | 3      | 3      | 0      | 3                              | 3      | 3      | 0      |
| Atenção e cálculo (0-5)                        | 2                    | 5      | 4.45   | 0.96   | 2                              | 5      | 3.86   | 1.35   | 3                              | 5      | 4.5    | 0.76   | 5                              | 5      | 5      | 0      |
| Evocação (0-3)                                 | 1                    | 3      | 2.32   | 0.72   | 2                              | 3      | 2.57   | 0.53   | 1                              | 3      | 2.25   | 0.71   | 1                              | 3      | 2.14   | 0.9    |
| Linguagem e capacidade construtiva (0-9)       | 9                    | 9      | 9      | 0      | 9                              | 9      | 9      | 0      | 9                              | 9      | 9      | 0      | 9                              | 9      | 9      | 0      |
| Total Meem (0-30)                              | 26                   | 30     | 28.73  | 1.35   | 26                             | 30     | 28.43  | 1.81   | 26                             | 30     | 28.75  | 1.16   | 27                             | 30     | 29     | 1.15   |

DP = Desvio Padrão; Meem = Minixame do Estado Mental.



**Tabela 3. Valores da correlação grupo entre 60 e 64 anos**

|   |           | Escolaridade<br>(anos) | Idade | Levantar<br>e sentar<br>na<br>cadeira | Flexão do<br>antebraço | Sentado e<br>alcançar | Sentado,<br>caminhar<br>por 2,44 m<br>e voltar a<br>sentar | Alcançar<br>atrás das<br>costas | Andar 6<br>minutos |
|---|-----------|------------------------|-------|---------------------------------------|------------------------|-----------------------|--|---------------------------------|--------------------|
| Orientação<br>(0-10) §                              | $\rho$    |                        |       |                                       |                        |                       |  |                                 |                    |
|   | p - valor |                        |       |                                       |                        |                       |  |                                 |                    |
| Memória<br>imediate (0-3)                           | $\rho$    |                        |       |                                       |                        |                       |  |                                 |                    |
|   | p - valor |                        |       |                                       |                        |                       |  |                                 |                    |
| Atenção e<br>cálculo (0-5)                          | $\rho$    | .177                   | -.094 | -.019                                 | .477                   | .277                  | -.906**  | -.019                           | .283               |
|   | p - valor | .705                   | .840  | .967                                  | .279                   | .548                  | .005   | .968                            | .538               |
| Evocação (0-3)                                      | $\rho$    | -.150                  | -.144 | -.220                                 | .364                   | .073                  | -.874*   | .289                            | 0.000              |
|   | p - valor | .749                   | .758  | .635                                  | .422                   | .877                  | .010   | .530                            | 1.000              |
| Linguagem e<br>capacidade<br>construtiva<br>(0-9) § | $\rho$    |                        |       |                                       |                        |                       |  |                                 |                    |
|   | p - valor |                        |       |                                       |                        |                       |  |                                 |                    |
| Total Meem<br>(0-30)                                | $\rho$    | .097                   | -.112 | -.067                                 | .472                   | .236                  | -.925**  | .056                            | .225               |
|   | p - valor | .836                   | .811  | .887                                  | .285                   | .610                  | .003   | .905                            | .628               |

§= Não foi possível determinar os valores da correlação; \*= A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral);

\*\*= A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral);  $\rho$  = rhô de Spearman; Meem= Miniexame do Estado Mental.

**Artigo 3**

Correlação entre função cognitiva e mobilidade em idosas praticantes de atividades físicas – uma análise por grupos de idade

**Tabela 4. Valores de correlação para o grupo entre 65 e 69 anos**

|  |           | Escolaridade (anos) | Idade | Levantar e sentar na cadeira | Flexão do antebraço | Sentado e alcançar | Sentado, caminhar por 2,44m e voltar a sentar | Alcançar atrás das costas | Andar 6 minutos |
|--|-----------|---------------------|-------|------------------------------|---------------------|--------------------|---|---------------------------|-----------------|
| Orientação (0-10) §                        | P         |                     |       |                              |                     |                    |   |                           |                 |
|  | p - valor |                     |       |                              |                     |                    |   |                           |                 |
| Memória imediata (0-3) §                   | P         |                     |       |                              |                     |                    |   |                           |                 |
|  | p - valor |                     |       |                              |                     |                    |   |                           |                 |
| Atenção e cálculo (0-5)                    | P         | -.586               | -.055 | -.451                        | -.341               | -.206              | .179  | .252                      | -.327           |
|  | p - valor | .127                | .897  | .262                         | .409                | .624               | .672  | .547                      | .429            |
| Evocação (0-3)                             | P         | -.062               | -.117 | -.120                        | .139                | -.235              | -.600   | -.299                     | .607            |
|  | p - valor | .885                | .782  | .777                         | .743                | .576               | .116  | .472                      | .110            |
| Linguagem e capacidade construtiva (0-9) § | P         |                     |       |                              |                     |                    |   |                           |                 |
|  | p - valor |                     |       |                              |                     |                    |   |                           |                 |
| Total Meem (0-30)                          | P         | -.516               | .109  | -.335                        | -.221               | -.327              | -.327   | 0.000                     | .166            |
|  | p - valor | .190                | .797  | .417                         | .599                | .429               | .429  | 1.000                     | .695            |

§= Não foi possível determinar os valores da correlação; \* = A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral); \*\* = A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral); ρ = rhô de Spearman; Meem = Miniexame do Estado Mental.

**Tabela 5. Valores da correlação para mulheres entre 70 e 74 anos**

|  |           | Escolaridade<br>(anos) | Idade  | Levantar e<br>sentar na<br>cadeira | Flexão do<br>antebraço | Sentado e<br>alcançar | Sentado,<br>caminhar<br>por 2,44m<br>e voltar a<br>sentar | Alcançar<br>atrás das<br>costas | Andar 6<br>minutos |
|--|-----------|------------------------|--------|------------------------------------|------------------------|-----------------------|---|---------------------------------|--------------------|
| Orientação (0-10)                                | $\rho$    | 0.569                  | 0.000  | -0.618                             | 0.000                  | -0.635                | 0.204   | -0.204                          | -0.515             |
|  | p - valor | 0.182                  | 1.000  | 0.139                              | 1.000                  | 0.125                 | 0.661   | 0.661                           | 0.237              |
| Memória imediata<br>(0-3)                        | $\rho$    |                        |        |                                    |                        |                       |   |                                 |                    |
|  | p - valor |                        |        |                                    |                        |                       |   |                                 |                    |
| Atenção e cálculo<br>(0-5) §                     | $\rho$    |                        |        |                                    |                        |                       |   |                                 |                    |
|  | p - valor |                        |        |                                    |                        |                       |   |                                 |                    |
| Evocação (0-3)                                   | $\rho$    | 0.137                  | -0.391 | -0.467                             | 0.340                  | 0.118                 | 0.321   | -0.265                          | -0.744             |
|  | p - valor | 0.770                  | 0.386  | 0.291                              | 0.455                  | 0.802                 | 0.482   | 0.566                           | 0.055              |
| Linguagem e<br>capacidade<br>construtiva (0-9) § | $\rho$    |                        |        |                                    |                        |                       |   |                                 |                    |
|  | p - valor |                        |        |                                    |                        |                       |   |                                 |                    |
| Total Meem (0-30)                                | $\rho$    | 0.219                  | -0.349 | -0.519                             | 0.299                  | 0.019                 | 0.299   | -0.281                          | -.765*             |
|  | p - valor | 0.637                  | 0.443  | 0.232                              | 0.514                  | 0.967                 | 0.514   | 0.542                           | 0.045              |

§= Não foi possível determinar os valores da correlação; \* = A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral); \*\* = A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral);  $\rho$  =  $\rho$  de Spearman; Meem = Miniexame do Estado Mental.

**Artigo 3**

Correlação entre função cognitiva e mobilidade em idosas praticantes de atividades físicas – uma análise por grupos de idade

**DISCUSSÃO**

O objetivo do estudo foi correlacionar os aspectos cognitivos e motores de idosas praticantes de exercícios físico dentro dos grupos de idade entre 60 e 64 anos; 65 e 69 anos; e 70 e 74 anos.

Os resultados mostraram que o grupo de 60 a 64 anos apresentou correlação entre aspectos cognitivos por meio do Meem e dos testes motores como força de membros inferiores e agilidade. Nossos resultados também mostram no grupo de 70 a 74 anos uma correlação forte entre o escore total do Meem e o teste de resistência cardiorrespiratória. Esses dados vão ao encontro de estudos de Karimooy et al. (2011), no qual se comparou o Meem em pessoas com mais de 55 anos, homens e mulheres, praticantes de atividades físicas e esportivas. Os resultados indicaram um melhor indicativo de desempenho cognitivo, por meio dos escores do Meem para praticantes de atividades físicas quando comparados aos não praticantes. Não houve correlação no grupo com faixa etária de 65 a 69 anos entre aspectos motores e cognitivos.

Dascal et al. (2013) realizaram uma correlação do estado mental de idosos com diferentes níveis educacionais, inseridos em práticas de atividades físicas. Foram separados em três grupos: idosos caratecas, idosos que praticavam caminhada e um grupo de não praticantes. Os resultados indicaram que nas variáveis do Meem, idosos caratecas apresentaram desempenho cognitivo melhor que idosos praticantes de caminhada e não praticantes, além disso, foram encontradas correlações no resultado total do Meem com relação à prática de atividades físicas e variável cognitiva. Dessa forma, os autores concluíram que idosos praticantes de atividades físicas tendem a ter melhor estado mental.

Em uma meta-análise realizada por Kelly et al. (2014), é possível observar a relação entre a consistência de níveis de práticas de exercícios físicos e a diminuição de riscos de declínios cognitivos e demência. Sherrington et al. (2008) apontaram, em um estudo de revisão de literatura, que as práticas de exercícios físicos podem reduzir em até 16% o risco de quedas em idosos; e quando há combinações que incluam exercícios de marcha, podem reduzir em até 38%.

De uma maneira geral, estudos (DE ASTEASU et al., 2017; NORTHEY et al., 2018; ZHENG et al., 2016) vêm indicando os benefícios da prática de atividades físicas nos aspectos cognitivos e motores em idosos, tanto na prática de exercícios resistidos como aeróbios, respeitando os parâmetros de exercícios físicos para essa população.



## **Estudos indicam que a escolaridade pode influenciar em um melhor estado mental de idosos.**

As relações sociais no envelhecimento também são extremamente importantes, sejam no dia a dia, em práticas de lazer, nas práticas físico-esportivas, atividades intelectuais e relações familiares. Quando comparadas as diferenças comportamentais de homens e mulheres, Sousa et al. (2018) indicam uma menor participação das mulheres idosas no mercado de trabalho, mostrando indicativos de associação ao modelo tradicional de sustento familiar, em que o homem faz o papel social no trabalho e também no âmbito das atividades físicas, excetuando-se os afazeres domésticos. Os autores concluem que a participação em atividades na velhice pode estar relacionada ao papel de gênero desenvolvido ao longo do ciclo da vida, por meio de aspectos culturais, sociais e psicológicos.

A mulher idosa, com uma expectativa de vida cada vez maior, acaba sendo vista como um fardo para a família, já que muitas vezes é maltratada e tem suas necessidades emocionais, físicas e econômicas ignoradas (CARMEN, 2002). Por isso existe a necessidade de uma quebra de paradigma, para que sejam cada vez mais estimuladas a praticar exercícios físicos, atividades intelectuais, culturais e de lazer que as possibilitem desenvolver relações sociais e tornarem-se protagonistas das suas vidas.

De maneira geral, alguns fatores podem ter sido determinantes para nossos resultados, como os anos de escolaridade dos três grupos, que são expressivos, com uma média de pelo menos dez anos. Estudos indicam que a escolaridade pode influenciar em um melhor estado mental de idosos (DASCAL et al., 2013; QUADROS JUNIOR; CAMARGO LAMONATO; GOBBI, 2011). Em nosso estudo, o fator idade não teve correlação com os aspectos cognitivos em nenhum dos grupos avaliados, indo de encontro aos estudos que verificaram a relação negativa entre a idade mais avançada e o desempenho de teste cognitivo

**Artigo 3**

Correlação entre função cognitiva e mobilidade em idosas praticantes de atividades físicas – uma análise por grupos de idade

(Meem) (GLUHM et al., 2013; SOUBELET; SALTHOUSE, 2011). Esse resultado pode ser explicado pela influência das práticas esportivas nas idosas do estudo, como tênis, hidroginástica e treinamento com pesos, modalidades que apesar de serem distintas, têm a característica de fomentar a funcionalidade no dia a dia, assim como promover diferentes estímulos motores e cognitivos durante as práticas.

Como limitações e futuros direcionamentos para a temática do estudo, acreditamos que seja necessário: (1) aumentar o número dos participantes por categoria de idade para identificar o padrão dos resultados para população em geral, além de indicar o olhar específico para cada grupo de idade; (2) apesar de não ser o objetivo do estudo, acreditamos que as análises de comparação entre as praticantes de exercícios físicos com um grupo de controle poderiam tornar nossos resultados mais robusto; (3) categorizar e classificar o tipo de atividade física pode auxiliar na compreensão das correlações, uma vez que ainda é escassa a literatura sobre o tipo de exercício físico praticado e os benefícios na cognição em idosas; (4) realizar estudos longitudinais para compreender tanto as alterações motoras quanto as funções cognitivas dos praticantes de atividades físicas; (5) acreditamos que a comparação com um grupo de controle também nos auxiliaria a compreender as manifestações decorrentes da prática de atividades físicas no envelhecimento; e (6) realizar análises aprofundadas do Meem por categoria.

Sendo assim, nosso estudo mostrou a importância da prática de atividades físicas nas funções cognitivas e motoras de mulheres idosas e contribui para a compreensão dessas manifestações em diferentes grupos de idade.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A prática de atividades físicas no envelhecimento é de extrema importância como meio de minimizar os efeitos nos aspectos cognitivos e motores de mulheres idosas. Manter-se ativo promove um efeito protetor, sendo importante em aspectos não apenas físicos, mas também sociais e psicológicos. Quando as idosas passam a incluir esses hábitos saudáveis no cotidiano, incluindo-os em sua rotina diária, promovem sua autonomia, aumentando também a comunicação entre seus pares, promovendo integração e conseqüente diminuição dos quadros de isolamento e depressão, tão comuns nessa faixa etária.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, O. P. Miniexame do Estado Mental e o diagnóstico de demência no Brasil. *Arq. Neuropsiquiatr.* v. 56, n. 3b, p. 605-12, 1998.
- BASTOS, F. H.; FREUDENHEIM, A. M.; SANTOS, S. dos S. Efeito da prática no planejamento de ações motoras de indivíduos idosos. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto.* v. 7, n. 1, p. 116-123, 2007.
- BHERER, L.; ERICKSON, K. I.; LIU-AMBROSE, T. A review of the effects of physical activity and exercise on cognitive and brain functions in older adults. *J. Aging Res.*, v. 2013, p. 657508, 2013.
- CARMEN, D. S. S. Mulher idosa: a feminização da velhice 1. *Estudos Interdisciplinares do envelhecimento*, v. 4, p. 7-19, 2002.
- DASCAL, J. B. et al. Comparação do estado mental de idosos com diferentes níveis educacionais inseridos em práticas de atividade física. *Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento*, v. 18, n. 2, p. 441-454, 2013.
- DASCAL, J. B.; TEIXEIRA, L. A. Selective maintenance of motor performance in older adults from long-lasting sport practice. *Research Quarterly for Exercise and Sport*, v. 87, n. 3, p. 262-270, 2 Jul. 2016.
- DE ASTEASU, M. L. S. et al. Role of physical exercise on cognitive function in healthy older adults: a systematic review of randomized clinical trials. *Ageing Research Reviews*, v. 37, p. 117-134, 2017.
- GLUHM, S. et al. Cognitive performance on the mini-mental state examination and the montreal cognitive assessment across the healthy adult lifespan. *Cognitive and Behavioral Neurology*, v. 26, n. 1, p. 1, 2013.
- HUNTER, S. K.; PEREIRA, H. M.; KEENAN, K. G. The aging neuromuscular system and motor performance. *Journal of Applied Physiology*, v. 121, n. 4, p. 982-994, Oct. 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- IMPÉRIO, L. J. M. F. de A. As atividades de lazer como estratégias para promoção da saúde do idoso. *Mais 60: Estudos sobre Envelhecimento*, v. 28, p. 24-39, 2018.
- KARIMOY, H. N. et al. Lifelong physical activity affects mini mental state exam scores in individuals over 55 years of age. *Journal of Bodywork & Movement Therapies*, p. 6-11, 2011.
- KELLY, M. E. et al. The impact of cognitive training and mental stimulation on cognitive and everyday functioning of healthy older adults: A systematic review and meta-analysis. *Ageing Research Reviews*, v. 15, n. 1, p. 28-43, 2014.
- KRAMER, A. F. et al. Environmental Influences on cognitive and brain plasticity during aging. *The Journals of Gerontology Series A: Biological Sciences and Medical Sciences*, v. 59, n. 9, p. m940-m957, 2004.
- LOURENÇO, R. A.; VERAS, R. P. Miniexame do Estado Mental: características psicométricas em idosos ambulatoriais. *Revista de Saúde Pública*, v. 40, n. 4, p. 712-719, 2006.
- MANN, L. et al. Equilíbrio corporal e exercícios físicos: uma revisão sistemática. *Motriz*, v. 15, p. 713-722, set. 2009.



**Artigo 3**

Correlação entre função cognitiva e mobilidade em idosos praticantes de atividades físicas – uma análise por grupos de idade

- MARTINS, R. D. M.; DASCAL, J. B.; MARQUES, I. Equilíbrio postural em idosos praticantes de hidroginástica e karatê. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 16, n. 1, p. 61-69, mar. 2013.
- MARTINS, R. D. M.; MARQUES, I. Equilíbrio postural em idosos praticantes de atividade física. *Mais 60: Estudos sobre Envelhecimento*, v. 27, n. 64, p. 32-47, 2016.
- MONTERO-ODASSO, M. et al. Can cognitive enhancers reduce the risk of falls in older people with Mild Cognitive Impairment? A protocol for a randomised controlled double blind trial. *BMC Neurology*, v. 9, n. 1, p. 42, 2009.
- NORTHEY, J. M. et al. Exercise interventions for cognitive function in adults older than 50: a systematic review with meta-analysis. *Br. J. Sports Med.*, v. 52, n. 3, p. 154-160, 2018.
- NUNES, M.; SANTOS, S. Avaliação funcional de idosos em três programas de atividade física: caminhada, hidroginástica e lian gong. *Revista Portuguesa de Ciências Desp.*, v. 9, n. 2-3, p. 150-159, 2009.
- OKUBO, Y.; SCHOENE, D.; LORD, S. R. Step training improves reaction time, gait and balance and reduces falls in older people: a systematic review and meta-analysis. *British Journal of Sports Medicine*, v. 51, n. 7, p. 586-593, Apr. 2017.
- QUADROS JUNIOR, A. C.; CAMARGO LAMONATO, A. C.; GOBBI, S. Nível de escolaridade não influencia nível de atividade física em idosos. *Motriz*, Rio Claro, v. 17, n. 1, p. 202-208, 2011.
- SALTHOUSE, T. A. What and when of cognitive aging. *Current Directions in Psychological Science*, v. 13, n. 4, p. 140-144, 2004.
- SOUBELET, A.; SALTHOUSE, T. A. Correlates of level and change in the Mini-Mental State Examination. *Psychological Assessment*, v. 23, n. 4, p. 811, 2011.
- SOUSA, N. F. da S. et al. Envelhecimento ativo: prevalência e diferenças de gênero e idade em estudo de base populacional. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 11, p. 1-14, 2018.
- SPRINGER, S. et al. Dual-tasking effects on gait variability: the role of aging, falls, and executive function. *Movement Disorders*, v. 21, n. 7, p. 950-957, 2006.
- TERROSO, M. et al. Physical consequences of falls in the elderly: A literature review from 1995 to 2010. *European Review of Aging and Physical Activity*, v. 11, n. 1, p. 51-59, 2014.
- TSAI, C.-L. et al. Open-and closed-skill exercise interventions produce different neurocognitive effects on executive functions in the elderly: a 6-month randomized, controlled trial. *Frontiers in Aging Neuroscience*, v. 9, p. 1-16, Sep. 2017.
- VASCONCELOS-RAPOSO, F. Atividade física, autoestima e depressão em idosos. *Cuadernos de Psicología del Deporte*. Murcia, v. 16, n. 3, p. 55-65, 2016.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. Relatório global da OMS sobre prevenção de quedas na velhice. Disponível em: [http://www.saude.sp.gov.br/resources/ccd/publicacoes/publicacoes-ccd/saude-e-populacao/manual\\_oms\\_-\\_site.pdf](http://www.saude.sp.gov.br/resources/ccd/publicacoes/publicacoes-ccd/saude-e-populacao/manual_oms_-_site.pdf). Acesso em: 30 abr. 2019.
- YASSUDA, M. et al. Treino de memória no idoso saudável: benefícios e mecanismos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 19, n. 3, p. 470-481, 2006.

- YUAN, J. et al. Functional connectivity associated with gait velocity during walking and walking-while-talking in aging: a resting-state fMRI study. *Human Brain Mapping*, v. 36, n. 4, p. 1.484-1.493, Apr. 2015.
- ZHENG, G. et al. Aerobic exercise ameliorates cognitive function in older adults with mild cognitive impairment: a systematic review and meta-analysis of randomised controlled trials. *Br. J. Sports Med.*, v. 50, n. 23, p. 1.443-1.450, 2016.

# 4

## A mediação como instrumento de acesso à justiça nas relações familiares com idosos

[Artigo 4, páginas de 68 a 83]







### **Alessandra Negrão Elias Martins**

*Advogada colaborativa; especialista em Direito Civil e Processual Civil; mestre em Gerontologia Social; mediadora judicial e extrajudicial formada no modelo transformativo e em mediação familiar interdisciplinar; facilitadora em práticas de justiça restaurativa; facilitadora em práticas de justiça restaurativa; mediadora voluntária no Projeto de Mediação para Idosos na Promotoria de Justiça Cível do Foro Regional de Santo Amaro; conciliadora no Tribunal de Justiça de São Paulo; autora do livro Mediação familiar para idosos em situação de risco (editora Blucher) e coautora do livro Procedimentos em mediação familiar (editora Imprensa Livre).  
alenemartins@gmail.com*

### **Maria Emiliana Carvalho Herrmann**

*Advogada; mediadora formada pela Escola do Ministério Público de São Paulo no modelo transformativo; facilitadora em práticas de justiça restaurativa; mediadora voluntária do Projeto de Mediação para Idosos na Promotoria de Justiça Cível do Foro Regional de Santo Amaro; mestranda em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).  
emiliana.herrmann@gmail.com*



**Artigo 4**A mediação como instrumento de acesso à  
justiça nas relações familiares com idosos**RESUMO**

A partir do conceito de acesso à justiça e de seu desenvolvimento ao longo da história, este artigo apresenta, de forma sucinta, a mediação como mecanismo de pacificação social, sua compreensão no sistema jurídico brasileiro e os aportes trazidos pelo sistema interamericano de proteção dos direitos humanos à temática do acesso à justiça para a população idosa. Com destaque para as relações familiares, a mediação surge como uma prática possível e efetiva de inclusão do idoso, não apenas como destinatário de proteção jurídica e social, mas como verdadeiro sujeito de direitos.

**Palavras-chave:** mediação; família; idoso; acesso à justiça.

**ABSTRACT**

*Based on the concept of access to justice and its development throughout history, this article briefly presents mediation as a mechanism for social pacification, its understanding in the Brazilian legal system and the contributions made by the inter-American system for the protection of human rights to the topic access to justice for the elderly population. With emphasis on family relationships, mediation emerges as a possible and effective practice of inclusion of the elderly, not only as a receiver of legal and social protection, but as a true subject of rights.*

**Keywords:** mediation; family; older person; access to justice.

## **INTRODUÇÃO**

Com o envelhecimento da população e as diversas questões envolvendo a autonomia, os cuidados e o reconhecimento da pessoa idosa como agente da própria vida, discute-se hoje, cada vez mais, novos caminhos de comunicação e resolução de conflitos presentes nas relações familiares.

Através de uma breve análise da evolução do princípio do acesso à justiça, este trabalho identificará, num primeiro momento, o alcance do direito do idoso à obtenção de uma resposta oportuna, rápida e eficaz às suas demandas, a proteção já consolidada na legislação nacional, bem como as contribuições trazidas pela recente Convenção Interamericana Sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos para o tema do acesso à Justiça.

Na sequência, será apresentada a mediação familiar como um dos instrumentos à disposição dos cidadãos no percurso para a transformação das relações sociais e consequente pacificação dos conflitos. No contexto com idosos, a mediação familiar toma contornos específicos, sendo a prática hoje exercida por mediadores voluntários no Ministério Público do Estado de São Paulo, um exemplo – entre tantos outros – paradigmático na superação de riscos, no reconhecimento e empoderamento da pessoa idosa em sua autonomia, nos seus direitos e na integração do sistema familiar.

## **O ACESSO À JUSTIÇA E A PROTEÇÃO DA PESSOA IDOSA**

O acesso à justiça como direito à obtenção de uma solução para determinado conflito existe desde os primórdios da civilização. Num primeiro momento, e antes do desenvolvimento das sociedades estatais, vigoravam formas mais simplificadas de acesso à justiça, a exemplo das decisões tomadas privativamente por chefes de comunidades tribais ou, posteriormente, pela aplicação – a partir de crenças e ritos – das leis proclamadas por reis e representantes religiosos<sup>1</sup>.

Com o desenvolvimento do Estado e a monopolização da prestação jurisdicional, os conflitos passaram a ser gerenciados por instituições formais que tomaram para si a incumbência de resolvê-los. A partir do advento do Estado liberal burguês no século XVIII, o acesso à justiça, visto como um direito natural, inerente ao ser humano, caracterizou-se, sobretudo, pelo seu viés individualista. Como nas sociedades liberais o Estado não tinha a obrigação de interferir na esfera pessoal dos cidadãos, somente aqueles que tinham recursos financeiros podiam levar suas demandas à apreciação de uma instância jurisdicional<sup>2</sup>.

**1** FERREIRA, Bruno; PAVI, Carmelice Faitão Balbinot; CAOVI, Maria Aparecida Lucca. A defensoria pública e o acesso à justiça na América Latina. In: RÉ, Aluísio Iunius Monti Ruggeri (org.). *Temas aprofundados defensoria pública*. Salvador: Editora Juspodivm, 2013. p. 68.

**2** CAPPELLETTI, M.; GARTH, B. *Acesso à justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988. p. 10.



**Artigo 4**A mediação como instrumento de acesso à  
justiça nas relações familiares com idosos

**3** JÚNIOR, Antônio Pereira Gaio. Acesso à justiça e o direito à prioridade na tramitação processual. In: LEITE, George Salomão et al. (coord.). *Manual dos direitos da pessoa idosa*. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 558.

**4** DABOVE, María Isolina. *Derechos humanos de las personas mayores*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Astrea, 2015, p. 32.

**5** LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

**6** CAPPELLETI, Mauro; GARTH, Bryant. op. cit., p. 49.

O acesso formal, porém não efetivo à justiça começou a ser repensado paralelamente ao crescimento das sociedades industriais e, com elas, às demandas pela proteção dos chamados direitos econômicos, sociais e culturais. A ampliação do rol de direitos fundamentais para o âmbito do coletivo impôs ao Estado uma atuação positiva, não mais de mero espectador, mas de garantidor destes "novos" direitos. Neste cenário, o Estado expande a sua atuação – até então restrita a impedir que as liberdades individuais fossem violadas – para assegurar condições de vida digna a todos.

É no início do século XX, com a solidificação dos direitos sociais e a preocupação do Estado com os pobres, que o acesso à justiça gradativamente deixa o seu caráter estritamente individualista e torna-se fortemente ligado a uma noção de justiça social<sup>3</sup>. A definição de acesso à justiça passa a abranger, além da possibilidade do cidadão chegar ao sistema judicial, o direito à obtenção de uma decisão justa (e não qualquer decisão) e, ainda, o conhecimento, pelos jurisdicionados, dos direitos que lhe são assegurados por lei.<sup>4</sup>

Mas não só: percebe-se igualmente que o efetivo acesso à justiça, ou seja, a possibilidade estendida a todos de exigir das instituições uma resposta justa à determinada pretensão, revela-se como o mais básico e fundamental dos direitos humanos<sup>5</sup>. De fato, de que vale a titularidade de direitos (sejam individuais ou coletivos) diante da ausência de mecanismos para sua efetiva reivindicação?

Mas, como viabilizar o acesso efetivo à justiça? Mauro Cappelletti e Bryant Garth, em sua obra *Acesso à justiça*, apontam para três ondas renovatórias capazes de consolidar uma justiça ao alcance de todos. A primeira delas concentra esforços em buscar soluções para transpor a barreira dos altos custos que a justiça impõe àqueles que não têm recursos para sua acessibilidade. A segunda onda de reformas enfrentou o problema da proteção dos direitos coletivos numa época em que o processo judicial ainda “era visto apenas como um assunto entre duas partes”<sup>6</sup>. E, por fim, a terceira onda – e a que mais interessa para este artigo – preocupou-se em apontar, a partir da constatação de que o acesso ao Poder Judiciário era insuficiente na realização de decisões justas e eficazes, técnicas alternativas de solução de conflitos.

Este novo enfoque, que reconhece que os problemas de efetividade do acesso à justiça podem ser enfrentados através de mecanismos de resolução de conflitos para além do Poder Judiciário, objetiva suplantando as barreiras que distanciam grande parte da população do seu direito de requerer ao Estado uma atuação concreta na resposta aos seus conflitos.



No Brasil, o acesso à justiça como direito fundamental está previsto na Constituição Federal no princípio geral do artigo 5º, inciso XXXV, segundo o qual “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito”. A obrigação do Estado em “prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos” está disposto no inciso LXXIV do mesmo artigo e corrobora a noção de acesso à Justiça na sua vertente ampla. Junte-se a estes dois comandos, a determinação, também constitucional, de que a todos, no âmbito judicial e administrativo, é assegurado a tramitação razoável dos processos ou procedimentos<sup>7</sup>, bem como o devido processo legal.

No caso específico da pessoa idosa, o princípio do acesso à justiça contido na Constituição Federal recebe regulamentação própria no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Reconhecida como pessoa digna de proteção singular em razão de sua vulnerabilidade etária, à pessoa idosa é garantida a tramitação processual prioritária em todos os procedimentos – judiciais ou não –, bem como a celeridade nos processos em que estiver envolvida<sup>8</sup>. A justificativa para o tratamento diferenciado a este grupo de indivíduos recai sobre o entendimento de que o acesso à justiça, para que seja pleno, deve ser considerado como um canal para a realização do próprio direito à igualdade. Dito de outra forma, a adoção de instrumentos capazes de criar oportunidades iguais para indivíduos desiguais (a pessoa idosa é vista em situação de vulnerabilidade perante outros litigantes) é fundamental no processo de consagração de uma justiça inclusiva.

Esse também é o espírito prestigiado no mais novo tratado de direitos humanos aprovado no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA). A Convenção Interamericana Sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos (doravante, Convenção), em vigor desde 2017, é um tratado inédito, resultado de um processo longo de compreensão pelos países do continente americano a respeito das diversas velhices, dos direitos protegidos e, sobretudo, do reconhecimento da pessoa idosa como protagonista de sua própria vida.<sup>9</sup>

Aqui uma explicação pertinente: a importância de uma convenção de direitos humanos para o Brasil reside no fato de que uma vez ratificada pelo Poder Executivo federal, ela passa a produzir efeitos em todo o território nacional. Independentemente da forma como a Convenção for internalizada no ordenamento jurídico (a depender do procedimento para a sua aprovação no Brasil, um tratado de direitos humanos pode ter a mesma força que as normas constitucionais) os objetivos, as diretrizes e as obrigações previstos no tratado devem

**7** Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso LXXVIII.

**8** Lei nº 10.741/03 artigos 69 a 71.

**9** O texto da convenção pode ser acessado no link: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/CAO\\_Idoso/Textos/Conven%C3%A7%C3%A3o%20Interamericana.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/CAO_Idoso/Textos/Conven%C3%A7%C3%A3o%20Interamericana.pdf). Acesso em: 11 mar. 2019.

**Artigo 4**A mediação como instrumento de acesso à  
justiça nas relações familiares com idosos

ser levados em conta tanto no momento da elaboração de políticas públicas, como nas decisões proferidas pelos juízes brasileiros. Além disso, os Estados que aderirem aos tratados de direitos humanos ficam submetidos ao controle de órgãos internacionais especialmente criados pelas convenções, cuja finalidade é fiscalizar e exigir o cumprimento das disposições pactuadas. Isto quer dizer, na prática, que o fato de um país ratificar uma tal convenção, abre aos seus cidadãos a possibilidade de mais um canal – desde vez internacional – de acesso à justiça.

A Convenção protetiva do idoso foi assinada em 2015 pela então presidente do Brasil e, atualmente, encontra-se em processo de aprovação no Congresso Nacional. Somente após o aval do Legislativo e posterior ratificação pelo presidente da República é que o tratado obrigará nossas instituições.

Pois bem, no rol dos direitos consagrados pela Convenção – muitos deles já previstos na legislação nacional – o acesso à justiça é abordado pelo viés da igualdade, garantindo, da mesma forma que no Estatuto do Idoso, não só o ingresso formal às instâncias jurisdicionais, mas o “tratamento preferencial ao idoso na tramitação, resolução e execução das decisões em processos administrativos e judiciais”.<sup>10</sup>

A grande novidade trazida pela Convenção, todavia, ultrapassa as medidas de inclusão da pessoa idosa no sistema institucionalizado de justiça. No mesmo artigo em que o tratado obriga os Estados a ajustarem seus procedimentos judiciais e administrativos para atender seus jurisdicionados idosos, é também consignado que os países signatários da Convenção devem desenvolver “políticas públicas e programas dirigidos a promover mecanismos alternativos de solução de controvérsias”<sup>11</sup>.

O pioneirismo da Convenção é latente: é a primeira vez que um tratado de direitos humanos estabelece a adoção de formas alternativas de resolução de conflitos como modelo de concretização do efetivo acesso à justiça. Até hoje, nenhum outro texto com esta dimensão ou sou estabelecer diretrizes nesse sentido.

É inegável, portanto, a contribuição que o mais relevante documento de proteção dos direitos humanos da pessoa idosa trouxe para a comunidade internacional – e quiçá ao Brasil – na consolidação do conceito de efetivo acesso à justiça. A mediação, como se verá adiante, é um dos expoentes deste novo enfoque e, talvez, um dos principais instrumentos em prol do reconhecimento do idoso como sujeito de direito.

**10** Artigo 31 da Convenção, terceiro parágrafo.

**11** Artigo 31 da Convenção, quarto parágrafo, letra ‘a’.

## **A MEDIAÇÃO E O ACESSO À JUSTIÇA**

Na acepção apresentada por Cappelletti e Garth, os mecanismos que possibilitam os indivíduos a exercerem seu direito fundamental de acesso à Justiça compreendem, além daqueles diretamente relacionados às instâncias judiciais (como são as regras de celeridade e prioridade processual nos processos envolvendo pessoas idosas), outras formas de resolução de conflitos.

Os recursos extrajudiciais de acesso à justiça, a exemplo da mediação, da conciliação e da justiça restaurativa, atuam como fontes renovadoras do processo de pacificação social e contribuem para o desafogamento das vias jurisdicionais. Estes mecanismos, que, em princípio, dispensam a intervenção do Poder Judiciário na condução para a solução de contendas, têm em comum o protagonismo das partes envolvidas na relação litigiosa.

No que se refere especificamente à mediação – uma prática milenar – ela ressurgiu fortemente na década 1970, fruto de um movimento internacional pela busca de novas ferramentas comunicativas capazes de atender às modificações resultantes dos convívios sociais. De forma simplificada, a mediação pode ser definida como “um procedimento consensual de solução de conflitos por meio do qual uma terceira pessoa imparcial – escolhida ou aceita pelas partes – age no sentido de encorajar e facilitar a resolução de uma divergência”.<sup>12</sup>

A mediação tem como principal objetivo a reconstrução do diálogo entre as partes e, a partir da validação das realidades e vivências de cada um, a estruturação de um ambiente de respeito e dignidade.<sup>13</sup> A grande contribuição desta metodologia é que a mediação, diferentemente de outros métodos de resolução de conflitos, não prioriza a busca pelo acordo, mas a conscientização dos indivíduos de que são eles os atores do cenário apresentado e, portanto, das possíveis transformações de suas relações sociais e familiares.

O mediador, no seu papel de facilitador da comunicação, atua de forma imparcial e confidencial, não sugere respostas aos problemas relatados e valoriza, acima de tudo, a importância da participação dos mediados no processo decisório.

Alçados ao centro do debate e reconhecidos como indivíduos aptos a conceber a solução para as suas controvérsias, as partes no procedimento de mediação deixam de ser simples observadores de uma justiça impositiva, ineficiente e, muitas vezes, excludente, para representarem aquilo que a democracia participativa almeja: a transformação da sociedade pelos próprios atores sociais.

**12** SALES, Lília de Moraes. *Mediação de conflitos: família, escola e comunidade*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007. p. 23

**13** NAPOLITANO, Bruno Diaz. *Mediação de conflitos e acesso à justiça*. In: RÊ, Aluísio Iunius Monti Ruggeri (org.). *Temas aprofundados defensoria pública*. Salvador: Editora Juspodivm, 2013. p. 697.

**Artigo 4**

A mediação como instrumento de acesso à justiça nas relações familiares com idosos

No Brasil, a mediação de conflitos geralmente ocorre paralelamente aos procedimentos judiciais (a que chamamos de mediação extrajudicial), mas é possível que ela se realize também dentro de uma ação já em curso perante o Judiciário (mediação judicial). A institucionalização de um método alternativo de resolução de conflitos no próprio Judiciário, ainda que pareça contraditório, é, na verdade, o reconhecimento institucional de que não existe apenas um caminho para uma Justiça plena, mas vários.

Nas duas últimas décadas, as práticas brasileiras de mediação se ampliaram nos mais diversos contextos: penal, empresarial, civil, comunitário, condominial, administrativo, coletivo e familiar. Sobretudo no âmbito familiar, a mediação tem sido uma das opções de destaque no apaziguamento de conflitos, inclusive naqueles envolvendo os cuidados para com a pessoa idosa.

**MEDIAÇÃO FAMILIAR**

Os conflitos são naturais e fazem parte da vida, apresentam aspectos objetivos e subjetivos, todos relevantes e, quando trabalhados em uma mediação, voltam-se à humanidade de cada participante<sup>14</sup>. Muitos conflitos já atravessaram gerações quando chegam à mediação. Em geral, os mediandos buscam “aliados” ou “culpados” pelas questões que trazem e são resistentes às mudanças. Na mediação, as partes encontram um espaço neutro, com um mediador imparcial, cuja principal função é possibilitar que os mediandos cheguem, por si próprios, a soluções. É um processo voluntário tanto para os participantes quanto para o mediador.

Quando estão em mediação, as famílias, em geral, compartilham conflitos e conquistas. Nas trocas comunicacionais<sup>15</sup> os padrões variam. Inicialmente, os mediandos chegam aos encontros com dificuldades na comunicação que vão sendo trabalhadas e transformadas no decorrer das sessões. Como exemplo de comportamento, se um mediando grita, o outro também responde com o tom de voz alterado; se um silencia, o outro normalmente não responde; se consegue melhorar o tom de voz e caminhar para uma comunicação não violenta, tanto verbal como não verbal, o outro também começa a ter um padrão positivo na sua forma de comunicar. Lisa Parkinson (2014, p. 33) destaca como a melhoria do padrão comunicacional se estende para outros integrantes da família e da comunidade e possibilitam a resolução dos conflitos.

**14** Segundo Gisele Groeninga (2003, p. 104): “Um conflito é mais do que uma pretensão objetivamente resistida, ele também contém uma pretensão subjetiva: a do ser em ser compreendido enquanto ser humano, em seu direito a ser humano, com todos os níveis de constituição”.

**15** Segundo Watzlawick, Beavin e Jackson (2007, p. 50) dentre as características básicas da comunicação está a interação – troca de mensagens entre os comunicantes. “Para um observador externo, uma série de comunicações pode ser vista como uma sequência ininterrupta de trocas.”

A mediação familiar engloba o sistema familiar e pode colaborar para a melhora da comunicação, dos cuidados familiares e da resolução dos conflitos relacionados a casais, pais, filhos, irmãos, avós, enfim, a todos os integrantes que compartilham afetos, convivência, solidariedade e cuidados. A mediação requer um estudo profundo da realidade a que se propõe colaborar, com múltiplos olhares e conhecimentos. A base da mediação está, portanto, na interdisciplinaridade<sup>16</sup>.

Faz-se necessário conhecer as famílias que buscam a mediação ou são convidadas para participarem. Quem são estas famílias? Em qual contexto se inserem? O que almejam ou o que a mediação pode oferecer? São questões iniciais e fundamentais que precisam ser consideradas.

A mediação Familiar pode acontecer extrajudicialmente e de forma preventiva à escalada dos conflitos, violências e riscos. No decorrer do processo judicial também são encaminhados casos à mediação, com a possibilidade de, quando resultarem em acordos ou combinados, serem direcionados para acompanhamentos e homologações judiciais.

Diversas questões familiares, quando identificados conflitos e/ou dificuldades de comunicação, podem ser encaminhadas à mediação, tais como aquelas relacionadas ao fim das uniões, à guarda de menores, aos alimentos e à convivência com os filhos, às questões patrimoniais e intergeracionais, aos temas relacionados aos cuidados familiares, entre outros.

Com relação às configurações familiares, aos atendimentos das mediações chegam diversos tipos de família: aquelas formadas pelo casamento, pelas uniões estáveis, por novos casamentos, pelo pai, mãe e filhos (parentais) ou por um dos pais e filhos (monoparentais), pelos avós, por duas mães, por dois pais (famílias homoafetivas), por madrastas e/ou padrastos (famílias mosaicos ou reconstituídas). Enfim, uma pluralidade de estruturas familiares presentes na contemporaneidade e registradas pelo próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE)<sup>17</sup>.

#### Família

Compreende informações sobre as estruturas familiares e das unidades domésticas, seus padrões de organização (famílias reconstituídas, casais do mesmo sexo, casais que moram separados, crianças com dupla residência, famílias monoparentais e pessoas que moram sozinhas) e os ciclos de vida familiar (considerando a presença de crianças e jovens em diferentes faixas etárias, idosos e participação dos adultos membros no mercado de trabalho).

**16** Conforme leciona Águida Arruda Barbosa (2003, p. 104): “A mediação familiar somente pode ser fundamentada pela interdisciplinaridade capaz de ampliar a capacidade humana para a percepção de um 'encontro entre diferentes pontos de vista, porque proveniente de diferentes consciências, permitindo a transformação da realidade”.

**17** Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html>. Acesso em: 12 mar. 2019.

**Artigo 4**A mediação como instrumento de acesso à  
justiça nas relações familiares com idosos

Inovações legais protetivas caminharam com os avanços na área familiar. Como exemplos, podemos citar a Lei 12.318/2010, que protege os filhos contra a alienação parental, a Lei 13.058/2014, que estipula a guarda compartilhada dos filhos para os cuidados, convivência e responsabilidades parentais conjuntas e, ainda, a Lei 13.146/2015 (também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão), que passou a assegurar, como regra, a plena capacidade civil e a preservação da autonomia da pessoa com deficiência.

Todas estas inovações legais repercutem nos processos familiares conexos às realidades de cada família e à proteção da pessoa de forma integral, como sujeito de direitos. E são esses mesmos processos familiares que também passaram a incentivar o desenvolvimento dos métodos consensuais de solução de conflitos. Atualmente, em todo o país, o acesso é amplo à mediação familiar, judicial ou extrajudicialmente, tanto no contexto público dos Centros de Mediação<sup>18</sup>, como nas mediações privadas.

Importa considerar a importância da multidisciplinaridade envolta na resolução de conflitos. Sempre que necessário, além dos mediadores, diversos profissionais participam do acompanhamento dos mediados, que podem, a depender da situação concreta, ser encaminhados para consultas nas áreas jurídica, da saúde, assistencial e financeira, entre outras.

O mediador familiar é o facilitador técnico da comunicação, o organizador do processo da mediação, cuja atuação é sempre desvinculada da sua profissão de origem. O mediador, atento à sua função, à ética, à humanidade e às suas próprias limitações no exercício da atividade mediativa, é essencialmente um moderador da comunicação.

**MEDIAÇÃO FAMILIAR - CONTEXTO COM IDOSOS**

*“O homem não está no tempo, é o tempo que está no homem – que seremos então levados a compreender a ideia do sujeito humano.”*

(Joel Martins, 1998, p. 12)

No contexto com familiares idosos, é necessário compreender o processo de envelhecimento de cada pessoa e das diversas velhices. Segundo Simone de Beauvoir (1990, p. 13): “O sentido de nossa vida está em questão do futuro que nos espera; não sabemos quem somos, se ignorarmos quem seremos: aquele velho, aquela velha, reconheçamos-nos neles”.

**18** Vide artigo 8º, da Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça que dispõe sobre a criação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.



Atualmente busca-se a longevidade com qualidade de vida e um envelhecimento cada vez mais ativo. Segundo a Organização Mundial de Saúde: “Envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas”.

A lei brasileira nos traz um critério cronológico de proteção, segundo o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03, parágrafo 1º), ao regular e assegurar direitos às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. O envelhecimento, entretanto, é plural e heterogêneo, um processo biopsicossocial, com múltiplos aspectos. Há idosos saudáveis, independentes, longevos, assim como há idosos com a saúde mais fragilizada, com a autonomia reduzida ou com a dependência de cuidados.

Quando necessitam de cuidados, em geral, os idosos são auxiliados por familiares (cuidadores informais), escolhidos ou nomeados pelos integrantes da família. O cuidado, neste caso, costuma ser feminino (exercido pela mãe, nora, filha etc.). Mas para as funções de cuidar também podem ser contratados profissionais (cuidadores formais), lembrando que, no Brasil, os idosos ainda fazem jus, ao menos na teoria, aos equipamentos de apoio, como os Centros-Dia, Centros de Convivência, Cuidado Domiciliar e a Instituição de Longa Permanência.

O Estatuto do Idoso traz como responsabilidade da família, comunidade, sociedade e Poder Público assegurar os direitos aos idosos. Com relação ao familiar idoso, quando dependente de cuidados, estes são realizados, normalmente, pelos próprios familiares. Entretanto, muitas vezes surgem conflitos nesta organização e distribuição de responsabilidades, ou a própria família, ela mesma, precisa de atenção e cuidados.

A mediação familiar surge como possibilidade para auxiliar um familiar idoso em diversas situações de conflito, na afirmação de seus direitos e, sobretudo, na preservação de sua autonomia e vontade. Quando a pessoa idosa se encontra dependente de cuidados, a mediação pode colaborar para a organização familiar no compartilhamento dos seus cuidados, mas também para os cuidados de quem cuida e, desta forma, para todo o sistema familiar.

Como exemplo de mediação no contexto de vulnerabilidade do idoso, desde 2011 acontece na Promotoria de Justiça Cível do Foro Regional de Santo Amaro, na cidade de São Paulo, o Projeto de Mediação Para Idosos em Situação de Risco<sup>19</sup>. Os Promotores de Justiça, ao constatarem conflitos familiares nos procedimentos administrativos

**19** De iniciativa da Promotora de Justiça Cível Dr.<sup>a</sup> Mônica Lodder de Oliveira dos Santos Pereira e da Procuradora de Justiça Dr.<sup>a</sup> Isabella Ripoli Martins. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao\\_criminal/Boas\\_praticas/Relacao\\_Projetos/mediacao\\_para\\_idosos](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_criminal/Boas_praticas/Relacao_Projetos/mediacao_para_idosos). Acesso em: 24 jun. 2019.

Projeto pesquisado por Martins, Alessandra Negrão Elias. *Mediação familiar para idosos em risco: mapeamento de uma prática da promotoria de justiça cível do Foro Regional de Santo Amaro São Paulo (SP)*. 2016. 139 f. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

Pesquisa publicada em livro eletrônico com formato E-book em PDF: MARTINS, Alessandra Negrão Elias. *Mediação familiar para idosos em risco*. São Paulo: Editora Blucher, 2017. Disponível em acesso aberto em: <https://openaccess.blucher.com.br/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

**Artigo 4**

A mediação como instrumento de acesso à justiça nas relações familiares com idosos

que acompanham com idosos em situação de risco, encaminham os casos para uma equipe de mediadores voluntários. A mediação acontece como colaboração, ou seja, sem a interrupção do procedimento administrativo que continua sendo acompanhado pelo promotor de justiça responsável.

A notícia dos riscos chega à Promotoria de Justiça por diversas formas de comunicação: pelo disque 100 (denúncia anônima), por relatos do próprio idoso ou de um familiar, através de profissionais que atuam com idosos, pelas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), hospitais, Centros de Referência do Idoso, entre outros. Na maioria das vezes, os idosos se encontram em situação de abandono moral e/ou material em relação aos seus cuidados. Na mediação, como mediandos, temos, em geral, o idoso em vulnerabilidade, os seus familiares, os cuidadores e eventuais conviventes. A equipe de atendimento é composta de mediadores voluntários, formados pelo modelo transformativo<sup>20</sup>, que atendem de forma interdisciplinar em campo e em equipe reflexiva.<sup>21</sup>

Na dinâmica dos atendimentos das mediações acontecem até cinco encontros, com duração, em média, de 2 horas cada. Os agendamentos são mensais, com a possibilidade de um ou dois encontros pós-mediação para acompanhamento dos resultados obtidos. Quando os mediandos caminham em combinados, estes são levados ao promotor de justiça que poderá homologar o acordo extrajudicialmente.

Em vários casos atendidos neste projeto, constatam-se resultados positivos, principalmente com a melhora da comunicação entre os familiares, dos cuidados e da convivência com o idoso, da sua saúde e, conseqüentemente, da eliminação do risco.

A mediação também pode acontecer no contexto privado, quando preventiva aos riscos. Chegam à mediação, por exemplo, casos de familiares com necessidades de organização sobre os cuidados do idoso, cuidados com o cuidador ou com dificuldades na convivência diária. Quando o idoso, por questões de saúde, não pode estar presente à sessão de mediação, diz-se que a mediação familiar acontece para o idoso (e não com o idoso).

Essas práticas consolidam possibilidades para melhores diálogos, resoluções de conflitos, cuidados familiares e prevenção de riscos. No contexto com idosos, a mediação tem demonstrado ser um canal efetivo para contemplar os direitos da pessoa idosa, aprimorar as relações familiares além de dar voz, escuta e visibilidade ao envelhecimento.

**20** Segundo os precursores Folger e Bush (1999), no modelo transformativo são trabalhados o empoderamento, o reconhecimento do outro e resultados que vão além do acordo.

**21** A equipe reflexiva é uma ferramenta derivada da terapia familiar idealizada por Tom Andersen (2002): um sistema observador que colabora com o compartilhamento de perguntas e reflexões aos mediandos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O acesso à justiça se aperfeiçoou ao longo do tempo: inicialmente reconhecido como um poder formal, absoluto, estatal e centrado no indivíduo, ampliou seu conceito e efetividade para o âmbito social e coletivo. Além da proteção à liberdade, a igualdade é tomada como parâmetro para a concepção de uma justiça justa e eficaz. Ondas renovatórias foram essenciais para a noção de acesso à Justiça na sua vertente plena, sendo os métodos alternativos de solução de conflitos um avanço neste campo.

Ao idoso é garantido um acesso mais célere e prioritário à justiça, com a necessária contribuição trazida pela Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos que contempla as diversas velhices, os direitos e o protagonismo da pessoa idosa.

A mediação é um método consensual de solução de conflitos presente no acesso à Justiça e que pode ocorrer de forma judicial ou extrajudicial. Além do acordo, a mediação contempla diversos outros resultados, a exemplo da melhora na comunicação e no relacionamento entre as partes. Dentre seus contextos tem-se a mediação familiar como instrumento para a resolução dos mais diversos conflitos que envolvem o cotidiano das famílias.

Famílias e velhices são plurais e, ao mesmo tempo, cada família e cada velhice é única. A mediação no contexto com o familiar idoso pode colaborar para a efetividade dos seus direitos, respeito à sua vontade e, quando necessário, para a organização dos seus cuidados.

O acesso à justiça sempre está em constante inovação e acompanhamento do mundo contemporâneo e traz a mediação como uma de suas premissas. Que boas práticas de mediação possam fundamentar leis e políticas públicas para serem disseminadas em todos os contextos da nossa sociedade. Especificamente em relação à velhice, que essas práticas possam contemplar a população idosa no fortalecimento de seus direitos e com um olhar para cada ser humano em seu processo de vida.

**Artigo 4**

A mediação como instrumento de acesso à justiça nas relações familiares com idosos

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ANDERSEN, T. *Processos reflexivos*. Tradução Rosa Maria Bergallo. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 2002.
- BARBOSA, Á. A. *Mediação familiar: uma vivência interdisciplinar*. São Paulo: Atlas, 2015.
- BEAUVOIR, S. *A velhice*. Tradução de Maria Helena Franco. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- CAPPELLETTI, M.; GARTH, B. *Acesso à justiça*. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- CONVENÇÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/CAO\\_Idoso/Textos/Conven%C3%A7%C3%A3o%20Interamericana.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/CAO_Idoso/Textos/Conven%C3%A7%C3%A3o%20Interamericana.pdf). Acesso em: 11 mar. 2019.
- DABOVE, M. I. *Derechos humanos de las personas mayores*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Astrea, 2015.
- FERREIRA, B.; PAVI, C. F. B.; CAOVILL, M. A. L. A Defensoria Pública e o acesso à justiça na América Latina. In: RÉ, A. I. M. R. (org.). *Temas aprofundados da Defensoria Pública*. Salvador: Editora Juspodivm, 2013.
- FOLGER, J. P.; BUSH, R. A. B. Mediação transformativa e intervenção de terceiros: as marcas registradas de um profissional transformador.
- GAIO JÚNIOR, A. P. Acesso à justiça e o direito à prioridade na tramitação processual. In: LEITE, G. S. et al. (coord.). *Manual dos direitos da pessoa idosa*. São Paulo: Saraiva, 2017.
- GROENINGA, G. C.; CUNHA, R. (coord.). *Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- In: SCHNITMAN, D. F.; LITTLEJOHN, S. (orgs). *Novos paradigmas em mediação*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- IBGE. Site da instituição. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/2044-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 6 mar. 2019.
- LAFER, C. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- LEI FEDERAL 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 out. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741compilado.htm). Acesso em: 20 mar. 2019.
- LEI FEDERAL 12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm). Acesso em: 20 mar. 2019.
- LEI FEDERAL 13.058, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13058.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13058.htm). Acesso em: 20 mar. 2019.

- LEI FEDERAL 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm). Acesso em: 20 mar. 2019.
- LEI FEDERAL 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei n. 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto n. 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei n. 9.469, de 10 de julho de 1997. Diário Oficial da União, Brasília, 27 jun. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm). Acesso em: 20 mar. 2019.
- LEI FEDERAL 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 20 mar. 2019.
- MARTINS, A. N. E. *Mediação familiar para idosos em situação de risco*. São Paulo: Editora Blucher, 2017.
- A prática da mediação familiar: idosos em situação de risco. In: MARODIN, M.; MOLINARI, F. (org.). *Procedimentos em mediação familiar*. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2017. p. 419-431.
- MARTINS, A.N. E.; LEIFERT, M. G. M.; PEREIRA, M. L. O. Mediação para idosos em situação de risco. In: *Nova Perspectiva Sistêmica*, Rio de Janeiro, n. 44, p. 71-80, dez. 2012.
- MARTINS, J. Não somos Kronos, somos Kairós. *Revista Kairós Gerontologia*, 1 (1), São Paulo: Educ: Nepe, 1998.
- NAPOLITANO, B. D. Mediação de conflitos e acesso à justiça. In: RÉ, A. I. M. R. (org.). *Temas aprofundados da Defensoria Pública*. Salvador: Editora Juspodivm, 2013.
- PARKINSON, L. *Mediação familiar*. Belo Horizonte: Del Rey, 2016
- PAPALÉO NETTO, M.; KITADAI, F. T. Desafios da longevidade: a quarta idade. In: PAPALÉO NETTO, M.; KITADAI, F. T. (ed.). *A quarta idade: o desafio da longevidade*. São Paulo: Editora Atheneu, 2015.
- REGRAS DE BRASÍLIA sobre acesso à justiça das pessoas em condição de vulnerabilidade. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtksite/100-Regras-de-Brasilia-versao-reduzida.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.
- SALES, L. M. *Mediação de conflitos: família, escola e comunidade*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.
- SCHNITMAN, D. F.; LITTLEJOHN, S. (org.). *Novos paradigmas em mediação*. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues e Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- SIX, J. F. *Dinâmica da mediação*. Tradução de Gisele Groeninga de Almeida, Águida Arruda Barbosa e Eliana Riberti Nazareth. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- WEIS, Carlos. *Direitos humanos contemporâneos*. São Paulo: Malheiros, 2010.
- WORLD HEALTH Organization. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Tradução Suzana Gontijo. In: *Revista Portal de Divulgação*. Brasília: Organização Panamericana da Saúde. n. 48, ano VI, mar.-abr.-mai. 2016, 6op.



5

## **Aspectos motivacionais para a adesão e a permanência do idoso na prática esportiva do tênis de mesa**

[Artigo 5, páginas de 84 a 99]





**Emerson José Lima da Silva**

*Mestre em Educação, docente do curso de Educação Física da Faculdade de Dracena (Unifadra) e educador de atividades físicas do Sesc Thermas de Presidente Prudente.  
emerson@prudente.sescsp.org.br*

**Douglas Joaquim de Oliveira**

*Graduando em Educação Física pela Universidade do Oeste Paulista (Unoeste) e estagiário do setor esportivo do Sesc Thermas de Presidente Prudente.  
douglas@prudente.sescsp.org.br*





**RESUMO**

Na atualidade, uma área de estudo do envelhecimento busca entender a inserção dos idosos em diversas atividades no seu cotidiano. Entre essas práticas encontram-se as atividades esportivas e de lazer. Este trabalho investiga e discute aspectos sociais, culturais e educativos ligados à saúde e à qualidade de vida do idoso, estabelecendo algumas relações com os motivos de adesão e permanência na prática regular tardia da aprendizagem esportiva do tênis de mesa, realizada na unidade Sesc Thermas de Presidente Prudente. A metodologia foi descritiva e quantiquantitativa de campo, utilizando um grupo focal de 11 idosos inscritos no programa descrito como Clube do Tênis de Mesa. Os resultados, apresentados em cinco categorias, apontaram os motivos mais importantes para a adesão e a permanência do idoso na atividade. Melhorar a saúde (81,8%); melhorar a autoestima (81,8%); melhorar a condição física (54,5%); melhorar os aspectos cognitivos (100%); e por incentivos do profissional (100%). Com esses indicadores, promover programas esportivos voltados à promoção da saúde que foquem na participação dos idosos fará com que o número de indivíduos que ainda se encontram sedentários diminua e essa população se torne cada vez mais ativa.

**Palavras-chave:** idoso, motivação, qualidade de vida e esporte.

**ABSTRACT**

*Nowadays, aging has been treated as an area of study that seeks to understand the insertion of the elderly in various activities in their daily lives. Among these practices are sports and leisure activities. This work investigates and discusses the social, cultural and educational aspects related to the health and the quality of life of the elderly, establishing some relations with the motives of adherence and permanence in the regular and late practice of the sports learning Table Tennis, held in the unit Sesc Thermas of Presidente Prudente. The methodology was quantitative field descriptive, using a focal group of 11 elderly people enrolled in the program described as "Table Tennis Club". The results presented in 5 categories, indicated the most important reasons for adherence and permanence of the elderly in the activity. Improved health (81.8%); improve self-esteem (81.8%); improvement of physical condition (54.5%); improvement of cognitive aspects (100%); incentives of the professional (100%). With these indicators, promoting sports programs aimed at promoting health and the participation of the elderly will reduce the number of elderly people who are still inactive and become more and more active.*

**Keywords:** elderly, motivation, quality of life, sport.

## **INTRODUÇÃO**

O envelhecimento é um processo natural, que acomete todo indivíduo ao longo de sua vida. A busca por uma vida mais saudável dos idosos é cada vez mais recorrente. Alguns estudos apresentados<sup>1,2,3,4,5,6,7</sup> apontam o papel do exercício físico e da atividade esportiva como elementos importantes para a aquisição e a manutenção da saúde, da aptidão física e do bem-estar, indicadores de uma boa qualidade de vida em pessoas idosas. Convém ressaltar que as evidências mostram o efeito benéfico de um estilo de vida ativo na manutenção da capacidade funcional e da autonomia física durante o processo de envelhecimento, minimizando a degeneração física e, assim, propiciando uma melhoria geral na saúde e na qualidade de vida. Esses indicadores influenciam, de alguma forma, os idosos enquanto determinantes para iniciarem e permanecerem praticando algum tipo de exercício físico.

Todavia, a análise desses indicadores no envelhecimento remete ao estudo da motivação em idosos. Além disso, foram ampliadas as referências acerca da motivação dos idosos relacionando-as a programas de exercício físico e esportivo para a promoção da saúde, além de favorecer a permanência das pessoas por mais tempo se exercitando regularmente, objetivando trazer elementos substantivos para a sistematização de tais atividades e melhorias consideráveis na qualidade de vida dos idosos. Nessas dimensões, merece ser realçado o conceito de bem-estar, que passa pelo significado de qualidade de vida. Esses conceitos andam juntos. Assim como para Lorda<sup>9</sup>, que também considera qualidade de vida como um fator multidimensional, pois envolve bem-estar, felicidade, sonhos, dignidade e cidadania.

Os autores tratam qualidade de vida como algo positivo, que geralmente está vinculado ao entusiasmo pela vida sem haver fadiga na execução de atividades rotineiras. Ela está intimamente ligada ao padrão de vida, que é a quantidade e a qualidade dos bens e serviços que uma pessoa, com determinada renda, consome normalmente. Assim sendo, o trabalho leva em consideração também como motivação a importância da melhora dos aspectos considerados como cognitivos, já que a prática esportiva em questão, o tênis de mesa, deve fortalecer o desenvolvimento e a manutenção da cognição, como descrito no estudo de Takas<sup>31</sup>, já que trabalha com características de domínio dos objetos raquete e bolinha em diversas direções e posições de jogo.



**[...] a motivação se caracteriza como um processo intencional, ativo e dirigido a uma meta, a qual depende da relação de fatores pessoais (intrínsecos) e ambientais (extrínsecos).**

Entendendo os estudos da motivação e na linha que define a motivação como uma força interna e externa, tem-se em Samulski<sup>10</sup> que a motivação se caracteriza como um processo intencional, ativo e dirigido a uma meta, a qual depende da relação de fatores pessoais (intrínsecos) e ambientais (extrínsecos).

Em outra corrente, que considera apenas a motivação interna, encontra-se Davidof<sup>11</sup>, que acredita na motivação referente a um estado interno e resultante de uma necessidade que ativa ou desperta comportamentos realmente dirigidos ao cumprimento da necessidade ativante. Porém, a motivação pode ser gerada por aspectos externos, que irão conduzir a necessidade interna de dirigir o comportamento. Segundo Maggil<sup>12</sup>, motivo é definido como alguma força interior, impulso, intenção etc., que leva uma pessoa a fazer algo ou a agir de certa forma. Sendo assim, qualquer discussão sobre motivação implica investigar os motivos que influenciam um determinado comportamento, ou seja, todo comportamento é motivado, é impulsionado por motivos.

Neste cenário, o trabalho investiga, identifica e discute alguns dos aspectos socioculturais e educativos relacionados à saúde e à qualidade de vida do idoso, estabelecendo relações com os motivos de adesão e permanência na prática regular da atividade esportiva realizada durante as aulas do Clube do Tênis de Mesa do Sesc Thermas de Presidente Prudente.

Ainda com poucos trabalhos relacionados à modalidade esportiva tênis de mesa, a atividade pode ser utilizada como ação de lazer e também como intenção de formação de mesatenistas, no caso, tardiamente, já que a maioria ainda não tinha contato com a modalidade, mas já conhecia o jogo chamado pingue-pongue, praticado de forma lúdica e sem compromisso com a performance. O fato é que a modalidade se mostra bastante pertinente para a população idosa e os conceitos que Scaglia<sup>32</sup> e Machado<sup>33</sup> demonstram nas formas de aprendizagem esportiva fazem com que ela se torne mais atrativa para a população idosa.

### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O estudo descreveu os motivos encontrados pelos indivíduos com mais de 60 anos que iniciaram e permanecem, há mais de dez meses, no programa esportivo descrito como Clube do Tênis de Mesa. Desta forma, trata-se de uma pesquisa de cunho quantiqualitativo de campo, aplicado a um grupo focal.

### **SELEÇÃO DA POPULAÇÃO E AMOSTRA**

Foram escolhidos 11 indivíduos, envolvendo 4 homens e 7 mulheres do universo de 13 indivíduos, com mais de 60 anos. Dois indivíduos foram excluídos, pois não estavam no local nos dias de realização da coleta de dados. Portanto, o método amostral foi o grupo focal, pois os indivíduos manifestam as suas interpretações, subjetividades e interferem diretamente através do diálogo nas atividades propostas durante as aulas.

### **INSTRUMENTO E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS**

O primeiro instrumento de coleta de dados foi um questionário adaptado e fechado sobre a motivação para a prática esportiva a partir do utilizado pelo Laboratório de Estudos em Práticas Esportivas e Lazer (Lapel), da Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco (Esef/UPE13), com um rol das principais variáveis de adesão e permanência, segundo ordem de prioridade. Foram observadas as frequências dos sujeitos sobre os motivos de adesão, segundo os nove itens a serem respondidos, numa escala de 5 pontos, dos quais 1 *sem importância*, 2 *pouco importante*, 3 *importante*, 4 *muito importante* e 5 *importantíssimo*. Os itens foram construídos considerando-se cinco categorias/dimensões relacionadas à saúde e à qualidade de vida, aos aspectos psicossociais, à influência da mídia, aos aspectos cognitivos e às atitudes profissionais. O segundo instrumento para coleta de dados foi a observação participante, por parte do professor/pesquisador, para entender o processo de motivação ao longo dos 11 meses de aulas do Clube do Tênis de Mesa. Foi realizado um protocolo de observação, relatando os principais fatos ocorridos durante o período de 2 de agosto de 2017 a 13 de julho de 2018. Participaram da coleta de dados, além do professor/pesquisador, um estagiário, treinado e coordenado para ajudar na elaboração da pesquisa.

### **MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS**

Após as observações coletadas, as informações foram organizadas em possíveis descrições dos fatos mais importantes ocorridos durante um período de tempo, utilizando-se a análise de conteúdo de Bardin<sup>34</sup>.

### Artigo 5

Aspectos motivacionais para a adesão e a permanência do idoso na prática esportiva do tênis de mesa

Para o questionário fechado, as categorias foram definidas e nomeadas; depois se procedeu à fusão das categorias analíticas e, por último, foram quantificadas e representadas sob a forma de tabelas. Assim, o método de análise apresentado permitiu uma aproximação ao conteúdo e à estrutura própria da investigação descritiva, associada às técnicas qualitativas e quantitativas de análises.

## RESULTADOS

**Tabela 1. Idosos distribuídos por faixa etária**

| Idade   | N=11 | %    | Média | DP   |
|---------|------|------|-------|------|
| 60 a 64 | 3    | 27,3 | 62,7  | 0,58 |
| 65 a 69 | 1    | 9,1  | 68,0  | **   |
| 70 a 74 | 6    | 54,5 | 71,5  | 1,97 |
| 75 a 79 | 1    | 9,1  | 68,0  | **   |

\*\* Sem Desvio Padrão (DP)N=1

Fonte: o autor.

**Tabela 2. Frequência dos idosos segundo os motivos de adesão e permanência**

| CATEGORIAS DOS MOTIVOS   | SEM IMPORTÂNCIA |   | POUCO IMPORTANTE |      | IMPORTANTE |     | MUITO IMPORTANTE |      | IMPORTANTÍSSIMO |      |
|--|-----------------|---|------------------|------|------------|-----|------------------|------|-----------------|------|
|  | F               | % | F                | %    | F          | %   | F                | %    | F               | %    |
| <b>SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA</b>                                 | F               | % | F                | %    | F          | %   | F                | %    | F               | %    |
| Busca pela saúde   | 0               | 0 | 0                | 0    | 0          | 0   | 2                | 18,2 | 9               | 81,8 |
| A prática esportiva  | 0               | 0 | 0                | 0    | 0          | 0   | 5                | 45,5 | 6               | 54,5 |
| <b>ASPECTOS PSICOSSOCIAIS</b>                                    | F               | % | F                | %    | F          | %   | F                | %    | F               | %    |
| Melhora da autoestima  | 0               | 0 | 0                | 0    | 1          | 9,1 | 1                | 9,1  | 9               | 81,8 |
| Melhora do bem-estar e diminuição do estresse                    | 0               | 0 | 0                | 0    | 0          | 0   | 2                | 18,2 | 9               | 81,8 |
| O ambiente, os amigos e a melhora das relações interpessoais     | 0               | 0 | 2                | 18,2 | 1          | 9,1 | 0                | 0,0  | 8               | 72,7 |
| <b>A INFLUÊNCIA DA MÍDIA</b>                                     | F               | % | F                | %    | F          | %   | F                | %    | F               | %    |
| Televisão, redes sociais e propagandas                           | 0               | 0 | 0                | 0    | 1          | 9,1 | 5                | 45,5 | 4               | 36,4 |
| Melhorar a forma física, ficar forte, emagrecer etc.             | 0               | 0 | 1                | 9,1  | 0          | 0   | 4                | 36,4 | 6               | 54,5 |
| <b>ASPECTOS COGNITIVOS</b>                                       | F               | % | F                | %    | F          | %   | F                | %    | F               | %    |
| Melhora do raciocínio, memória, execução de tarefas do dia a dia | 0               | 0 | 0                | 0    | 0          | 0   | 4                | 36,4 | 7               | 63,6 |
| <b>ATITUDES PROFISSIONAIS</b>                                    | F               | % | F                | %    | F          | %   | F                | %    | F               | %    |
| Incentivo e acolhimento nas atividades                           | 0               | 0 | 0                | 0    | 1          | 9,1 | 0                | 0,0  | 10              | 90,9 |

Fonte: O autor.

Para a análise do material foram levados em consideração elementos de natureza quantiquantitativa indicativa das categorias que previamente foram estipuladas. Cabe destacar que os motivos para a adesão e a permanência dos idosos nos programas esportivos e de exercícios físicos foram analisados sob duas perspectivas: 1) os que se revelaram *importantíssimo* para a maioria da amostra e; 2) os que foram classificados como *sem importância ou pouco importante* pela mesma. A tabela observada realça o item *importantíssimo* dos diferentes motivos para a adesão e a permanência dos idosos ao programa descrito como Clube do Tênis de Mesa. As frequências mais significativas relacionadas na categoria “saúde e qualidade de vida” foram a busca pela saúde (81,8%); na categoria “aspectos psicossociais” melhorar a autoestima, o bem-estar e diminuir o estresse (81,8%); na categoria “a influência da mídia” melhorar a condição física (54,4,5%); na categoria “aspectos cognitivos”, a melhora do raciocínio, da memória e a execução das tarefas do dia a dia (63,6%); e na categoria “atitudes profissionais” o incentivo e o acolhimento (90,9%). Os indicadores ratificam a preocupação com o estilo de vida saudável, além de todos os outros motivos apresentados nas demais categorias.

Analisando as categorias analíticas inseridas na segunda perspectiva, sobre os motivos sem importância ou pouco importante para a adesão e a permanência nos programas esportivos, listaram-se as seguintes categorias por ordem de menor prioridade: o ambiente, os amigos e o relacionamento interpessoal (18,2%); e a melhora do condicionamento físico (9,1%).

### AS OBSERVAÇÕES

Durante o período de observação e registro das ocorrências em aula, foram categorizadas algumas situações que estiveram mais presentes nas aulas que eram realizadas, seguindo o planejamento semestral do professor. As criações das categorias surgiram da seguinte maneira: **1 – Ajuda e incentivo.** Durante as aulas os alunos mais experientes e que já tinham contato anterior com o tênis de mesa, neste caso quatro, ajudavam aqueles que tinham mais dificuldade na aprendizagem técnica dos fundamentos, como também os apoiavam quando estavam desanimados perante a alguma situação que se apresentava. **2 – Criação e reprodução.** Durante as aulas, os alunos eram incentivados a resolverem alguns problemas apresentados pelo professor, fato que estimulou o desenvolvimento da aprendizagem técnica/tática. **3 – Relacionamentos interpessoais.** Os alunos em pouco tempo fizeram



**Artigo 5**

Aspectos motivacionais para a adesão e a permanência do idoso na prática esportiva do tênis de mesa

novas amizades e procuraram sempre que possível organizar encontros e/ou rodas de conversa após as aulas, até mesmo para falar sobre os acontecimentos que cada um estava vivenciando em determinado momento de sua vida.

Diante do exposto, a valorização da atividade tênis de mesa como multiplicador de elementos socioeducativos de valorização do idoso dentro do grupo descrito como focal é bastante relevante.

**DISCUSSÃO**

Ao analisar as variáveis do objeto de pesquisa relacionadas à adesão e à permanência no programa esportivo, a vida social moderna e a noção de estilo de vida assumem significado singular. No transcorrer da história, as normas tradicionais perderam o seu domínio e os indivíduos foram forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções que lhes eram apresentadas. De maneira significativa para essa análise, Mazo<sup>14</sup> realçou o conhecimento que os diversos significados de estilo de vida assumem na constituição da autoimagem e da autoestima, cujo pano de fundo é a atividade física diária. Nessa dimensão, o impacto da atividade física ou esportiva sobre a autoestima também foi abordado em diversas pesquisas<sup>4,14,15,16</sup>. A influência dessa variável parece depender não exclusivamente da ação benéfica da atividade física, não só nos aspectos relacionados ao funcionamento fisiológico do organismo, mas também à dimensão social presente na atividade.

Essas indicações permitem, contudo, apontar que os cuidados com o corpo são também uma afirmação de caracterização social. Surgiram, também, questões de estética, com a preocupação com a autoimagem. Nesse sentido<sup>17,18,19,20,21</sup>, poderíamos maximizar a relação entre atividade física, autoimagem e autoconceito, ressaltando que a aparência corporal



**Os alunos em pouco tempo fizeram novas amizades e procuraram sempre que possível organizar encontros e/ou rodas de conversa após as aulas, até mesmo para falar sobre os acontecimentos que cada um estava vivenciando em determinado momento de sua vida.**

tem sido, apropriadamente, vista como fundamental. O culto ao corpo, pela dieta, roupas, aparência e outros fatores é uma qualidade comum de atividade de estilo de vida na vida social contemporânea. Portanto, um cuidado continuado com o desenvolvimento corporal é parte intrínseca do comportamento social moderno.

Outra variável observada diz respeito à confiança no professor, o que permite apontar algumas tendências. Nesse sentido, os incentivos, o acolhimento e a atenção efetiva aparecem com destaque, confirmando os estudos de Cohen-Mansfield<sup>22</sup>, que enfatizaram não só a prática pedagógica como também a competência do profissional de Educação Física na prescrição e monitoramento da atividade esportiva para conduzir o idoso à autonomia com qualidade e segurança.

Convém realçar que, na permanência, as sensações de ganho com o exercício tornaram-se uma prerrogativa na qual os praticantes apontaram com distinção os motivos relacionados à saúde e aos que envolveram laços psicossociais. Esses aspectos levantados permitem inferir que os idosos não dão tanta relevância à questão que suscite influência da mídia para motivá-los a se tornarem praticantes. Esses resultados causaram surpresa. Enuncia-se pelas principais categorias analíticas inseridas na segunda perspectiva, sobre os motivos sem importância para a adesão a programas de exercício físico. Ao exame dessa questão foi possível inferir que poucos idosos não dão tanta relevância à questão que suscite influência da mídia para motivá-los a se tornarem praticantes. Na linha dos estudos de Giddens<sup>23</sup>, ele lembra que não é possível concluir que os meios de comunicação criam um reino autônomo de hiper-realidade em que o signo ou a imagem são tudo.

Em outro olhar, trabalhos<sup>8,22,23</sup> apontam a mídia como um dos elementos de massificação da informação, o que contribui decisivamente para o fenômeno da exercitação física, na qual médicos, educadores e outros profissionais trazem argumentos científicos para levar as pessoas a praticarem exercícios e atividades esportivas. Todavia, são inúmeras as observações que apontaram que as mensagens não são aceitas em razão da pouca clareza dos fatores que influenciam a compreensão e a memorização da mensagem.

Convém deixar claro que o poder público se faz presente nesse fenômeno, contribuindo na divulgação de políticas públicas de saúde com programas que objetivam transformar sedentários em praticantes, principalmente os indivíduos idosos, que apresentam declínio fisiológico e funcional e são mais suscetíveis a doenças e limitações funcionais como consequência de um estilo de vida sedentário.

**Artigo 5**

Aspectos motivacionais para a adesão e a permanência do idoso na prática esportiva do tênis de mesa

Portanto, a mídia influencia os idosos a praticarem exercícios através da motivação, inculcando diretamente na disposição para iniciarem e manterem uma prática constante de atividades. Cabe destacar que essas reflexões sobre os motivos para a adesão à prática de exercícios implicam em uma reconfiguração do pensar em saúde, abandonando o impasse entre a construção teórica e a sua efetivação nas práticas do cotidiano. Investigações<sup>24,22,15,17</sup> reforçam que a construção desse pensar implica em relacionar as forças intrínsecas ou extrínsecas que dirigem o comportamento das pessoas para a procura da melhor modalidade de exercícios ou atividade esportiva a ser praticado conforme a sua escolha e/ou utilidade. Ou, ainda, os motivos estudados anteriormente também conferem benefícios em todos os aspectos relacionados ao fisiológico, ao sociológico e ao psicológico.

Nesse sentido, a variável prática esportiva apresentada na categoria saúde e qualidade de vida não deixa de ser valorizada<sup>34</sup>, o tênis de mesa é apresentado como um esporte individual cuja prática é estimulada através da participação efetiva dos idosos aprendizes da modalidade nos diferentes tipos de jogos que são desenvolvidos nas aulas.

Já as variáveis consideradas psicossociais – tais como a autoestima, o bem-estar, o nível de estresse e o relacionamento interpessoal – são extremamente relevantes, como verificado nos indicadores e em outras investigações<sup>20,26</sup>.

As causas pelas quais as pessoas começam a praticar exercícios físicos englobam questões de saúde, estéticas, socioafetivas etc. Porém, é o hábito que faz com que mantenham constantemente os exercícios físicos. Nesse sentido, os hábitos podem ser formas pessoais de rotina. Muitos itens listados acima podem ser, provavelmente, questões vinculadas ao hábito ou às rotinas individuais, que têm certo grau de força unificadora em virtude da repetição regular, ou seja, das técnicas aprendidas. Estudos<sup>14,16,19,20</sup> realizados em mulheres mais idosas concluíram que elas tendem a participar em programas de exercícios e atividades esportivas como forma de interação social.

O estudo apontou que comportamentos e/ou atitudes se apresentam como características marcantes dos sistemas sociais modernos de amizade nos quais os parceiros são escolhidos voluntariamente entre uma diversidade de possibilidades. Isso mostra que a escolha é plural e é fácil de alcançar se o indivíduo estiver preparado para abandonar os últimos resquícios da maneira tradicional de fazer as coisas<sup>27,25,26,24,23</sup>. Do que foi dito, permite-se concluir que só quando

os laços de amizades são mais ou menos livres e os sentimentos de proximidade são correspondidos por seu valor intrínseco é que se pode falar de círculos de amizade.

Lamentavelmente hoje, nas grandes cidades, com o aumento da violência, da criminalidade, do tráfego urbano, das distâncias, da poluição e outras singularidades, os indivíduos estão caminhando para uma sociedade baseada na troca de informações e mensagens pela internet, com pouca ou nenhuma interação entre pares. Ou seja, o receio de sair de casa, o que conduz a um possível isolacionismo, dificulta as relações de proximidade entre os indivíduos, que preferem a máquina às relações humanas.

Nesta sociedade pós-moderna, em que a expectativa de vida aumentou e proporcionou mais cuidados com a qualidade de vida geral, ou seja, social, física e mental, estudiosos<sup>3,14,18,22,27</sup> reconhecem que a continuidade da participação do idoso em programas de atividades físicas poderia dar-se pelos mesmos motivos que o fizeram aderir. Isso acontece mesmo quando a adesão e a permanência são apresentadas por categorias de motivos distintas. De acordo com dados obtidos através de diversos estudos sobre o tema, Fonseca<sup>21</sup> destaca algumas razões para praticar esportes e atividades físicas: busca da saúde, estética, viagem, bem-estar, alívio de tensão, fonte de educação, necessidade de prestígio, status, liderança, elevação da autoestima e aceitação pelo grupo. Todos esses aspectos são válidos e importantes no estudo das razões de um grupo entrar e permanecer ativo, exercitando-se.

Outra consequência pertencente ao grupo estudado são as definições de masculino e feminino, que são constituídas pela sociedade de maneira diferente. E, nesse sentido, é bom que homens e mulheres vivam juntos, isto é, uns em relação com os outros em condição de igualdade<sup>29</sup>. A interação entre homens e mulheres deve ser a maior possível, e isso está sendo observado desde que as escolas se tornaram mistas.

À medida que as mulheres, cada vez mais, dão um passo para fora (de casa), elas contribuem para o seu próprio processo de emancipação. Não se pode falar de um fenômeno social ou psicológico, ignorando a dualidade homens/mulheres, que é intransponível. Sob a ótica das mulheres, todas as indicações foram importantes, ratificando o que aparece nos estudos sobre o tema: as mulheres conferem importância maior às questões ambientais e estéticas<sup>15,16,17,22,28,27</sup>. O simples fato de praticar uma atividade física ou esportiva com regularidade já é valorizado.

**Artigo 5**

Aspectos motivacionais para a adesão e a permanência do idoso na prática esportiva do tênis de mesa

É nos espaços de convivência quase cotidiana que homens e mulheres socializam emoções, remetendo todo esse entendimento a redes sociais de diversas significações da vida dos indivíduos. E, nesse sentido, esse locus é influenciado pela organização de gênero que se manifesta de forma marcante nas relações sociais, nas quais os motivos da prática de exercícios físicos assumiram distintos conceitos, conforme expostos nas análises.

Diante desse cenário, evidencia-se a importância da implementação e/ou implantação de novos espaços esportivos comunitários como lugares de sociabilidade para homens e mulheres.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse trabalho, o idoso e as suas intenções motivacionais foram analisados sobre a perspectiva da vontade de viver de forma digna e saudável durante o maior período de tempo possível, tendo como referência os principais motivos que o levaram a sair do sedentarismo para uma vida ativa.

Considerando as respostas dos entrevistados e a construção das categorias analíticas e, apesar de a variável saúde aparecer como sendo importantíssima para a adesão e também para a permanência, ratificou-se, nessa investigação, que os motivos de adesão podem não ser os mesmos de permanência em programas de exercícios físicos ou esportivos sistematizados por ordem de importância.

Com maior acesso à informação e à participação ativa em diferentes modalidades, marca da sociedade pós-moderna, o idoso vem tendo oportunidades de participar de diversos programas/projetos de âmbito público de valorização e convívio social voltados à promoção de saúde, que exaltam exercícios físicos escolhidos de forma democrática, para uma população que tem motivo suficiente para sair do sedentarismo e buscar um estilo e uma qualidade de vida melhor, que seja positiva a cada ganho, como a atividade esportiva apontada no trabalho.

Acredita-se ser fundamental e urgente a implantação de novos espaços, programas/projetos para a população idosa. Nesse sentido, as unidades Sesc distribuídas pelos estados da nação contribuem em muito para o desenvolvimento de projetos e programas esportivos, servindo como campo experimental de práticas esportivas e socioeducativas voltadas a essa população. Assim, esses espaços voltados à saúde, na busca da qualidade/estilo de vida, estão se tornando mais culturais em seu caráter e fundamentais na legitimação e divulgação em sintonia com a sensibilidade dos atores sociais envolvidos.

Pode-se destacar também o impacto positivo nas relações sociais. Mas, que isoladamente, não bastam. Torna-se necessário considerar e entender a amplitude dessas interações que estão presentes na prática esportiva. Portanto, na busca de identificação dos contornos que compõem as redes sociais na esfera dos códigos interpretativos da sociabilidade, esse trabalho demonstrou a importância das relações sociais homens/mulheres e os aspectos motivacionais que permeiam, culturalmente, todo o tecido social desse grupo. ☺



**Artigo 5**

Aspectos motivacionais para a adesão e a permanência do idoso na prática esportiva do tênis de mesa

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. Ferreira MS, Najar AL. Programas e campanhas de promoção da atividade física. *Ciênc. Saúde Coletiva*. 2005;10:supl 207-219.
2. Matsudo SM, Matsudo VKR. Prescrição e benefícios da atividade física na terceira idade. *Rev. Bras. Ciên. Mov*. 1992;6(4):221-228.
3. Veras RP, Caldas CP. Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade. *Ciênc. Saúde Coletiva*. 2004;9(2):423-432.
4. Mello MT, Boscolo RA, Esteves AM, Tufik S. O exercício físico e os aspectos psicobiológicos. *Rev. Bras. Med. Esporte* 2005;11(3):203-207.
5. Cheik NC, Reis IT, Heredia RAG, Ventura ML, Tufik S, Antunes HKM et al. Efeitos do exercício físico e da atividade física na depressão e ansiedade em indivíduos idosos. *Rev. Bras. Ciên. Mov*. 2003;11(3):45-52.
6. Pereira RJ, Cotta RMM, Franceschini SCC, Ribeiro RCL, Sampaio RF, Priore SE, et al. Contribuição dos domínios físico, social, psicológico e ambiental para a qualidade de vida global de idosos. *Rev. Psiquiatr. Rio Gd. Sul*. 2006;28(1):27-38.
7. Mazo GZ, Mota J, Gonçalves LHT, Matos MG. Nível de atividade física, condições de saúde e características sociodemográficas de mulheres idosas brasileiras. *Rev. Port. Ciên. Des*. 2005;5(2):202-212.
8. Saba FKF. Aderência à prática do exercício físico em academias. São Paulo: Manole, 2001.
9. Lorda R. Recreação na terceira idade. 3 ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.
10. Samulski D. Psicologia do esporte. São Paulo: Manole; 2002.
11. Davidoff LL. Introdução à psicologia. 3 ed. São Paulo: Makron Books, 2001.
12. Maggil RA. Aprendizagem motora: conceitos e aplicações. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.
13. Freitas GR. Um estudo sobre os fatores que influenciam na prática do vôlei de praia entre adultos na Zona Sul do Recife/PE/Brasil. [Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física]. Porto 100 Freitas et al. *Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum*. 2007;9(1):92-100 (Portugal): Universidade do Porto, 2001.
14. Mazo GZ, Cardoso FL, Aguiar DL. Programa de Hidroginástica para idosos: motivação, autoestima e autoimagem. *Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum*. 2006;8(2):67-72.
15. Barros DD. Imagem corporal: a descoberta de si mesmo. *Hist. Ciênc. Saúde-Manguinhos*. 2005;12(2):547-554.
16. Damasceno VO, Lima JRP, Vianna JM, Vianna VRA, Novaes JS. Tipo físico ideal e satisfação com a imagem corporal de praticantes de caminhada. *Rev. Bras. Med. Esporte* 2005;11(3):181-186.
17. Almeida GAN, Santos JE, Pasian SR, Loureiro SR. Percepção de tamanho e forma corporal de mulheres: estudo exploratório. *Psicol. Estud*. 2005;10(1):27-35.

18. Vecchia RD, Ruiz TB, Mangini SC, Corrente JE. Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. *Rev. Bras. Epidemiol.* 2005;8(3):246-252.
19. Frontera WR, Dawson DM, Slovik DM. Exercício físico e reabilitação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
20. Tamayo A, Campos APM, Matos DR, Santos JB, Carvalho NT. A influência da atividade física regular sobre o autoconceito. *Estud. Psicol. Natal*, 2001;6(2):157-165.
21. Ferreira M, Matsudo S, Matsudo V, Braggion G. Efeitos de um programa de orientação de atividade física e nutricional sobre o nível de atividade física de mulheres fisicamente ativas de 50 a 72 anos de idade. *Rev. Bras. Med. Esporte.* 2005;11(3):172-176.
22. Cohen-Mansfield J, Marx MS, Biddison JR, Guralnik JM. Socio-environmental exercise preferences among older adults. *Prev. Medicine.* 2004;38(6):804-811.
23. Dumont LMM, Gattoni RLC. As relações informacionais na sociedade reflexiva de Giddens. *Ci. Inf.* 2003;32(3):46-53.
24. Maffesoli M. Comunidade de destino. *Horiz. Antropol.* 2006;12(25):273-283.
25. Gadea CA, Scherer-Warren I. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. *Rev. Sociol. Polít.* 2005; 25:39-45.
26. Santos LM. Grupos de promoção à saúde no desenvolvimento da autonomia, condições de vida e saúde. *Rev. Saúde Pública.* 2006;40 (2):346-352.
27. Gáspari JC, Schwartz GM. O idoso e a ressignificação emocional do lazer. *Psic.: Teor e Pesq.* 2005;21(1):69-76.
28. Natansohn LG. O corpo feminino como objeto médico e “mediático”. *Rev. Estud. Fem.* 2005;13(2):287-304.
29. Scott JW. O enigma da igualdade. *Rev. Estud. Fem.* 2005;13(1):11-30.
30. Setton MGJ. A particularidade do processo de socialização contemporâneo. *Tempo Soc.* 2005;17(2):335-350.
31. Takase E. Neurociência do esporte e do exercício. *Neurociência* 2 (5). 2005;15(1):7-9.
32. Scaglia AJ, Reverdito RS, Galatti LR. A contribuição da pedagogia do esporte ao ensino do esporte na escola: tensões e reflexões metodológicas. *Legados do Esporte Brasileiro*, 2014;35(3):45-86.
33. Machado N. Métodos de ensino de tênis de mesa para professores, colégios e escolas; 2007.
34. BARDIN L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2000.
35. Belli, T. et al. Pedagogia do esporte e tênis de mesa: novas perspectivas no ensino-treino do efeito na iniciação esportiva tardia. *Rev. Pensar a Prática.* 2017;20(2).



**ENTREVISTA**  
**MARTA GIL**

“Quando você tem a educação inclusiva bem-feita, é claro, o ensino fica muito concreto e quando fica muito concreto é bom para todo mundo”



Paulistana, 69 anos, formada em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, é especialista em comunicação e disseminação da informação na área da deficiência, especialmente em temas como educação e trabalho. Marta desenvolve um trabalho relevante sobre os diversos tipos de deficiência no Brasil. Possui livros, artigos e vários trabalhos publicados na área e contou, entre outros destaques da sua carreira, sobre a organização da Rede de Informações Integradas sobre Deficiência, que teve como desdobramento a Rede Saci – Solidarietà, Apoio, Comunicação e Informação – projeto que coordenou na USP e contribuiu para o início das ações na área da deficiência.





**RAIO-X**

**Marta Gil**

Socióloga, paulistana, 69 anos, formada em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH/USP).



**MAIS 60** Marta, para começar, gostaríamos de saber um pouco sobre sua história, suas origens, infância, onde você nasceu...

**MARTA GIL** Eu sou paulistana, nasci perto da avenida Paulista, na rua Frei Caneca, e os dois lados, tanto da minha mãe como de meu pai, são de uma origem muito brasileira. Do lado da minha mãe eu tenho um tio-avô que gostava muito de genealogia e ele conseguiu traçar a nossa árvore até 1700 em Minas [Gerais]. Claro que os registros têm certa limpeza étnica, então a gente não identifica a presença de negros e índios, que, obviamente, tem. Você vê pelas feições. Minha avó materna tinha uma aparência muito indígena, com os ossos malares salientes, cabelo bem preto e, do lado do meu pai, a gente não tem tantos registros, mas também é uma origem bem portuguesa, bem brasileira, eles são fundadores de uma cidade chamada Jambeiro, que fica na via Dutra, então eu sou bem brasileira mesmo.

**MAIS 60** Quando você começou sua trajetória nessa área da deficiência, acessibilidade, inclusão? Estudar sobre isso, como foi?

**MARTA GIL** Eu tenho duas respostas. A primeira, eu nasci dentro disso, dessa temática. Por quê? Meu pai tinha uma deficiência física, que a minha irmã, um pouco mais nova do que eu, também tem. Não exatamente a mesma, mas também tem. Minha mãe tinha cinco irmãs, a última tinha síndrome de Down. Assim, em certo sentido, eu nasci nessa temática, eu convivo com isso desde que nasci e com uma sorte incrível, porque meus

avós tinham uma postura que, até hoje, quando eu lembro, fico emocionada e orgulhosa, porque eles tinham uma visão muito para frente, muito mesmo. Essa minha tia foi superestimulada, minha avó tinha feito a Escola Normal, na Caetano de Campos, ela era uma mulher que tinha estudado, talvez até um pouco mais do que as mulheres da época, e ela tinha informações sobre a síndrome de Down. Quando nasceu essa filha, foi feito o diagnóstico, era a caçulinha, daí ela disse: “A gente tem que fazer alguma coisa”. Nessa época, a Helena Antipoff, a fundadora da Pestalozzi, estava chegando ao Brasil, em Minas Gerais. Minha avó não teve dúvidas, chamou o marido e disse: “Você fica com as meninas, elas já podem ajudar, e eu vou para Minas, vou estudar”. A essas alturas, minha tia [com Down] tinha uma professora particular e eu fazia as aulas junto com ela. Era um “comecinho de inclusão”, porque a professora e a minha avó achavam que isso a estimularia. O resultado foi que eu aprendi muito rapidamente.

**MAIS 60** Fale mais sobre o seu pai.

**MARTA GIL** Ele tinha uma diferença de tamanho das pernas, então ele balançava um pouco, mas ele andava... enfim, ele foi tocando a vida. Foi um dos fundadores da Cooperativa de Consumo dos Funcionários. Ele era da organização da associação dos funcionários, organizava festas de Natal, porque era festeiro. Então, sempre conviveu com muita naturalidade. Para mim era uma coisa que fazia parte do meu dia a dia.



**[...] em certo sentido, eu nasci nessa temática, eu convivo com isso desde que nasci e com uma sorte incrível, porque meus avós tinham uma postura que, até hoje, quando eu lembro, fico emocionada e orgulhosa, porque eles tinham uma visão muito para frente.**



**MAIS 60** Daí você decidiu estudar sobre isso, você fez Ciências Sociais...

**MARTA GIL** Fiz Ciências Sociais na USP [Universidade de São Paulo] e como eu tinha uma bolsa de estudos, fiz intercâmbio nos Estados Unidos. Sempre gostei de ter meu dinheirinho e quando voltei, passei a dar aulas de inglês. Eu me via lutando por uma sociedade mais justa, uma coisa assim. Nessa época eu já era recém-formada, eu disse “está legal, vou ver como é isso”. Fui fazer uma pesquisa, um levantamento bibliográfico rápido, não tinha nada de informação sobre pessoas cegas. Você tinha alguns estudos muito pontuais, principalmente na África. A aldeia X que tinha muita incidência de tracoma. Então, tinha um estudo sobre tracoma, enfim.... As pessoas só trabalhavam com estimativas da Organização Mundial da Saúde [OMS].

**MAIS 60** Nessa época havia mais informações a partir da saúde biológica e da medicina, correto?

**MARTA GIL** Você nem tinha informação, você tinha estimativa e pronto. Quando tinha esses estudos eram coisas médicas e mesmo assim muito pequenas, muito restritas. A Organização Mundial da Saúde dizia que em tempos de paz, nos países de terceiro mundo, a gente usava ainda essa nomenclatura, 10% da população tinha deficiência. Desses 10% eles iam dividindo as fatias. Cinquenta por cento com deficiência intelectual e os outros. Não tinha mais nada, então tinha uma coisa para estudar.

**MAIS 60** Você fez parte do Projeto Rondon?

**MARTA GIL** Sim. Eu organizei uma pesquisa, foi um trabalho totalmente voluntário e, no Rondon, eu capacitava os estudantes, eles iam a campo, eles tinham várias tarefas e uma delas era essa. Essa pesquisa foi avançando, essa parceria

com o Rondon foi muito bacana, a gente estudou os municípios mais carentes de nove estados brasileiros, tivemos pouco mais de seis mil questionários preenchidos, e era um retrato de total desamparo. A maior parte das pessoas não tinha noção do que era Braille, nunca tinham ouvido falar, em geral ficavam em casa ouvindo radinho, porque o Rondon ia aos municípios mais pobres, mais carentes. Também não sabiam como haviam adquirido uma deficiência visual, porque tem muitos lugares em que o oculista vai uma vez por semana, uma vez por mês, até hoje. Depois de todo esse tempo eu tinha mudado totalmente a minha visão, o Projeto Rondon foi interrompido naquele momento, eu escrevi um livro, a gente o publicou com os dados e o mandou para a Biblioteca do Congresso Nacional, lá nos Estados Unidos.

**MAIS 60** Nesse período você continuou com os estudos sobre deficiência na USP?

**MARTA GIL** Eu fui dar uma olhada para ver se o conhecimento tinha avançado, nesse período que eu não tinha trabalhado. Não, o conhecimento não tinha avançado. Eu pensei, já que eu vou apresentar uma proposta para deficientes visuais, por que não todas [as deficiências], já que estou na chuva, vamos ver. Aí, eu fiz uma proposta e foi aceita. Tive uma bolsa por quatro anos. Voltei na USP e disse “tenho uma ideia, não sei se vai funcionar, e tenho uma bolsa”. Aí eu fui para a USP, montei o primeiro sistema de informações sobre pessoas com deficiência e, ao mesmo tempo, eu trouxe uma área temática para a USP.

**MAIS 60** Tinha um formato mais assistencialista?

**MARTA GIL** Totalmente. Você tinha poucas associações. Você tinha a AACD [Associação de Assistência à Criança Deficiente], a Apae



[Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais], o Lar Escola São Francisco, que agora não tem mais, tinha o Instituto Padre Chico, que é muito antigo, e a Dorina Nowill, que se chamava Fundação para o Livro do Cego. E o que acontecia de informação era muito precário, eram cadernetas de telefone. As assistentes sociais se conheciam, porque eram poucas associações. Então chegavam casos, se elas não tivessem vagas ou não fossem exatamente o perfil, elas pegavam o caderninho e ligavam – “você tem vaga?” –, era assim o sistema. Era pelas assistentes sociais.

**MAIS 60** E como você vê essa evolução até os dias de hoje?

**MARTA GIL** Ah, é uma maravilha. Foi muito rápida. No começo foi muito difícil, como todo começo. Foi muito desafiador quando a gente fez o primeiro site, a gente pedia para que as pessoas escrevessem, mas as pessoas diziam: “Mas eu vou escrever, sou uma dona de casa, num site da USP? Não, não vou, não sei escrever”. Isso foi mudando, mudando, mudando e, hoje em dia, todo mundo publica, escreve e tal. E a ideia de direitos – “eu tenho direitos” – está muito consolidada. Então, muitos avanços.

**MAIS 60** O que você acha da educação pública e da iniciativa privada para as pessoas com deficiência no Brasil? Você acha que ainda tem muito para evoluir ou é suficiente?

**MARTA GIL** Não é suficiente, precisa evoluir muito, mas o que eu acho é que o copo está meio cheio. A gente tem ótimas iniciativas, ótimos resultados em muitos lugares do Brasil. Às vezes, em cidades pequenas, você tem coisas muito exitosas acontecendo, por outro lado, ainda falta muito. A gente está em um momento em que essa ideia de inclusão na escola está se afirmando.

**MAIS 60** Você acha que tem uma tendência de voltar a segregar?

**MARTA GIL** Principalmente as escolas particulares, sim, elas têm muita resistência, com honrosas exceções. Não são todas, mas elas têm muita resistência. Acho que, basicamente, por pressão dos pais e falta de conhecimento dos professores e dos pais, porque todo professor quer ter bons resultados. Ele quer que o aluno aprenda e, nas faculdades, eles não recebem essa capacitação. Eles têm teoria, Piaget, Vygotsky, enfim, só que na hora que você tem um aluno com autismo na sua frente e em algum momento ele se descompensa não tem Vygotsky que dê conta.

**MAIS 60** A gente ouve muitos educadores comentarem quando é a hora de trabalhar de forma exclusiva e inclusiva, porque, realmente, não é tão simples. Depende de pesquisa, né?

**MARTA GIL** Depende, depende de conhecimento e a lei... acho que a nossa lei é muito interessante, porque ela diz o seguinte: um período, não para todos, mas para quem precisa, um período na escola regular, na sala comum, junto com os coleguinhas. Outro período, no contraturno, no atendimento educacional especializado. Se ele é surdo, vai aprender Libras, se ele é cego, pode aprender Braile, enfim. E então a professora da classe regular conversa com a professora do AEE [Atendimento Educacional Especializado] e fala, por exemplo, “não estou conseguindo ensinar frações para ele”, daí a professora do atendimento especializado vai procurar uma metodologia, um jeito, uma estratégia, e vai passar para a professora da sala.

**MAIS 60** Seria um aprimoramento?

**MARTA GIL** Exatamente. Agora, nem todas as escolas fazem isso, nem todos os professores conhecem e muitas vezes os pais ficam temerosos.



**“A gente tem ótimas iniciativas, ótimos resultados em muitos lugares do Brasil. Às vezes, em cidades pequenas, você tem coisas muito exitosas acontecendo, por outro lado, ainda falta muito.”**

**“Você não vai fazer uma rampa para cadeirante, não é o custo-benefício, quantos cadeirantes têm aqui? Não é isso, é para todo mundo.”**

“Ah, esse aluno com deficiência vai abaixar o nível e eu não quero, tira ele da sala do meu filho!”, sem ter a noção de que é o contrário. Quando você tem a educação inclusiva bem-feita, é claro, o ensino fica muito concreto e quando fica muito concreto é bom para todo mundo. Não é que a professora vai preparar uma aula para o Joãozinho e uma aula para o resto da classe, não. Você tem muitas estratégias.

**MAIS 60** Você pode falar sobre a Rede Saci? Teve uma época que você a coordenou. Como foi? Como começou?

**MARTA GIL** A Rede Saci foi a segunda rede, foi um desdobramento do primeiro projeto, quando eu fui para a USP, nos anos [19]90. O primeiro projeto chamava-se Reintegra – Rede de Informações Integradas sobre Deficiências. Aí, a Reintegra cresceu, cresceu, ela era uma novidade e nós resolvemos ampliar. A essas alturas a informática, a internet estava muito mais acessível, porque quando a internet chegou aqui no Brasil, era acadêmica. Era uma utilização muito restrita. E mesmo o pessoal da academia resistia. Era um deserto, não tinha tráfego, era uma estrada deserta. Então, foi assim, a Reintegra foi crescendo, a gente usava ainda muita carta, a gente imprimia o material em rimas, aquelas impressoras desse tamanho! E a Reintegra foi crescendo e deu origem à Rede Saci.

**MAIS 60** E qual a razão para o nome Saci?

**MARTA GIL** Primeiro, a gente usou a palavra como um acrônimo, “solidariedade”, “apoio”, que eram nossos valores, “comunicação” e “informação”, que era nossa forma de agir. A gente não tinha atendimento, não tinha fono, não tinha nada, a gente passava, gerava ou simplesmente passava a informação e comunicação. Também escolhemos o saci-pererê porque ele é muito



**[...] se não acredito na inclusão e recebo um aluno com deficiência, se não acredito no potencial dessa criança, se não invisto no potencial dessa criança ela não vai, não tem jeito.**



interessante. Ele é um duende, especificamente brasileiro, em Portugal não tem, ele é nosso, né? E assim, saci-pererê são palavras de origem indígena, o saci nasceu indígena. Ele ficou negro porque os escravos negros se apropriaram, mas ele é indígena. Ele tem aquele barrete vermelho, que é dos duendes portugueses, e ele tem uma deficiência, porque tem uma perna só. Segundo a lenda, o saci viaja no redemoinho, e quando você tem um redemoinho, sai tudo do lugar, fica uma bagunça. A gente brincava que o nosso saci viajava na internet, porque quando a internet chega, muda a vida de todo mundo. Então, por isso que a gente usou o saci. Então, a Rede Saci nasceu mais robusta, ela existiu durante muitos anos. Em 2006, eu saí da universidade, fui trabalhar como consultora, a Rede Saci ainda continuou um pouquinho, depois a universidade desativou. Aí, teve uma época que eu fiquei bem triste, mas, enfim, eu fui percebendo que ela já

tinha feito o papel dela, porque a informação já estava aí. As coisas todas têm um ciclo na vida e tudo bem, a Saci teve um ciclo também.

**MAIS 60** Marta, em uma de suas entrevistas, você disse: “A inclusão é um processo que começa dentro de cada um de nós. Envolve valores, sentimentos, noções aprendidas. Não se trata de apontar o dedo no nariz dessa entidade abstrata chamada sociedade e esbravejar: a sociedade não é inclusiva! É hora de nós fazermos a pergunta baixinho para nós mesmos, somos inclusivos?”. Fale um pouco sobre isso.

**MARTA GIL** Pois é, o que eu acho... não tem jeito, se sou uma professora, se estou em uma sala, se não acredito na inclusão e recebo um aluno com deficiência, se não acredito no potencial dessa criança, se não invisto no potencial dessa criança ela não vai, não tem jeito.

**MAIS 60** Não adianta colocar a culpa só no outro, na sociedade, somos nós, correto?

**MARTA GIL** Não sou eu, a sociedade é feita pela gente. É você que começa, é você que acredita, porque é um desafio, não é fácil. Na hora que você vê o depoimento dos professores, 99% é assim: “Quando eu recebi um aluno com deficiência, fiquei apavorada”. Depois você diz, não, vamos lá, vou observar, vou olhar, mas eu não vou olhar com desprezo, vou olhar no sentido do que posso fazer, de forma aberta. Como ele se senta, como ele pode, ele segura a caneta de que jeito, o que eu posso melhorar? Eu posso conversar com ele também. Isso é da pessoa e quanto mais você convive mais fica fácil.

**MAIS 60** Marta, como você vê a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho atualmente?

**MARTA GIL** É um desafio que está indo. Eu escrevi um texto para a *Folha [de S. Paulo]* recentemente tratando sobre a lei de cotas. Ela chega de uma forma muito antipática, porque ninguém gosta. Se alguém diz “você tem que fazer isso”, você não vai querer. O que vou fazer para escapar disso? Como as empresas podem escapar disso? A gente vem dessa “ideia” de que as pessoas com deficiência não têm capacidade, que vai ter um monte de peso morto, é isso que as empresas muitas vezes pensam. A lei de cotas chega como um remédio amargo e ninguém gosta. O que acontece é que muitas empresas esperneiam e vão recorrendo

ao Judiciário até onde dá, impetrando recursos, tal. Outras empresas começaram a dizer “vamos ver como é” e os resultados são ótimos. Agora, nós temos os dados de 2016, não temos os dados mais recentes da Rais (Relação Anual de Informações Sociais), que é a fonte oficial do ministério, e nós temos um pouco mais de 400 mil pessoas com deficiência no mercado formal, o que, de novo, é o cheio e o vazio. De um lado é um número expressivo, de outro lado falta muito ainda. E a gente vai aos poucos produzindo conhecimento.

**MAIS 60** Fazendo um paralelo com o nosso trabalho sobre a velhice, nós temos no Sesc, no trabalho com idosos, uma diretriz que aponta que de alguma maneira temos que trabalhar para a desconstrução de preconceitos e estereótipos, porque o velho sofre com essa questão. As pessoas com deficiência também podem passar por essas situações. Na sua opinião, quais são as estratégias que temos que ter para desconstruir esses preconceitos e estereótipos para todos?

**MARTA GIL** Tem duas coisas, informação e convivência, e o Sesc foi pioneiríssimo, vocês trouxeram essa questão da terceira idade quando ninguém discutia isso aqui no Brasil. Eu acrescentaria aí, também, acessibilidade. Na hora que você tem informação e que você convive, vai desconstruindo isso, e é importante, porque a longevidade do povo brasileiro está aumentando. Então, você tem pessoas... com a minha idade,



**[...] “Quando eu recebi um aluno com deficiência, fiquei apavorada”. Depois você diz, não, vamos lá, vou observar, vou olhar, mas eu não vou olhar com desprezo, vou olhar no sentido do que posso fazer, de forma aberta.**





**Avançamos bastante, ainda temos coisas para conquistar, mas temos direitos, nós temos o Estatuto do Idoso, não são privilégios, são direitos, é uma coisa bem diferente.**



minha avó era uma senhorinha que estava em casa, fazia tricô, crochê, muito lúcida, mas tinha encerrado a carreira. Cuidava da casa, fazia um bolo quando os netos iam visitar, enfim, essa classe de vovó que hoje em dia não existe, está mudando. Então, a gente acha que é muito importante que a sociedade tenha essa informação e essa convivência, porque é na convivência que você vai desconstruindo. E que tenha acessibilidade, porque mesmo que uma pessoa com mais idade não tenha uma deficiência, ela, muito provavelmente, pode ter uma dificuldade de locomoção. E é bacana para todo mundo. Você não vai fazer uma rampa para cadeirante, não é o custo-benefício, quantos cadeirantes têm aqui? Não é isso, é para todo mundo.

**MAIS 60** Marta, quais são seus projetos de vida?

**MARTA GIL** Por enquanto ainda tem muita coisa nessa área de inclusão. Estou fazendo várias coisas, estou com vários projetos, vários sonhos, eu preciso de um dia mais comprido ((risos)).

**MAIS 60** O que o envelhecimento trouxe para você?

**MARTA GIL** Eu acho que é uma coisa, assim, uma tranquilidade. Não preciso me preocupar tanto com o que as pessoas acham, me autorizo mais. É um empoderamento mesmo, porque o que eu acho que precisa ser feito está muito claro para mim, e uma tranquilidade, não preciso provar, não preciso agradecer, fico mais solta.

**MAIS 60** Você consegue ver uma evolução na sociedade, aqui no Brasil, ou ainda há muito por fazer, o que você acha desse caminho da longevidade?

**MARTA GIL** Eu acho que sim, que avançamos bastante, ainda temos coisas para conquistar, mas temos direitos, nós temos o Estatuto do Idoso, não são privilégios, são direitos, é uma coisa bem diferente. Uma coisa que eu tenho visto e fico muito encantada, não sei se outras pessoas... Eu preciso até conversar, mas comigo, não sei se o fato de ter deixado o cabelo branco, enfim, sei lá...

**MAIS 60** Está super na moda...

**MARTA GIL** Pois é, teve uma hora que resolvi. Eu tinha cabelo branco na faculdade, então passei por todas aquelas coisas, por hena, luzes, mechas, enfim, fiz tudo até que disse agora chega, assumi. E uma coisa com que fico impressionada é a quantidade de gente com delicadeza, que oferece alguma ajuda, “você quer não sei o quê?”, e tal, sabendo perguntar. Não é aquela coisa de pegar pelo braço, mas perguntando, quer alguma coisa, quer alguma ajuda?

**MAIS 60** Fale mais sobre isso.

**MARTA GIL** É. Tem gente por quem eu passo na rua e tem gente que me cumprimenta, aqui em São Paulo, eu acho inédito, porque é uma cidade em que todo mundo está sempre sério, no celular, e é muito comum. Eu acho o máximo. Banco ainda é complicado. Eu chego em um caixa eletrônico e é um imã. Vem um atendente

lá da frente. Eu lido com caixa eletrônico, têm coisas que são mais sofisticadas, daí eu tenho mais dificuldade, mas caixa eletrônico tudo bem, eu tiro de letra, então vem e eu digo, “não, obrigada”. “Não quer que eu faça?” “Não, não precisa.” É uma atenção, mas também é uma infantilização nossa. Não careço.

**MAIS 60** Na sua perspectiva a acessibilidade, aspecto essencial para pessoas com deficiência, contribui para a cidadania de toda população?

**MARTA GIL** Certamente. Tem um exemplo que sempre gosto de dar. Alguns anos atrás, a *Folha de S.Paulo* fez uma pesquisa, não na avenida Paulista, mas nas alamedas paralelas. A Paulista tem um pavimento maravilhoso, mas você sai dali para a alameda Santos e todas as outras ruas e havia uma quantidade de moças executivas que tinham caído, quebrado o salto do sapato alto, quebrado a perna por conta de calçamento. Sem nenhuma deficiência, quem usa salto seis, sete, não tem nenhuma deficiência, mas essas calçadas são uma armadilha. Esse exemplo, para mim, foi muito forte. Não é que a pessoa é distraída, não, é para todo mundo. Alguém com carrinho de bebê, obesos, a gente está com uma população acima do peso, é mais difícil você ter agilidade, é mais fácil torcer o pé, se desequilibrar.

**MAIS 60** Marta, quero te agradecer, foi ótimo.

**MARTA GIL** Falei demais...

**MAIS 60** Imagina, ficaria aqui horas...





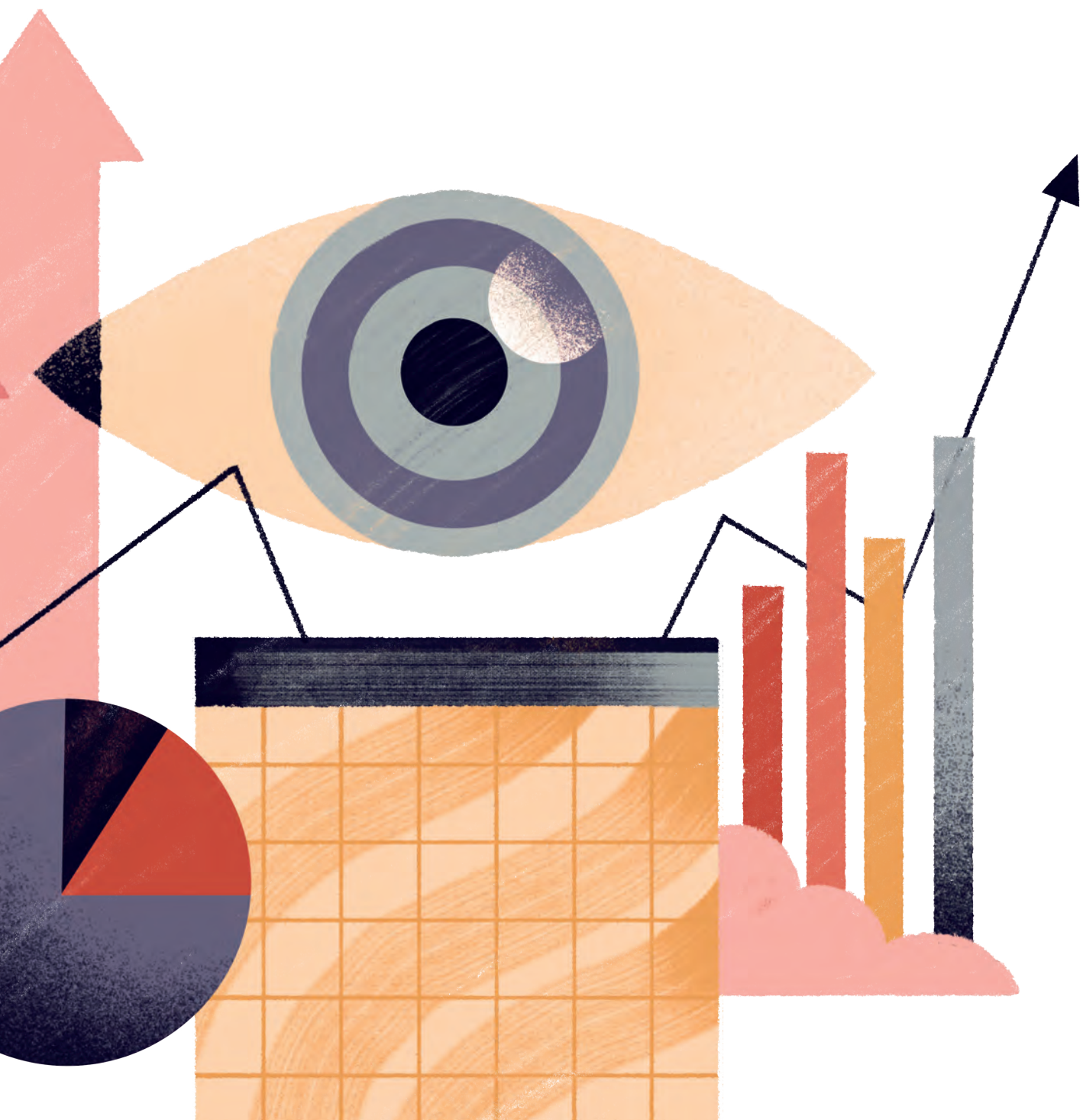
## ILUSTRAÇÃO

"Ilustrar o texto, entender mais sobre gerontecnologia, me fez lembrar de uma época muito boa: quando ensinei meus pais usarem o computador.

Meu pai é idoso, de origem simples, e com algumas dificuldades em lidar com tecnologia. Um dia ele me abordou e mostrou interesse em aprender usar o computador. Foram algumas semanas, uma coisa de cada vez, e no tempo dele, respeitando seus limites. Algumas semanas depois, cheguei em casa, e lá estava ele: dormindo no sofá. No notebook tocava um forrózinho nordestino de uma rádio online, da cidade onde ele nasceu no Ceará. Ele conseguiu fazer tudo sozinho. Confesso que fiquei muito emocionado e feliz por ele. Faz alguns meses que eu saí da casa dos meus pais pra morar fora e todo dia ele manda uma mensagem ou audio pelo celular, e junto vem um montão de carinho e atenção."

/por **Willian Santiago**











**RAIO-X****Willian Santiago**

28 anos, de Londrina, Paraná.

Graduado em Design Gráfico pela Universidade Estadual de Londrina. Trabalha com ilustração com foco em editorial, moda e publicidade. Ilustrou para diversas revistas do Brasil e outro países.

Ganhador do Prêmio Jabuti da categoria Infantil Digital, onde ilustrou o primeiro conto infantil escrito por Luis Fernando Veríssimo, chamado "O sétimo gato".

[williansantiagodg@gmail.com](mailto:williansantiagodg@gmail.com)













## PAINEL DE EXPERIÊNCIAS

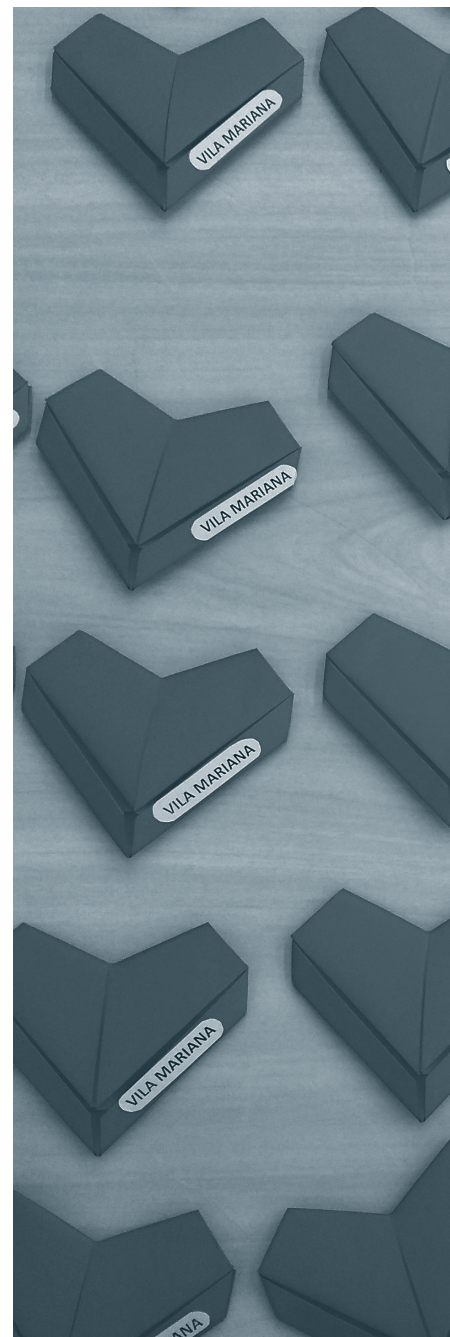
# Feito por Nós, e com muito protagonismo

por Juliana Viana Barbosa e  
Vanessa Gonçalves Rodrigues de Paula

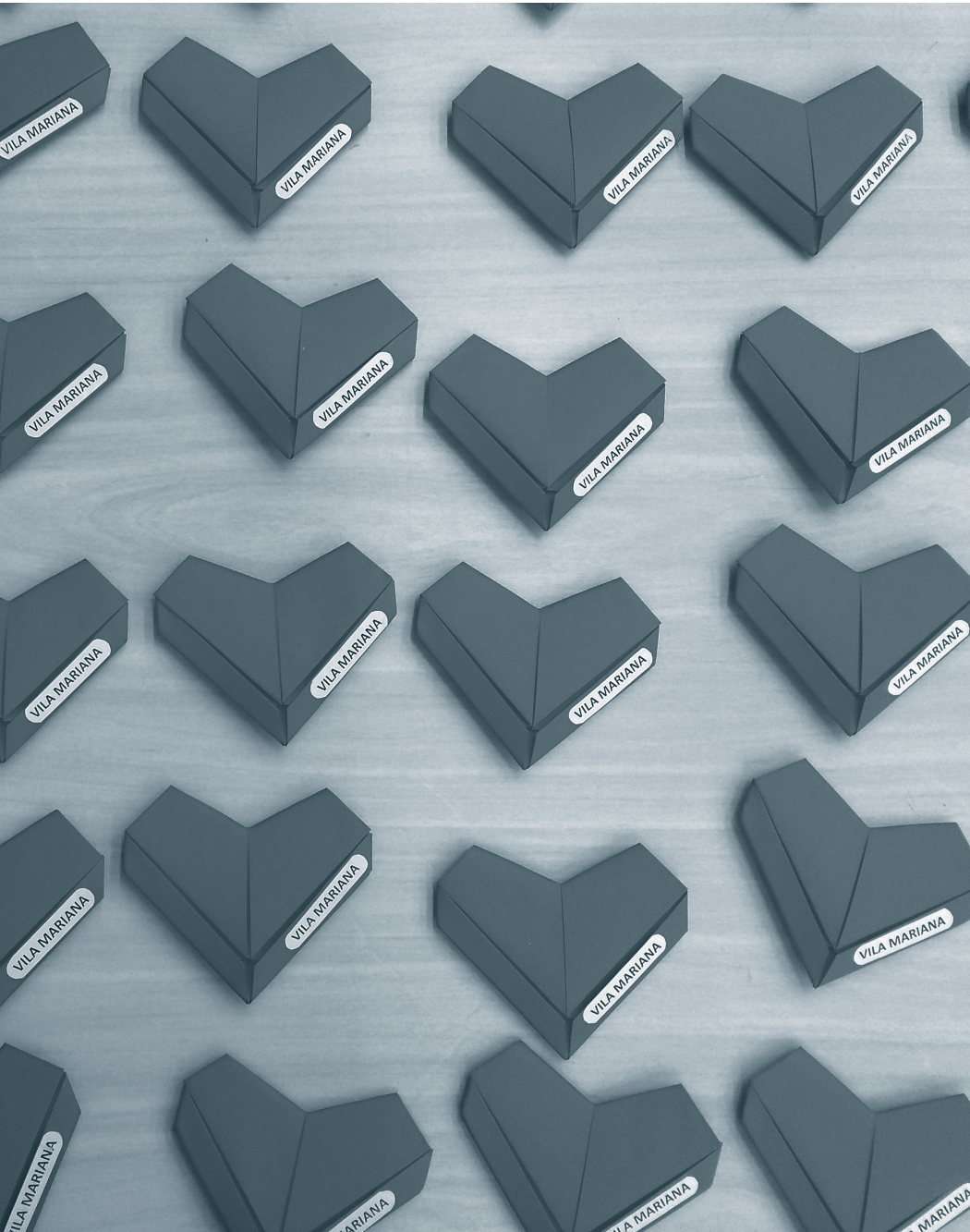


Em 2017, a unidade do Sesc Vila Mariana recebeu o desafio de ser a anfitriã do projeto institucional Cá entre Nós, em sua edição do segundo semestre. Tendo como objetivo maior obter o conceito de **protagonismo**, nós da equipe técnica nos debruçamos sobre diferentes aspectos e possibilidades para viabilizar a potencialidade do tema junto aos nossos idosos, especialmente os que formavam a comissão do projeto, os reais responsáveis por criar, estruturar e executar a programação do evento seguindo as orientações das próprias linhas conceituais já estabelecidas.

Durante cerca de cinco meses, buscamos referências e inspiração nos próprios idosos para desenhar todo o processo de mediação e de construção da proposta. A partir de vivências, experimentações e reflexões, o grupo foi conhecendo na prática essa formação para enfim darmos início ao que seria, naquele momento, apenas um embrião do que veio a se tornar o Feito por Nós, tema oficial de nosso encontro em 2017.







## **RAIO-X**

### **Juliana Viana**

#### **Barbosa**

Graduada na Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) em História. Graduada na Universidade Nove de Julho (Uninove) em Pedagogia. Pós-graduada no Centro Universitário Belas Artes no curso de Museologia e Curadoria de Exposições. É animadora cultural do Sesc São Paulo, atuando na unidade Vila Mariana como técnica de referência do Trabalho Social com Idosos.  
juliana@vilamariana.  
sescsp.org.br

### **Vanessa Gonçalves**

#### **Rodrigues de Paula**

Graduada em Educação Física pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Educadora de atividades físicas do Sesc Vila Mariana.  
vanessag@vilamariana.  
sescsp.org.br

O termo protagonista significa “(...) o sujeito que, de maneira ativa, imprime singularidade na construção de sua trajetória, contribuindo com as relações entre os indivíduos e com o meio em que vivem (...)”. Partindo desse pressuposto, a construção do projeto começou com uma atividade de artes manuais, na qual um jogo de memória e afetividade almejava extrair dos idosos sensações e sentimentos que pudessem sinalizar nossas intenções e ações.

Os idosos produziram inúmeros cartazes que faziam referência a como gostariam de ser recebidos em determinado lugar, como gostariam que fosse esse lugar e o que adorariam encontrar. A imaginação era o personagem principal, assim como o exercício de alteridade. Se assim sonho em ser recebido, como posso propiciar a melhor experiência ao outro?

Seguindo o eixo temático corpo e movimento (uma das diretrizes que embasam conceitualmente o Trabalho Social com Idosos do Sesc São Paulo), o segundo encontro buscou trazer uma atividade física em que o protagonista das proposições fosse um idoso. Convidamos para atuar junto à comissão como mediador o aluno Newton Augusto Ribeiro, praticante das aulas de Ginástica Multifuncional (GMF) de nossa unidade e participante assíduo da recreação de badminton. Newton ministrou um encontro em que conceituou o badminton, apresentou quais são suas regras e, por fim, supervisionou nossa comissão na prática dessa modalidade.

Já no terceiro encontro, pautado no eixo arte e expressão, os idosos foram desafiados a relembrar quais foram as ações artísticas que mais marcaram suas vidas e o porquê desse impacto ter sido tão intenso. Após esse exercício de memória, todos confeccionaram, com o auxílio da aluna Elena Takako Noguchi, do curso de práticas

aquáticas, origamis. O intuito do trabalho foi trazer à tona o conceito de que toda proposição gera um impacto, e que não basta apenas propor, temos que imaginar que nossas ações possuem uma continuidade, uma espécie de legado, que seria inclusive compartilhado com todos os visitantes que viriam para o “nosso” Cá entre Nós. A partir dessa experiência com os origamis foi desenvolvida a ideia da confecção de crachás personalizados, que detalharemos a seguir.

Após todas essas propostas de sensibilização, chegou o momento de reflexão e construção mais factual do que poderíamos fazer enquanto unidade anfitriã. Como o desenrolar do processo foi intenso, com o envolvimento de idosos protagonistas no que cabe à execução das ações, a comissão apresentou a ideia do Feito por Nós. Não apenas a programação seria pensada pelo corpo idoso da comissão, mas também os temas e as próprias oficinas seriam executadas por idosos frequentadores do Vila Mariana. Assim, a comissão partiu em busca de uma curadoria de ações que fossem interessantes, sensíveis e pertinentes aos idosos, e ministrada por nossos frequentadores +60. Atividades que pudessem impactar positivamente, ficando para a memória e gerando um legado de bem-estar e autocuidado.

A pesquisa por “talentos” teve seu início e o cronograma de programações do Cá entre Nós nasceu:

- Abertura: Música do Círculo.
- Apresentação dos resultados da oficina de teatro do Sesc Vila Mariana: Radionovela.
- Apresentação de Taiko.
- Oficina de Furoshiki.
- Oficina de Aquarela.
- Oficina de Badminton.
- Confecção de Bolachinhas de Chocolate.
- Show da banda Doce Veneno.





Todas as atividades foram, como já mencionado, propostas pelos idosos da comissão e sua mediação e execução realizadas pelos idosos frequentadores da unidade. De oficina de culinária, que tinha como proposta trazer a receita de bolachinhas (um segredo absoluto, usado apenas para se presentear pessoas muito queridas), até oficinas de aquarela. Tivemos ainda uma apresentação de Taiko na qual quem fez a mediação foi nossa querida Elena Tanako, integrante da comissão e também de um tradicional grupo de Taiko, até a apresentação teatral da radionovela, sugestão de Maria Conceição, grande revelação como atriz, já que foi com essa oficina no Sesc Vila Mariana que Conceição iniciou a sua experiência nas artes cênicas.

O evento foi composto, ainda, da entrega de cerca de 200 origamis feitos por nossa comissão para receber bem e presentear as outras três unidades convidadas (Belenzinho, Interlagos e Santo Amaro). Eles possuíam o formato de coração

e eram compostos de três cores diferentes para identificar cada unidade.

Finalizando com o show da banda Doce Veneno, nos despedimos em alto e bom som de uma edição deste encontro institucional que para nós foi muito especial.

Com aquele gosto de Feito por Nós, este relato busca registrar a experiência do quanto potencializar o protagonismo é um caminho para gerarmos felicidade, empoderamento, encontro, novos objetivos e relações com o outro, com nós mesmos e com o mundo.

Com aquele gosto de presente, pessoal e intransferível, com aquele cheiro de bolo que foi feito para quem amamos, o Cá entre Nós Feito por Nós ficou registrado entre nossas ações do Trabalho Social com Idosos (TSI) como exercício de alteridade e troca de sensações e superações. O que ficou para nós? Idosos empoderados e um projeto permanente de ações para todos os anos de 2018 e 2019.



**RESENHA/FILME**

# Eu, Daniel Blake

(Direção: Ken Loach, 2017)



## **RAIO-X**

### **Adriano Alves Pinto de Campos**

Formado em Rádio e TV pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, trabalhou como produtor audiovisual e hoje é assistente de exposições na Gerência de Artes Visuais e Tecnologias do Sesc São Paulo.

[adrianoap@sescsp.org.br](mailto:adrianoap@sescsp.org.br)



*“Um filme não é um movimento político. É só um filme. Ele pode, no máximo, somar vozes a um protesto.”*

Esta frase dita por qualquer pessoa pode parecer apenas uma singela sensatez, mas quando reproduzida por um diretor como o britânico Ken Loach se revela modesta demais. Com mais 50 anos de carreira, Loach nunca fez um filme onde deixava de expor as crueldades requintadas com que governos tratavam seus cidadãos mais fragilizados. É justamente esse o caso no filme *Eu, Daniel Blake*, de 2016.

No drama ambientado numa cidade ao norte da Inglaterra, Blake é um carpinteiro que, após um evento cardíaco, é orientado por seu médico a se aposentar. A saga de Daniel começa quando o sistema de aposentadorias inglês nega o benefício a ele por julgá-lo apto a trabalhar mesmo sem ter tomado contato com o diagnóstico médico.

É a partir dessa premissa que o filme se desenrola. O personagem nos conduz por um labirinto de procedimentos burocráticos que é obrigado a percorrer para apelar contra a decisão do órgão previdenciário ao mesmo tempo em que precisa pleitear um seguro-desemprego para se manter. Esse enrosco kafkaniano tem seu ápice quando Daniel é obrigado a entregar currículos para provar que está procurando emprego e ter direito ao seguro desemprego, mas tem que declinar as ofertas de trabalho pois não pode trabalhar por recomendações médicas. Uma situação que expõe um mecanismo que deixa todos os envolvidos insatisfeitos enquanto desperdiça tempo e dinheiro.

Entendido apenas pelo *plot* acima, o filme de Loach poderia erroneamente passar por um documentário-denúncia, mas não parece ser isso que move o diretor. Em meio aos dramas contemporâneos e hiper-realistas tratados em seus filmes, o que salta aos olhos na obra de Loach é o enorme poder de empatia que seus personagens

têm. Os corpos, as expressões e as palavras escolhidos pelo diretor para dar vida aos seus personagens têm a missão de gerarem uma identificação instantânea com o público. Para este efeito, Loach tem um método, que é utilizar as locações e os figurantes no próprio local onde a ação se passa. No caso de *Eu, Daniel Blake*, foram utilizados atores não profissionais que traziam em sua própria bagagem uma história de vida que se relacionava àquela do filme. E também os figurantes eram pessoas reais, e muitos deles viviam o mesmo drama de Blake.

A empatia é, sem dúvida, um fio condutor nesse drama. Entre um desafio e outro para sobrepor os obstáculos para contornar um erro no sistema que lhe nega uma pensão (desafios muitas vezes triviais, como a utilização de um mouse), Daniel tem o impulso de intervir em favor de uma desconhecida apenas porque é o correto a ser feito. A desconhecida, no caso, é Katie, uma mãe solteira de duas crianças que se vê obrigada a mudar para aquela cidade desconhecida para ter acesso a uma moradia social. Como o sistema de habitação não tem recursos para arcar com os altos preços imobiliários em Londres, cidade de Katie, a única opção seria arrumar algo mais em conta, no norte do país. Com duas crianças e pouca familiaridade com o local, Katie acaba



**No caso de *Eu, Daniel Blake*, foram utilizados atores não profissionais que traziam em sua própria bagagem uma história de vida que se relacionava àquela do filme.**

se atrasando para seu agendamento com o serviço social e é punida com o cancelamento de seu benefício. É nesse momento que Daniel intervém e faz uma consulta informal aos que estavam na fila perguntando se a mulher poderia passar na frente e ser atendida. Todos concordam, mas a solução não é aceita pelos funcionários que expulsam Katie e Daniel por provocarem desordem.

A partir daí, os dois desenvolvem uma relação de ajuda mútua e aos dramas somados multiplicam-se os pequenos gestos de simpatia, seja de funcionários públicos rebeldes ou eventuais transeuntes. Nesse ponto do filme nos perguntamos se as regras e burocracias criadas por um sistema de amparo social, no caso inglês, foram cuidadosamente (e cruelmente) pensadas ou se elas se distorceram por completo em algum momento de sua trajetória.

A Inglaterra e a Europa Ocidental, criaram um grande anteparo social após a 2ª Guerra financiado pelo Plano Marshal americano. O intuito dessa assistência era garantir o mínimo para a população enquanto o país se reconstruía. Com as crises mundiais dos anos 1970, (re)surgiram as ideias neoliberais que pregavam uma diminuição do papel do Estado e o conseqüente fim dessas políticas sociais. Dos anos 1980 pra cá, houve uma distensão entre

grupos pró e contra os chamados “colchões sociais” que se alternaram no poder, com o lado liberal levando alguma vantagem, sobretudo nos períodos de crise como as de 1997 e 2008. O resultado disso é que embora muitos dos benefícios tenham permanecido, os mecanismos de controle que foram criados para conter “abusos e desperdícios”, muito caros à pauta liberal, acabaram deixando muita gente à margem. É nessa zona cinzenta que transitam os personagens de *Eu, Daniel Blake*.

Embora a discussão sobre como o sistema social inglês pôde chegar a esse ponto seja importante, me parece mais produtivo que se busquem soluções e modelos para a justiça social. E o filme de Loach nos dá algumas pistas para essa solução. Nele, fica evidente que Katie e Daniel precisam de um amparo. No caso de Katie, está em jogo o futuro de seus filhos que farão parte da próxima geração e contribuirão para o futuro do país, enquanto Daniel pertence a uma geração que já contribuiu para o país e ainda pode contribuir, ainda que informalmente, como quando ele ajuda na manutenção da casa.

O ponto-chave do filme parece ser a resistência da humanidade dentro de cada indivíduo contra a frieza de uma burocracia criada para “proteger” pessoas de outras pessoas. Nesse sentido, o filme de Loach é como aquela plantinha que nasce em meio ao concreto da metrópole.





## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS REVISTA MAIS 60: ESTUDOS SOBRE ENVELHECIMENTO

A revista *mais 60: estudos sobre envelhecimento* é uma publicação multidisciplinar, editada desde 1988 pelo Sesc São Paulo, de periodicidade quadrimestral, e dirigida aos profissionais que atuam na área do envelhecimento. Tem como objetivo estimular a reflexão e a produção intelectual no campo da *gerontologia*, seu propósito é publicar artigos técnicos e científicos nessa área, abordando os diversos aspectos da velhice (físico, psíquico, social, cultural, econômico etc.) e do processo de envelhecimento.

### NORMAS GERAIS

Os artigos devem seguir rigorosamente as normas abaixo, caso contrário, não serão encaminhados para a Comissão Editorial.

- Os artigos não precisam ser inéditos, basta que se enquadrem nas normas para publicação, que serão apresentadas a seguir. Quando o artigo já tiver sido publicado deve ser informado em nota à parte sob qual forma e onde foi publicado (Revista; palestra; comunicação em congresso etc.)
- Ao(s) autor(es) será(ão) solicitado(s) a Cessão de Direitos Autorais conforme modelo Sesc São Paulo – quando da aceitação de seu artigo. Os direitos de reprodução (copyright) serão de propriedade do Sesc São Paulo, podendo ser reproduzido novamente em outras publicações técnicas assim como no Portal Sesc São Paulo [sescsp.org.br](http://sescsp.org.br).
- Os conceitos emitidos no artigo são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo, obrigatoriamente, a opinião da Comissão Editorial da Revista.
- Todos os artigos enviados, e **que estiverem de acordo com as normas**, serão analisados pela Comissão Editorial que opinará sobre a pertinência ou não de sua publicação. No caso de aceitação do artigo, o(s) autor(es) será(ão) contatado(s) pelo correio eletrônico e terá(ão) direito a receber 01 (um) exemplar da edição em que seu artigo for publicado.
- Os artigos devem ser enviados para o endereço eletrônico [revistamais60@sescsp.org.br](mailto:revistamais60@sescsp.org.br)
- Os artigos devem conter enviar uma breve nota biográfica do(s) autor(es) contendo: o(s) nome(s); endereço completo; endereço eletrônico, telefone para

contato; se for o caso, indicação da instituição principal à qual se vincula (ensino e/ou pesquisa) e cargo ou função que nela exerce.

- Os direitos de reprodução (copyright) dos trabalhos aceitos serão de propriedade do Sesc, podendo ser publicados novamente e o autor também autoriza disponibilização no site [sescsp.org.br](http://sescsp.org.br).
- Os trabalhos aceitos serão submetidos à revisão editorial e apenas modificações substanciais serão submetidas ao(s) autor(es) antes da publicação.

### APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

- a) Os **ARTIGOS** deverão ser apresentados em extensão .doc ou .docx e devem conter entre 20.000 e 32.000 caracteres, sem espaço, no total. Isto é, incluindo resumo, abstract, bibliografia.
- b) O **RESUMO** deve apresentar de forma concisa o objetivo do trabalho, os dados fundamentais da metodologia utilizada, os principais resultados e conclusões obtidas e conter cerca de **200 palavras**. Deve vir acompanhado por até cinco palavras que identifiquem o conteúdo do trabalho, as palavras-chave.
- c) O **ABSTRACT** também deve conter cerca de 200 palavras e vir acompanhado por até cinco palavras que identifiquem o conteúdo do trabalho, as *keywords*.
- d) O **ARTIGO** deve conter: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão ou Considerações Finais, *não necessariamente com essa denominação*.
- e) As referências bibliográficas, notas de rodapé e citações no texto deverão seguir as normas da *ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas ou as Normas de Vancouver*.
- f) **CATEGORIAS DE ARTIGOS**: Resultados de pesquisa (empírica ou teórica), Relatos de experiência, Revisão de literatura.
- g) **ILUSTRAÇÕES**: As ilustrações (gráficos, fotografias, gravuras etc.) devem ser utilizadas quando forem importantes para o entendimento do texto. Pede-se que fotos (mínimo 300 dpi), mapas, gráficos ou tabelas tenham boa resolução visual, de forma que permitam a qualidade da reprodução. As ilustrações deverão ser numeradas no texto e trazer abaixo um título ou legenda, com indicação da fonte/autor.
- h) **FOTOS**: No caso de utilização de fotos (necessariamente em alta resolução, mínimo de 300 dpi) devem vir acompanhadas de autorização de veiculação de imagem do fotografado e com crédito e autorização de publicação do fotógrafo. (Modelo Sesc São Paulo).



O Sesc – Serviço Social do Comércio é uma instituição de caráter privado, de âmbito nacional, criada em 1946 por iniciativa do empresariado do comércio e serviços, que a mantém e administra. Sua finalidade é a promoção do bem-estar social, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento cultural do trabalhador no comércio e serviços e de seus dependentes – seu público prioritário – bem como da comunidade em geral.

O Sesc de São Paulo coloca à disposição de seu público atividades e serviços em diversas áreas: cultura, lazer, esportes e práticas físicas, turismo social e férias, desenvolvimento infantil, educação ambiental, terceira idade, alimentação, saúde e odontologia. Os programas que realiza em cada um desses setores têm características eminentemente educativas.

Para desenvolvê-los, o Sesc São Paulo conta com uma rede de 40 unidades, disseminadas pela Capital, Grande São Paulo, Litoral e Interior do Estado. São centros culturais e desportivos, centros campestres, centro de férias e centros especializados em odontologia e cinema.

---

#### CONSELHO REGIONAL DO SESC – 2018-2022

**Presidente** Abram Szajman

**Diretor do Departamento Regional** Danilo Santos de Miranda

**Membros Efetivos** Aguinaldo Rodrigues da Silva, Benedito Toso de Arruda, Cícero Bueno Brandão Júnior, Dan Guinsburg, Jair Francisco Mafra, José Carlos Oliveira, José de Sousa Lima, José Maria de Faria, Manuel Henrique Farias Ramos, Marco Antonio Melchior, Marcos Nóbrega, Milton Zamora, Paulo João de Oliveira Alonso, Paulo Roberto Gullo, Rafik Hussein Saab, Reinaldo Pedro Correa, Rosana Aparecida da Silva, Valterli Martinez

**Membros Suplentes** Aldo Minchillo Fecomercio, Alice Grant Marzano, Amilton Saraiva da Costa, Antonio Cozzi Júnior, Célio Simões Cerri, Costábile Matarazzo Junior, Edgar Siqueira Veloso, Edison Severo Maltoni, Edson Akio Yamada, Laércio Aparecido Pereira Tobias, Omar Abdul Assaf, Sérgio Vanderlei da Silva, Vitor Fernandes, William Pedro Luz

#### REPRESENTANTES DO CONSELHO REGIONAL JUNTO AO CONSELHO NACIONAL

**Membros Efetivos** Abram Szajman, Ivo Dall'Acqua Júnior,  
Rubens Torres Medrano

**Membros Suplentes** Álvaro Luiz Bruzadin Furtado, Francisco Wagner de La Torre,  
Vicente Amato Sobrino

# mais60

ESTUDOS SOBRE ENVELHECIMENTO

Volume 29 | Número 73 | abril de 2019

## NESTA EDIÇÃO:

O conceito da *Economia da Longevidade*, as possibilidades e as limitações para o Brasil sobre essa nova oportunidade de desenvolvimento econômico, são discutidos no artigo de capa de Jorge Félix, que dialoga com as ilustrações produzidas por Willian Santiago.

O artigo intitulado *Cultura Empreendedora na Economia da Longevidade* traz a importância do tema empreendedorismo na educação em gerontologia, como uma estratégia de criação na área do envelhecimento.

*A Correlação entre função cognitiva e mobilidade em idosas praticantes de atividades físicas – uma análise por grupos de idade; A Mediação como instrumento de acesso à Justiça nas relações familiares com idosos e os Aspectos motivacionais para a adesão e a permanência do idoso na prática esportiva do tênis de mesa,* compõem a seção de artigos.

*Economia, burocracia e desemprego na velhice* é o tema da resenha apresentada por Adriano Alves, que traz reflexões sobre a obra cinematográfica de Ken Loach em *Eu, Daniel Blake*.

*Feito por Nós, e com muito protagonismo* foi o assunto do *Projeto Cá entre Nós*, que ocorreu no Sesc Vila Mariana e foi apresentado no *Painel de Experiências*, que completa esta edição.

[sescsp.org.br](http://sescsp.org.br)



Baixe grátis essa e outras publicações do Sesc São Paulo disponíveis em



FSC